

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

PAULO SÉRGIO RAMOS DA COSTA

A hora e a vez do usuário infantil nas bibliotecas?:
formação de acervos capazes de gerar sonhos e atitudes nas
crianças.

São Paulo
2020

PAULO SÉRGIO RAMOS DA COSTA

A hora e a vez do usuário infantil nas bibliotecas?:
formação de acervos capazes de gerar sonhos e atitudes nas
crianças.

Versão Corrigida

Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia,
da Escola de Comunicações e Artes da Universidade
de São Paulo, apresentado como requisito parcial para
a obtenção de grau de Bacharel em Biblioteconomia

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Asa Fujino

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional e eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Costa, Paulo Sérgio Ramos da
A hora e a vez do usuário infantil nas bibliotecas?:
formação de acervos capazes de gerar sonhos e atitudes nas
crianças / Paulo Sérgio Ramos da Costa ; orientadora, Asa
Fujino. -- São Paulo, 2020.
175 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de
Informação e Cultura/Escola de Comunicações e Artes /
Universidade de São Paulo.

Bibliografia
Versão corrigida

1. Desenvolvimento de Coleções 2. Biblioteca Pública 3.
Biblioteca Escolar 4. Literatura Infantojuvenil 5. Público
Infantil I. Fujino, Asa II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Nome: COSTA, Paulo Sérgio Ramos da

Título: **A hora e a vez do usuário infantil nas bibliotecas?:**
formação de acervos capazes de gerar sonhos e atitudes nas
crianças

Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia,
da Escola de Comunicações e Artes da Universidade
de São Paulo, apresentado como requisito parcial para
a obtenção de grau de Bacharel em Biblioteconomia

Aprovado em: 13 de agosto de 2020

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Asa Fujino (orientadora)

Instituição: Departamento de Informação e Cultura - ECA - Universidade de
São Paulo

Julgamento: Aprovado

Prof^o. Dr. Marcelo dos Santos

Instituição: Departamento de Informação e Cultura - ECA - Universidade de
São Paulo

Julgamento: Aprovado

Prof^a. Dr^a. Amanda Leal de Oliveira

Instituição:

Julgamento: Aprovado

À minha pastora de nuvens no mangualdense amanhecer

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus: Força Motriz que me concedeu serenidade e equilíbrio para enfrentar os momentos de angústia e temor. Que haja muitas coisas boas ainda por vir.

Agradeço à minha querida mãe, Idite, que já faz parte das grandes distâncias infinitas, mas mantém-se junto a mim nas lembranças afetuosa, sendo exemplo de luta pela coragem e perseverança que ela sempre demonstrou, ao enfrentar, primeiramente, as adversidades advindas de sua condição de imigrante aqui no Brasil e, principalmente, ao deparar-se com a doença que a vitimizou perto de seus cinquenta anos. Este trabalho é dedicado à memória dela. Saudades!

Agradeço a meu pai, Abel, também imigrante já falecido: hábil provedor que viabilizou meus estudos e que me deixou seu exemplo de trabalho.

Agradeço à minha querida irmã, Maria Amélia, companheira incansável nestes nossos anos de orfandade: nossos laços fraternos são - para mim - porto seguro onde também posso ancorar nos momentos mais difíceis. Pela sua visão realista, ela sempre consegue religar-me às premências do cotidiano. Gratidão, maninha!

Agradeço a meu querido sobrinho, Diogo: hoje, no dia em que escrevo estes agradecimentos, ele completa vinte e cinco anos de idade. Que ele possa lembrar-se de mim com carinho e ternura, tendo a certeza de que foi um presente inigualável dado à minha condição de tio.

Agradeço à minha orientadora, professora Asa Fujino, pela mão forte e segura que me guiou neste trabalho, desde a escolha do tema. Eu queria irmanar a Literatura Infantil e a Biblioteconomia, ela, então, sugeriu-me o “Desenvolvimento de Coleções”.

Agradeço aos professores Amanda Leal de Oliveira e Marcelo dos Santos, integrantes da banca deste TCC, pela leitura atenta do trabalho e por todos os generosos comentários que propiciaram aprofundamento de conceitos e ideias por ele defendidos.

Agradeço a todos os professores que, nestes anos de graduação, mostraram-me a importância das diferentes vertentes biblioteconômicas e o profissionalismo que deve pautar nossa atuação no mercado de trabalho.

Agradeço ao professor Marivalde Moacir Francelin pelas palavras encorajadoras nos primeiros semestres de graduação.

Agradeço a todos os meus colegas de turma: sentirei falta da camaradagem e dos cafés e “bandejões” compartilhados. Lúcia, Luzia, Renata, Flávia, Jorgina, Lígia, Mariana, Odete, Cláudia, Nathalia, Mayara, sintam-se especialmente abraçadas!

Agradeço ao Angelino pelas entrevistas, pelo companheirismo nesta jornada, pelo exemplo de ser humano que ele é.

Agradeço a todas as pessoas com quem convivi nos meus estágios curriculares e que fazem parte agora de minha trajetória de vida: além dos conhecimentos adquiridos, aprendi com elas a dar valor ainda maior à solidariedade e ao respeito mútuo. D. Dulcinéia, Carlos Henrique, Wílson e Regina ajudaram a conceber a imagem de chefia participativa, sempre preocupada com o binômio equipe-instituição. Que seus exemplos permaneçam em minha trajetória profissional! Muzete, Lígia, Rita, Ana, Bruno, José, Maira, Douglas, Carlos Frederico, Carolaine, saibam que serão sempre lembrados com carinho!

Enfim, agradeço a todas as pessoas que possibilitaram a concretização deste trabalho, desde os entrevistados (Ricardo Azevedo, Sílvia Oberg) até os queridos amigos que torceram por mim e deram-me estímulos para prosseguir nos momentos de maior dificuldade.

“Existe um mistério muito grande que, no entanto, faz parte do dia a dia. Todos os seres humanos participam dele, embora muito poucos reflitam sobre ele. A maioria simplesmente o aceita, sem mais indagações. Esse mistério é o tempo.

Existem calendários e relógios que o medem, mas significam pouco, ou mesmo nada, porque todos nós sabemos que uma hora às vezes parece uma eternidade e, outras vezes, passa como um relâmpago, dependendo do que acontece nessa hora.

Tempo é vida. E vida mora no coração.”

(Michael Ende)

“E se as histórias para crianças passassem a ser de leitura obrigatória para os adultos? Seriam eles capazes de aprender realmente o que há tanto tempo têm andado a ensinar?”

(José Saramago, em *A maior flor do mundo*)

“Acreditamos [...] que o que as pessoas leem é fundamentalmente importante; que as ideias podem ser perigosas, mas que a supressão das mesmas seja fatal para a sociedade democrática. A própria liberdade é um caminho perigoso de vida, mas é o nosso.”

(ALA, “Declaração sobre Liberdade de Leitura”
apud ASHEIM, 1980, p. 220)

RESUMO

COSTA, Paulo Sérgio Ramos da. **A hora e a vez do usuário infantil nas bibliotecas?: formação de acervos capazes de gerar sonhos e atitudes nas crianças.** 2020. 175 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Este trabalho almeja discutir os critérios para desenvolvimento de acervo nas bibliotecas públicas e nas bibliotecas escolares da rede pública da cidade de São Paulo, considerando-se o usuário infantil. Estabelece-se como hipótese que as políticas de desenvolvimento de coleções em tais bibliotecas não se dão conta de que o público mudou com a facilidade de acesso às novas mídias e não consideram novos formatos mais atrativos ao usuário infantil. Infere-se que essas políticas acabam por priorizar temas de interesse escolar, sem preocupação com o estudo de demanda das crianças ou de satisfação das mesmas em relação a outros gêneros textuais vinculados à Literatura Infantil. Para tanto, a pesquisa articula-se como um estudo exploratório com base na construção de panorama teórico e estudos de caso. São analisadas a Biblioteca Pública Municipal Infantojuvenil Monteiro Lobato, a Biblioteca do Centro Educacional Unificado (CEU) Heliópolis, a Biblioteca de São Paulo e a Sala de Leitura da Escola Estadual “Visconde de Itaúna”. Em relação às questões e pressupostos que conduziram a pesquisa, as bibliotecas analisadas não dispunham de dados concretos e atualizados, de forma que apresentaram respostas genéricas que não propiciaram reflexões e respostas acuradas sobre o tema. No entanto, foi possível observar que não há ainda preocupações claras por parte dos profissionais entrevistados com estudo de comunidades - essencial para acompanhamento das mudanças no perfil dos potenciais usuários - ou com critérios para lidar com coleções digitais, fato que comprova descompasso frente aos interesses dos nativos digitais e a importância de aprofundar pesquisa sobre tais questões. No que se refere ao público infantil, a pesquisa revelou o ineditismo do tema, seja pela carência de literatura na Ciência da Informação sobre este público, seja pela ausência de estudos do perfil desta faixa etária nas bibliotecas públicas, mesmo aquelas voltadas para os públicos infantil e juvenil.

Palavras-Chave¹: Desenvolvimento de coleções. Biblioteca Pública. Biblioteca Escolar. Literatura Infantojuvenil. Público Infantil.

¹ Termos oriundos do Vocabulário Controlado da USP. Disponível em: <http://vocabusp.sibi.usp.br/Vocab/Sibix652.dll/Index3>. Acesso em: 02 ago. 2020.

ABSTRACT

COSTA, Paulo Sérgio Ramos da. **The time and turn of the junior user in libraries?: creating collections to generate dreams and action in children.** 2020. 175 p. Coursework (Library Science Graduation) – School of Communication and Arts, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

This work aims to discuss the criteria for the development of collections in public libraries and in public school libraries in the city of São Paulo, taking into account the junior user. The set hypothesis is that the development of collections policies in such libraries do not realize that their public has changed with the easy access to new media and do not consider new formats, more attractive to the junior users. From that, we can infer that these policies prioritize topics of school interest, with no concerns about the children's demand and about matching them, in relation to other text genres connected to children's literature. For this purpose, this research articulates as an exploratory study based on the construction of a theoretical overview and in case studies. Four libraries are studied: "Monteiro Lobato" Children and Adolescent Local Library, "Heliópolis" Unified Educational Center Library, São Paulo's Library and the reading room of "Visconde de Itaúna" State School. Regarding the issues and assumptions which supported this research, the analyzed libraries didn't have factual and updated data, so they showed generic answers which didn't allow accurate reflection about the theme. However, it was possible to notice that there are not clear concerns about community studies from the part of the interviewed professionals – which is essential for monitoring changes in the profile of the potential users – or with the criteria to deal with digital collections, which proves that there is a disjunction when considering the interests of the digital natives and the importance of researching these topics in a deeper way. In relation to the children public, the research showed its uniqueness, either for the absence of literature on Information Science about this public, or for the absence of studies on the profile of this age group in public libraries, even those focusing on children and adolescents.

Key Words²: Development of collections. Public Library. School Library. Children and Adolescent Literature. Children Public.

² Terms Originating from Vocabulário Controlado da USP. Available at: <http://vocabusp.sibi.usp.br/Vocab/Sibix652.dll/Index3>. Access on: 02 ago. 2020.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Modelo de Evans (1979)	64
Figura 2 – Entrada do prédio	118
Figura 3 – Um dos cinco livros verticais da exposição	119
Figura 4 – Primeiro exemplar do jornal A Voz da Infância	120
Figura 5 – Acervo Histórico do Livro Escolar	121
Figura 6 – Uma das primeiras edições de As Reinações de Narizinho	122
Figura 7 – Fachada do prédio	123
Figura 8 – Fachada do prédio	126
Figura 9 – Entrada principal do prédio da escola	128

LISTA DE SIGLAS

AEILIJ	Associação de Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil
BSP	Biblioteca de São Paulo
CEUs	Centros Educacionais Unificados
CSMB	Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo
DLLLB	Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INL	Instituto Nacional do Livro
Novo PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PNBE	Programa Nacional da Biblioteca Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLE	Política Nacional de Leitura e Escrita (Lei Castilho)
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
SMB	Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SME	Secretaria Municipal de Educação
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	
	Prólogo de um aprendiz	15
2.	INTRODUÇÃO	
2.1	Quando Literatura e Biblioteconomia se irmanam	16
2.2	Quando se insinuam os aportes teóricos, as estratégias de busca e a revisão de literatura	19
3.	REFERENCIAL TEÓRICO	
3.1	O papel das bibliotecas públicas na sociedade	24
3.1.1	A responsabilidade em estabelecer vínculos com a comunidade do entorno (inclusive crianças)	31
3.1.2	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas	33
3.1.3	Políticas Públicas e programas de ações e apoio às bibliotecas públicas	35
3.1.3.1	Plano Nacional do Livro e Leitura e Plano Nacional de Leitura e Escrita	35
3.2	O papel das bibliotecas escolares na sociedade.....	38
3.2.1	A responsabilidade em estabelecer vínculos com a comunidade do entorno	42
3.2.2	Políticas Públicas e programas de ações e apoio às bibliotecas escolares	43
3.2.2.1	Programa Nacional do Livro e do Material Didático	43
3.3	As Tecnologias da Informação e Comunicação	47
3.3.1	A inserção da(s) Web/TICs no cotidiano das pessoas	47
3.3.1.1	Infoexclusão e Literacia Digital	50
3.3.1.2	‘Geração Google’? ‘Nativos Digitais’?	52
3.3.2	Bibliotecas Públicas e TICs	55
3.3.3	Bibliotecas Escolares e TICs	58
3.4	O desenvolvimento de coleções	63
3.4.1	Livros Digitais, Bibliotecas e Desenvolvimento de Coleções	68

3.4.2	O Desenvolvimento de Coleções em bibliotecas híbridas	71
3.4.3	Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções	74
3.4.4	Censura e Seleção de materiais informacionais em bibliotecas	84
3.5	Leitura na contemporaneidade	89
3.5.1	O papel da Leitura	89
3.5.2	O papel do livro no contexto das novas mídias	95
3.5.2.1	Papel e Leitura Digital nas Bibliotecas: uma coexistência necessária?	97
3.5.3	Os hábitos dos jovens leitores: algumas verdades e crenças	100
3.6	Literatura Infantil	103
3.6.1	Literatura infantil; Literatura juvenil; Literatura infantojuvenil?	103
3.6.2	Literatura Infantil: quietude no contexto das bibliotecas?	109
4.	METODOLOGIA	113
4.1	Estudo de Caso	118
4.1.1	Biblioteca pública municipal - Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato	118
4.1.2	Biblioteca escolar municipal - CEU Heliópolis	123
4.1.3	Biblioteca pública estadual - Biblioteca de São Paulo	126
4.1.4	Biblioteca escolar estadual - Biblioteca da Escola ‘Visconde de Itaúna’	128
4.2	Análise e Discussão dos resultados	131
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
6.	LIMITAÇÕES DA PESQUISA E PERSPECTIVAS FUTURAS	151
	REFERÊNCIAS	154
	LEITURA COMPLEMENTAR	172
	APÊNDICE 1	174

1. APRESENTAÇÃO

Prólogo de um aprendiz

Por que escrever um Trabalho de Conclusão de Curso, tendo como um dos motes primaciais a criança? Em primeiro lugar, porque - desde que frequentei as aulas da professora Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes na faculdade de Letras na USP no final da década de 1990 - despertei a centelha vivaz de dedicar-me mais profundamente aos estudos de literatura infantojuvenil, embora reconheça que eu ainda hoje seja um indivíduo com poucos conhecimentos nessa área tão fustigante. Trazer esse universo mágico para dentro das investigações acadêmicas da Biblioteconomia irrompeu como sendo uma escolha acertada no caminhar da evolução de meus estudos. Contudo, as considerações tecidas neste TCC, apesar de procurarem evidenciar um aparato conteudístico condizente com o olhar da Academia, revelam, na essência, a ludicidade advinda de um jogo poético, pueril, meio que despretensioso, uma vez que não sou um especialista em nenhuma das áreas envolvidas e tenho o intuito simplório de apenas fustigar as instâncias de uma pesquisa que se revele mola propulsora para ulteriores estudos. Por certo, chamei a Literatura Infantil para brincar de roda com a Biblioteconomia e convido o leitor deste trabalho a juntar-se a elas de mãos dadas, percorrendo as próximas páginas com um olhar roliço e desbravador, muito impregnado da leveza e da fluidez das brincadeiras de outrora, daqueles tempos em que a infância era vivenciada com bola no pé, com quitutes da cozinha da avó benzedeira e contadora de histórias, com toda uma esperança na alma de um porvir melhor e sem medos... A mesma esperança que resgato agora neste trabalho para que ele se corporifique com lucidez e altivez, feito raio de Sol que - ao esmaecer as brumas de uma madrugada fria, imersa em divagações - vem iluminar as manhãs calmas, tornando-as cálidas e propensas aos aprendizados e reflexões.

2. INTRODUÇÃO

2.1 Quando Literatura e Biblioteconomia se irmanam

Michael Ende é um escritor alemão, já falecido, autor de obras infantojuvenis surpreendentes como **A História sem fim**. Uma das citações, na epígrafe deste trabalho, foi tomada de um outro livro deste autor intitulado **Momo e o Senhor do Tempo ou A extraordinária história dos ladrões de tempo e da criança que trouxe de volta às pessoas o tempo roubado:** um conto-romance (2012). O verdadeiro pano de fundo desse livro desperta no leitor indagações filosóficas que o fazem refletir se sua vida está sendo realmente vivida ou se ele está apenas desperdiçando seu tempo naquilo que a sociedade lhe afirma que é o mais relevante.³

Falar sobre Michael Ende nesta introdução revela-se como ponto basilar. Em primeiro lugar, porque traz à tona uma experiência muito enriquecedora, na minha infância, ao ler o livro cuja citação abre este trabalho investigativo. Passaram-se quase quatro décadas desde a leitura de **Manu, a menina que sabia ouvir**⁴ e a referida citação acerca do tempo é emblemática, pois denota essa impiedosa passagem temporal e lança-me novamente no enredo daquele livro, fazendo-me pensar sobre o sentido da vida, da vida que cada um escolhe para si. Estou em minha segunda graduação e este TCC representa o elo entre as duas habilitações, posto que traz em seu bojo a Literatura Infantil (vinculada às Letras) e a Gestão de Coleções (vinculada à Biblioteconomia). E as referências a Michael Ende, além das questões afetiva e existencial supracitadas, ajudam também a introduzir a junção temática entre as duas áreas do conhecimento. De que modo? Vou tentar explicar.

Michael Ende é um crítico contumaz da sociedade, da cultura e da civilização ocidental. E talvez por defender o resgate dos verdadeiros valores, confrontando as estruturas das várias esferas do poder entranhadas na contemporaneidade, Ende tenha sido tão esquecido não só nas escolas, nas campanhas de incentivo à leitura, como também no próprio meio acadêmico. No que tange ao

³ Embora **Momo e o Senhor do Tempo** seja de 1973, sua temática se mantém eminentemente atual. Eu li esse livro em 1981, quando estava no antigo curso ginásial (hoje equivalente ao Ensino Fundamental II), e guardo valiosas lembranças dessa leitura e do momento de vida pelo qual eu passava. Experiência ímpar que deveria ser possibilitada às crianças de agora, a título de incutir nelas um viés crítico que lhes permitisse interpretar o contexto social atual, impedindo-as de se submeterem passivamente aos reveses civilizatórios.

⁴ O livro **Momo e o Senhor do Tempo**, na edição antiga feita pelo Círculo do Livro, tinha o título traduzido como **Manu, a menina que sabia ouvir**.

público infantojuvenil, há o problema tão vivaz em nossos dias que é a perda do hábito da leitura⁵. E este é um aspecto de uma problemática maior, que irrompe como sendo um dos temas fulcrais das obras de Ende: o esgarçamento progressivo das características que distinguem estes primeiros períodos da vida humana.

Levando-se em conta algumas pontuações de um artigo do Grupo de Estudos Humanus, “Michael Ende: uma inteligência a serviço do bem” (lido em reportagem do site do **Jornal GGN**⁶ (2016)), a maioria das crianças de hoje vive no ritmo dos adultos e compartilha compulsoriamente com eles a solidão e o medo inerentes à vida citadina. Por certo, grande parte das crianças e adolescentes não tem mais tempo nem oportunidade de desenvolver sua capacidade de fantasiar, bem como suas faculdades lúdicas e criativas. Prematura e violentamente inseridos em uma rotina massificadora e neurotizante, não conseguem mais suportar nada que requeira paciência. Qualquer coisa que não manifeste a velocidade dos videogames lhes é irritante. Tornam-se assim incapazes de usufruir dessas atividades tão antigas e distintivas da infância que são o ouvir e o ler histórias.

Tal configuração - problematizada nas obras de Michael Ende - coaduna-se com algumas das temáticas a serem devidamente abordadas neste TCC, entre elas a questão da leitura e suas

⁵ De fato, o termo “perda” não se adéqua com acuidade ao contexto, uma vez que não se pode perder aquilo que nunca foi alcançado/obtido na sua inteireza. Por ora, sem buscar grandes aprofundamentos sobre o tema, pode-se afirmar que, segundo Bomeny (2009), no Brasil, o pouco estímulo e o tardio alento de cultivar a leitura acompanharam a dificuldade histórica do país em universalizar o acesso à educação e, recentemente, em aprimorar a qualidade da educação oferecida. O hábito de leitura, embora intrinsecamente relacionado às práticas formais de educação, não se restringe a elas. Há modalidades que precisam ser consideradas quando o intuito é constatar se um país valoriza ou não o gosto pela leitura: o fortalecimento de um dinâmico mercado editorial e a implantação crescente de bibliotecas públicas firmam-se como alguns dos pontos matriciais neste contexto. Na contemporaneidade, o hábito de leitura costuma ser aferido por pesquisas, a exemplo de **Retratos da Leitura no Brasil** (2020), cuja última edição (publicada já em período posterior à defesa deste TCC) comprovou a redução do número de leitores no país: entre 2015 e 2019, o Brasil registrou um decréscimo de 4,6 milhões de leitores adultos. Desta feita, pode-se dizer - com mais exatidão (a nível vernáculo) - que tem ocorrido, no Brasil, uma *diminuição* do hábito de leitura. De acordo com a pesquisa supracitada, o refreio mais significativo foi entre os leitores das classes A e B, com ensino superior. Disputa do tempo por redes sociais e serviços de streaming pode ter sido a resposta. Ademais, a suspensão da compra de livros de literatura pelo governo federal em 2015 (e só retomada em 2019) propiciou o custo social que se verifica agora nos resultados da pesquisa. De acordo com o portal de notícias **NSC Total** (2020), apesar do panorama entristecedor, os números revelaram que crianças de cinco a dez anos estão lendo mais, diferentemente das demais faixas etárias. Alguns fatores explicam por que essas crianças estão com a leitura em dia: a descoberta do mundo da leitura ocorre simultaneamente com o processo de alfabetização e letramento que acontece precisamente nessa fase dos cinco aos dez anos. O universo da literatura infantil deflagra nas crianças o desejo de aprender a ler com autonomia para inserir-se nesse mundo sem a intermediação do adulto. A par disso, a mesma pesquisa observou que quem não possui o hábito de ler são os mais influenciados pelos meios digitais. A questão da falta de leitura está diretamente relacionada à falta do hábito e de incentivo. Ler não é só a experiência do papel; a leitura também pode manifestar-se em e-books e sites. O livro é uma experiência; a internet é outra experiência. Seja qual for o meio em que a leitura ocorre, no papel ou pela internet, é fundamental aferir o que os jovens estão fazendo com esse conhecimento.

⁶ Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/michael-ende-um-escritor-para-todas-as-idades/>. Acesso em: 20 maio 2020.

implicações condizentes com os suportes impresso e digital; inclusive o problema de pesquisa se atém à cosmogonia desses nativos digitais, na medida em que discute se as bibliotecas públicas e bibliotecas escolares da rede pública estão acompanhando a mudança de perfil do usuário infantil, quando da constituição de seus acervos.

Com efeito, almeja-se discutir também neste TCC quais seriam os critérios para o desenvolvimento de acervo nas bibliotecas públicas e nas bibliotecas escolares da rede pública, considerando-se o público infantil.

Estabelece-se como pressuposto teórico que as políticas de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas públicas e nas bibliotecas escolares da rede pública não se dão conta de que o público mudou com a facilidade de acesso às novas mídias e não consideram novos formatos mais atrativos ao usuário infantil.

A par disso, infere-se que as políticas de desenvolvimento de acervos em bibliotecas públicas e em bibliotecas escolares da rede pública acabam por priorizar temas de interesse escolar para o público infantil, sem preocupação com o estudo de demanda das crianças ou de satisfação das mesmas em relação a outros gêneros textuais (obras de ficção, biografias, poemas, contos, obras folclóricas e culturais, documentários) vinculados à literatura infantil. É sabido, de acordo com Petelin (2019, p. 63), que, nas bibliotecas públicas da rede municipal de São Paulo, há carência de atividades de mediação de leitura que promovam incentivo à decodificação de livros. As atividades oferecidas pelas bibliotecas acompanham o conceito de mediação de leitura dos profissionais envolvidos com o cotidiano da instituição, não correspondendo, muitas vezes, aos objetivos diversos considerados na literatura da área.

Neste ponto, urge ressaltar que neste TCC foi necessário formalizar um procedimento metodológico, visto que se considerou como foco de análise apenas o público infantil e, para tanto, levou-se em conta apenas o público com idade até os doze anos incompletos. A própria nomenclatura “Literatura Infantojuvenil” não foi empregada neste trabalho, em função de tal ajuste temporal e atendendo também aos ditames teóricos que são pontuados em capítulo apropriado deste TCC.

De acordo com o **Estatuto da Criança e do Adolescente**⁷ (Lei nº 8.069/1990), no seu artigo 2º: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.”

⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069compilado.htm. Acesso em: 03 jun. 2020.

Tal recorte temporal foi necessário, tendo em vista proporcionar um levantamento de dados mais adequado, com apontamentos mais aprofundados e precisos. Cumpre salientar que este levantamento foi feito a partir das entrevistas com os bibliotecários das instituições partícipes do estudo de caso aqui empreendido.

2.2 Quando se insinuam os aportes teóricos, as estratégias de busca e a revisão de literatura

Segundo Weitzel (2002), por muito tempo, ao longo da história do livro e das bibliotecas, as atividades técnicas - que hoje abarcam o processo de desenvolvimento de coleções - restringiram-se, de maneira geral, à seleção e aquisição de materiais informacionais. Desde os tabletas de argila ao documento eletrônico, não há como formar e desenvolver coleções sem se confrontar com questões inatas ao processo, tais como o que se vai colecionar, por quê, para quê e para quem colecionar.

A grande retomada da área de desenvolvimento de coleções teve seu marco a partir do ápice da explosão bibliográfica na segunda metade do século XX, quando bibliotecários e administradores em geral perceberam que era praticamente impossível acompanhar o ritmo alucinado de crescimento dos materiais informacionais. Cabe dizer que, pela primeira vez, questionou-se o modo de se formarem coleções com base na acumulação. Com isso, “novas metodologias, técnicas e procedimentos foram incorporados para fomentar esse novo enfoque, caracterizando o modelo de biblioteca baseado no acesso.” (WEITZEL, 2002, p. 66)

Com o advento da Internet⁸ - que reproduz hoje a explosão informacional em meio digital - esse novo fenômeno suscita, por um lado, questionamentos acerca da perenidade das coleções digitais disponíveis na Web e suas reverberações no conhecimento científico consagrado. Por outro, denota a relevância do processo de desenvolvimento de coleções enquanto ferramenta para identificar, selecionar e categorizar os recursos informacionais registrados e dispersos no mundo.

Da mesma maneira que as restrições orçamentárias, a explosão informacional e a carência de espaço físico promoveram a disciplina de desenvolvimento de coleções no século passado, as novas mídias e as tecnologias de informação e comunicação tornam o desenvolvimento de coleções o centro das atenções na atualidade. (MATTOS; DIAS, 2009, p. 41)

⁸ “É possível afirmar que a Internet é um ‘Gutenberg’ inventando a ‘prensa’ do novo milênio.” (WEITZEL, 2000, p. 15)

Com efeito, nos dias de hoje, dissemina-se a importância do processo de gerenciamento de coleções híbridas⁹ para a organização de bibliotecas tanto analógicas, quanto digitais. Em meio a este quadro, o documento impresso e o documento eletrônico deveriam coabitar as instituições; entretanto, no que diz respeito às bibliotecas públicas e escolares brasileiras, o cenário é outro. O TCC, então, tentará comprovar - mediante o estudo exploratório das bibliotecas nele perscrutadas - se tais configurações se sustentam nas mesmas.

É oportuno destacar que, na fase de levantamento bibliográfico para o presente estudo investigativo, não se efetivou o elencamento de textos que abarcassem todos os conceitos postulados no problema de pesquisa¹⁰. Acredita-se que isto não se deveu a uma imprecisão das buscas realizadas, visto que os termos parecem ter sido bem definidos, bem como as fontes de informação escolhidas parecem ter sido acertadas¹¹. Talvez o que se verificou tenha sido uma falta de bibliografia no concernente ao enfoque do problema de pesquisa. Levando-se em conta que os três vetores que norteiam este trabalho acadêmico são: o desenvolvimento de coleções, o âmbito característico das bibliotecas públicas e bibliotecas escolares da rede pública e o usuário infantil, constatou-se que - conforme visualizado nas buscas - esse usuário infantil não costuma ser abordado junto à temática do desenvolvimento de coleções nas bibliotecas públicas e escolares. O próprio termo “usuário infantil”¹² não foi recuperado nas estratégias de busca. Isto confere ao

⁹ O termo “coleções híbridas” é encontrado no texto de Orera Orera e Hernández Pacheco (2017), **El desarrollo de colecciones en bibliotecas públicas. Fundamentos teóricos.** Tais coleções são referenciadas no contexto do desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas.

¹⁰ “[...] O normal é encontrar-se, na área de desenvolvimento de coleções, uma razoável quantidade de artigos tratando de seleção de acervo em bibliotecas universitárias, estudos de uso, acessibilidade de documentos, podendo-se até encontrar, eventualmente, a descrição da sistemática de desenvolvimento de uma coleção específica ou externando preocupação com a elaboração de uma lista de obras para um ‘provável’ acervo básico das bibliotecas públicas brasileiras” (VERGUEIRO, 1993, p. 20). Embora esta observação tenha sido escrita há quase trinta anos, o levantamento bibliográfico atual parece ater-se a características muito similares às descritas neste excerto.

¹¹ Convém mencionar que uma parte do levantamento bibliográfico e algumas considerações, quanto às buscas empreendidas, foram trasladadas de um trabalho desenvolvido para a disciplina de ‘Introdução à Pesquisa em Ciência da Informação’ (ministrada na ECA-USP no segundo semestre de 2019).

¹² É oportuno destacar que alguns textos usados na fundamentação teórica deste TCC foram obtidos, empregando-se nas estratégias de busca o termo ‘nativos digitais’, visto que o termo ‘usuário infantil’ não era recuperado. É fato que a maioria desses textos eram vinculados à biblioteca escolar.

Aproveitando a oportunidade, cabe mencionar um aspecto importante quanto ao viés teórico da Biblioteconomia. Durante as leituras para este TCC, averiguou-se que o próprio termo “usuário” foi considerado inadequado na exposição de Corrêa (2014). Em seu artigo, a autora procura abrir o debate sobre a pertinência deste termo, discutindo se o mesmo é o que melhor define o sujeito que busca informação. Corrêa expõe que a conotação da palavra ‘usuário’ carrega consigo uma ideia de unilateralidade, visto que deixa implícito que a pessoa, na biblioteca, simplesmente faz uso (intenso ou não) daquilo que lhe é disponibilizado. A troca, criatividade, interação, intervenção não ficam evidentes no termo. Para tanto, ela postula o uso do termo “interagente” que tem sido popularizado nos últimos anos por meio do conceito de “interatividade” que se atrela aos estudos mais recentes sobre o uso de ferramentas tecnológicas e dos recursos digitais. O termo ‘interagente’ também é proposto em função da significativa presença do termo ‘interação’

problema de pesquisa aqui demarcado um caráter de certo ineditismo, posto que o assunto requer estudos mais aprofundados dos pesquisadores envolvidos.

Observando as referências bibliográficas dos documentos encontrados e, ao identificar nestes os documentos mais relevantes para fundamentar a discussão da problemática, constatou-se a pouca incidência de teses e dissertações que veiculem os conceitos característicos do problema de pesquisa aqui proposto. Isso se explicita ainda mais quando se considera o enfoque no usuário infantil, comprovando-se o fato de que pouco se tem produzido - no universo acadêmico dos últimos tempos - acerca das imbricações deste subtema nos outros vieses/vetores do problema de pesquisa¹³. Pode-se notar, ao se ponderar acerca da prevalência de algum tipo específico de documento nesta amostragem selecionada, a maior incidência de livros e artigos em revistas ou periódicos, bem como de outros Trabalhos de Conclusão de Curso.

nos artigos publicados, no Brasil, acerca de estudos de usuário. Por certo, a autora defende a mudança de foco na maneira de conceituar esse ator tão importante na Biblioteconomia sob a perspectiva de sua participação no contexto dinâmico e altamente colaborativo da informação contemporânea. Embora consideremos necessária a discussão de um novo termo, a proposta mostrou-se um tanto quanto ousada, apesar de o termo ‘interagente’ se manifestar em alguns textos consultados no período do levantamento bibliográfico. Por ora, o termo ‘usuário’ continuará sendo admitido neste TCC.

¹³ Ao pontuar tal configuração, lembramo-nos de um artigo do professor João Luís Ceccantini, ‘Literatura Infantojuvenil, Leitura e Universidade: relações perigosas’, que, muito embora seja de 1995, apresenta algumas considerações acerca da marginalidade atribuída à literatura infantojuvenil nos meios acadêmicos e talvez possa indicar algumas suposições que expliquem a inexistência de trabalhos que abordem - com profundidade e acuidade teóricas - o universo infantil na Biblioteconomia. De uma forma resumida, pode-se dizer que o autor destaca primeiramente uma desconexão que se instaurou na sociedade da década de 1970 entre os padrões e ideais elevados da Universidade pública e o caráter tecnicista apregoado pelas mudanças no projeto educacional do Sistema de Ensino de nosso país. A “democratização” do ensino básico acarretou mudanças nos currículos dos Cursos de Licenciatura da Universidade pública e o interesse pela literatura infantojuvenil no âmbito desta Universidade veio acompanhando os chamados cursos de “reciclagem” disponibilizados aos professores vilipendiados pelas variantes linguísticas empobrecidas das crianças que adentravam as escolas naquele período histórico. Visto que a literatura infantojuvenil invadiu o espaço das escolas dos antigos 1º e 2º graus, a partir do final da década de 1960, ela colocou-se no centro de um debate que a pôs em meio a dois fogos. Num dos extremos ela foi encarada como sendo o milagre que poderia sanar o problema da formação do leitor, fato que justificaria sua plena adesão ao ambiente acadêmico. No outro extremo, foi percebida como uma mácula que, além de prejudicar a tão idealizada formação do leitor, desqualificaria o espaço sagrado da Universidade que sempre fora defensora dos estudos atrelados à tradição. Ceccantini salienta, então, os três aspectos que poderiam explicar o fato de a literatura infantojuvenil ser vista com tanta desconfiança pela instituição acadêmica. São eles: o pedagogismo (enquanto marca do utilitarismo vinculado aos textos), a assimetria (desequilíbrio de forças nos polos da produção e recepção, uma vez que, geralmente, tem-se um adulto que escreve para uma criança) e o mercado (atrelamento à dimensão de mercadoria do objeto-livro). A par disso, Ceccantini destaca também que o hibridismo e a contradição - rotulados no modelo de Universidade implantado no país, modelo que formava pesquisadores de alto nível e concomitantemente formava professores secundários - talvez nunca tenham abandonado as Licenciaturas em Letras. Considerados tais contextos, percebe-se, pois, a gênese do preconceito que marca, sobretudo nos cursos de Letras, tudo que se desvia da tradição dos altos estudos de uma cultura erudita, incluída aí a pesquisa aplicada voltada ao ensino. E a Literatura infantojuvenil constituiria, então, um desses desvios. Levando-se em conta tais considerações, poder-se-iam supor algumas similitudes com o âmbito biblioteconômico, no que tange à ausência de pesquisas de maior quilate relacionadas com o público infantil? Uma resposta difícil, posto que, embora sejam áreas que se tangenciem, os cursos de Letras e Biblioteconomia têm especificidades próprias, fato este que dificulta supostas generalizações de tal amplitude.

Cabe mencionar que a apreciação da amostragem aqui definida permitiu observar que, quanto à antiguidade do tema, houve uma maior preponderância de textos da década de 1990 e da segunda década do presente século, comprovando-se, pois, que o tema é atual (tendo em vista que as teorias correlatas se vêm sedimentando há pouco tempo) e vem recebendo alguns enfoques nos últimos anos, muito embora tenha sido demonstrado (como já dito anteriormente) que não se encontrou amiúde um texto que focalizasse o problema de pesquisa na sua inteireza temática e argumentativa. Tal configuração talvez advenha do fato de que as políticas de desenvolvimento de acervos nas bibliotecas públicas e nas bibliotecas escolares da rede pública, por exemplo, não se deram conta ainda de que o público mudou com a facilidade de acesso às novas mídias e não consideram novos formatos/suportes mais sedutores para as crianças. Com isto, o assunto - apesar de algumas poucas gestações nas instâncias biblioteconômicas - ainda não veio à luz, não constituindo, pois, atrativo para os pesquisadores da área. É possível, também, que se configure uma “mão dupla”, à medida que, não existindo muitas pesquisas conceituadas na área, os profissionais em sua lide diária acabam por não efetivar “reciclagens”, preservando modelos tradicionais de atuação. Ademais, há bibliotecários que apenas sobrevivem na profissão ao invés de inovar¹⁴. Isso justificaria uma certa estagnação da área.

Para tanto, este TCC adquiriu a conformação de um estudo exploratório com base na construção de panorama teórico e estudo de caso.

As instituições pesquisadas foram:

- Biblioteca pública municipal - Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato;
- Biblioteca escolar municipal - CEU Heliópolis;
- Biblioteca pública estadual - Biblioteca de São Paulo;
- Biblioteca escolar estadual - Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’.

Logo, o TCC - tencionando suprir a lacuna teórica existente na área - pretendeu compor um amálgama dos três eixos matrizes e nutrizes (desenvolvimento de coleções, âmbito biblioteconômico público e escolar da rede pública e usuário infantil) e buscou, por meio da metodologia calcada na pesquisa bibliográfica e no estudo de caso, levantar dados no cotidiano das instituições que pudessem fornecer novos subsídios para a teoria que subjaz às problemáticas

¹⁴ Paráfrase de uma ideia de David Lankes colhida em BEZERRA, Fabíola. Bibliotecários: é necessário queimar pontes. In: PRADO, Jorge do (Org.). **Ideias emergentes em Biblioteconomia**. São Paulo: FEBAB, 2016, p. 55-59.

envolvidas. Esta tentativa de auferir novas concepções teóricas talvez formalize a principal contribuição deste trabalho, em termos de avanço do entendimento sobre a situação-problema.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O papel das bibliotecas públicas na sociedade

“A biblioteca pública é o espaço privilegiado do desenvolvimento das práticas leitoras e, através do encontro do leitor com o livro, forma-se o leitor crítico e contribui-se para o florescimento da cidadania.”

(Fundação Biblioteca Nacional)¹⁵

“Muito embora um dos principais objetivos da biblioteca pública deva ser o de se constituir como porta de acesso ao mundo da informação eletrônica, devem ser feitos todos os esforços para não fechar outras portas através das quais o acesso à informação e ao conhecimento são fornecidos. Estes fatores lançam grandes desafios às bibliotecas públicas e a resposta que estas derem determinará a viabilidade futura do serviço de biblioteca pública.”

(IFLA, 2013, p. 11)¹⁶

O Manifesto da IFLA/UNESCO (1994) para as Bibliotecas Públicas define:

A biblioteca pública – porta de acesso local ao conhecimento – fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais. (...) Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As coleções e serviços

¹⁵ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, COORDENAÇÃO GERAL DO SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Biblioteca Pública:** princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

¹⁶ FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da Biblioteca Pública.** Edição de Christie Koontz e Barbara Gubbin. Tradução de Célia Heitor. 2. ed. Lisboa: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, julho de 2013.

devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriadas assim como materiais tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. (MANIFESTO¹⁷, 1994 apud FERRAZ, 2014, p. 21)

De fato, a leitura do excerto acima faz com que se depreendam, no Manifesto da UNESCO, os princípios universais para as bibliotecas públicas, destacando-se concomitantemente as funções primordiais das mesmas: informação, educação, alfabetização, cultura e lazer.¹⁸

Segundo Freitas e Silva (2014, p. 128), constata-se que, no Brasil, o cenário das bibliotecas públicas é outro. Em nosso país, o grande desafio para os gestores das bibliotecas públicas reside, conforme Bernardino e Suaiden (2011, p. 140), na capacidade de implantar serviços norteados pelas diretrizes e ideais pontuados pelo Manifesto da IFLA/UNESCO, bem como recriar e adaptar seu papel à realidade local. Dentre tais diretrizes, evidenciam-se os seguintes tópicos: apoiar a tradição oral; assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local; facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática; apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários (MANIFESTO, 1994).

A biblioteca pública brasileira, apesar de ser considerada um espaço de cultura e conhecimento por excelência, não abriga em sua estrutura condições necessárias para atuar de maneira eficaz na sociedade da informação. Suaiden¹⁹ (2000, p. 57) diz que ‘a sociedade da informação traz no seu bojo as questões da globalização, das novas tecnologias e do modelo de desenvolvimento sustentável’. Essas questões, por sua vez, contradizem a realidade da biblioteca pública brasileira que, enquanto segmento participante da sociedade da informação, ainda vive à

¹⁷ ¹⁷ UNESCO. Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. 1994. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 16 nov. 2019.

¹⁸ Tendo em vista que, neste trabalho, um dos focos é o usuário infantil, cumpre destacar que, em 2001, a IFLA, em colaboração com a UNESCO, lançou novas diretrizes para bibliotecas públicas como uma forma de complementar o manifesto anteriormente lançado. De acordo com Senna, Barbosa e Souza (2017, p. 118), o objetivo foi auxiliar as bibliotecas dos vários países do mundo a implementar e organizar serviços para crianças. De acordo com essas diretrizes, as bibliotecas públicas têm uma responsabilidade fulcral no apoio ao processo de aprendizagem da leitura e na promoção do livro e de outros materiais para crianças. A biblioteca pública tradicional deve ter um espaço adequado aos infantes, facilmente reconhecível, distinto das outras partes da biblioteca. Ademais, às crianças deve ser disponibilizado o livre acesso aos recursos e meios de comunicação da biblioteca, além do aproveitamento de atividades especiais voltadas também aos pais e cuidadores.

¹⁹ SUAIDEN, Emir José. Biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>. Acesso em: 18 maio 2020.

margem, com mais atribuições do que realmente pode abarcar [...] (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 138)

Em termos estatísticos, o conjunto das bibliotecas públicas brasileiras - levando-se em conta os dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), disponibilizados em reportagem da **Folha UOL**²⁰ de 27 de setembro de 2019 - é insuficiente, apesar de avanços pontuais.

São 6.057 unidades, ou uma para 34,5 mil habitantes, sendo que mais de um terço delas se concentra na região Sudeste, de acordo com os dados mais recentes do SNBP, de 2015.

A questão é não levar em conta apenas quantidade. É preciso verificar se a instituição é acessível, se possui um bom acervo, se funciona aos finais de semana e se oferece serviços significativos à comunidade.

Por certo, o que salta aos olhos na situação das bibliotecas públicas é o contraste. Ao mesmo tempo em que muitos municípios nem sequer têm uma, há notoriedades no sistema brasileiro que desfrutam de reconhecimento internacional, que promovem eventos de grande porte e que estão com grandes obras em curso. É o caso, por exemplo, da Biblioteca de São Paulo (BSP), equipamento da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, localizada no Parque da Juventude, na capital. Ela disputou o prêmio ‘Biblioteca do Ano de 2018’ da *London Book Fair* e faz parte do estudo de caso deste trabalho.

Retomando Freitas e Silva (2014, p. 128), outros dados que podem ser levados em consideração são aqueles propalados pelo primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no ano de 2010, a pedido do Ministério da Cultura (MinC). Cumpre mencionar que, apesar da relevância do I Censo, o mesmo não conseguiu estabelecer claramente a diferença entre os tipos de bibliotecas, ou seja, em muitos municípios, bibliotecas escolares foram consideradas como bibliotecas públicas, ou mesmo bibliotecas especializadas mantidas/subsidiadas por órgãos públicos também foram confundidas com bibliotecas públicas, gerando inconsistência nos resultados finais. Ainda assim, pode-se considerar a pesquisa realizada pela FGV como um marco no cenário atual, visto que deu visibilidade à situação em que este tipo de equipamento cultural se encontrava à época (FERNANDEZ; MACHADO, 2015, p. 168). A realização da pesquisa, segundo Freitas e Silva

²⁰ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/conjunto-de-bibliotecas-publicas-no-pais-e-insuficiente-e-mal-distribuido.shtml?origin=uol>. Acesso em: 15 maio 2020.

(2014, p. 136), sinalizou uma mudança de rumos. Com efeito, o levantamento firmou-se como a primeira ação concreta do governo federal, no século XXI, no sentido de definir melhor o perfil dessas bibliotecas e, a partir daí, criar políticas públicas para o setor.

Em 2009, mais de mil cidades brasileiras não dispunham de nenhuma biblioteca. O Censo Nacional mostrou que entre as bibliotecas que estavam em funcionamento,

- apenas 45% tinham computadores com acesso à internet, e somente 29% disponibilizavam o serviço para os usuários;
- 83% do acervo destas instituições era constituído por doações;
- 65% dos usuários frequentavam a biblioteca, utilizando o local preferencialmente para pesquisas escolares;
- 88% dos estabelecimentos não tinham nenhum tipo de atividades de extensão, como oficinas e rodas de leitura;
- os usuários frequentavam a biblioteca, em média, apenas 1,9 vez por semana (FREITAS; SILVA, 2014).

Tal panorama de 2010 permite esmiuçar algumas das problemáticas inerentes a tais índices, que devem persistir na rotina atual de nossas bibliotecas públicas.

Em relação ao acervo, o fato de grande parte do mesmo ser constituído por doações demonstra que não há no país um planejamento bibliotecário no sentido de desenvolver acervos públicos que refletem os desejos e interesses da comunidade. Na maioria dos casos, os livros formam a quase totalidade do acervo. Os recursos tecnológicos e audiovisuais ainda não fazem parte da realidade dessas bibliotecas como seria necessário. São raros os casos de eficiência, ou seja, de bibliotecas que conseguem manter e ampliar o acervo adequado para atendimento à sua comunidade, mediante apenas doações voluntárias. Para modificar este cenário, é imprescindível que se destine um orçamento fixo para a administração das bibliotecas. Esta verba seria empregada na aquisição de livros, no investimento em programas de leitura, na assinatura de bases de dados e periódicos, na disponibilização de produtos e serviços on-line, no atendimento das necessidades de informação dos usuários locais e remotos. Todos esses recursos possibilitariam que a biblioteca prestasse um serviço de qualidade à população (FREITAS; SILVA, 2014).

No que diz respeito à inclusão digital, o Brasil avançou pouco.

No tocante à motivação que leva os usuários a procurarem os serviços das bibliotecas públicas, as pesquisas escolares confirmam o contexto histórico destas bibliotecas: o estudante do

ensino fundamental e médio constitui o segmento precípuo da população atendido pelas bibliotecas públicas, desde a Reforma do Ensino, em 1971, até os dias atuais. A ausência de bibliotecas escolares arvora-se como um dos fatores que faz com que os alunos se utilizem das bibliotecas públicas para elaboração de suas pesquisas.

“Além disso, é um conceito geralmente mantido no Brasil que bibliotecas públicas são instituições direcionadas principalmente a atender às necessidades de estudantes”²¹ (VERGUEIRO, 1997a, p. 4 - tradução nossa).

Valentim (2016) valida tal constatação:

No Brasil, as bibliotecas públicas têm atuado como bibliotecas escolares, uma vez que a maioria das escolas públicas não possuem bibliotecas. Algumas escolas possuem salas ou oficinas de leitura, contudo não contemplam os requisitos essenciais do que se considera ser uma biblioteca escolar. Dessa maneira, as bibliotecas públicas são requisitadas por estudantes do ensino fundamental e médio que, por sua vez, ao atenderem essa demanda da sociedade, não desenvolvem plenamente a função para a qual de fato existem. (VALENTIM, 2016, p. 23)

Mesmo nestes casos, a biblioteca pública não está preparada e equipada para atender a essa demanda. Urge salientar que o apoio à educação representa ainda uma das prioridades de ação da biblioteca pública, entretanto, as questões relacionadas à educação formal deveriam ser objeto das bibliotecas escolares²² (FREITAS; SILVA, 2014).

No que tange aos serviços oferecidos pela biblioteca, estes devem ser acessíveis a todas as pessoas da comunidade. As bibliotecas públicas, estando fechadas - em sua maioria, no período

²¹ Original em Inglês: “*Also, [...] it is a generally held concept in Brazil that public libraries are institutions primarily directed to attend to students' needs*”.

²² No que tange a essa cosmogonia apresentada, cabe mencionar que o professor Luís Milanesi, em seu livro **Ordenar para desordenar**, discorre acerca da seguinte observação: “Biblioteca pública é a biblioteca escolar que não existe”. Ele também parafraseia Mário de Andrade, dizendo que “elas [bibliotecas públicas] existem cada uma por si e o Brasil contra todas”.

Sabendo que essa tese de doutorado do professor é de 1986, a professora Bernadete Campello (em resposta a uma entrevista realizada por e-mail, com vistas a um trabalho de graduação sobre Biblioteca Escolar da disciplina ‘Biblioteca, Informação e Sociedade’ ministrada no primeiro semestre de 2016 na ECA-USP), levando em conta aquelas afirmações, abordou especificamente a biblioteca escolar e mencionou que essa ideia de biblioteca pública tomar o papel da biblioteca escolar foi, talvez, defendida primeiramente por Etelvina Lima, em 1959. Em 1978, Carminda Nogueira mostrou o equívoco dessa ideia, falando sobre os objetivos diferentes das duas e, neste ponto, a professora Campello registrou sua total consonância com a argumentação de Carminda.

Por certo, a professora Bernadete (do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais) revelou naquela época que desconhecia estudos que mostrassem o nível de atendimento a alunos nas bibliotecas públicas, embora ela tivesse a impressão de que esse tipo de atendimento continuava sendo feito, e muito, por estas instituições. Ela indicou, concomitantemente, a pesquisa feita por Elizabeth Martucci (1997), ‘Processo educativo na mediação da informação em biblioteca pública: um estudo fenomenológico’, publicada na **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, e que reforça o equívoco de se substituir a biblioteca escolar pela pública. E o prejuízo para os estudantes quando não há mediação adequada.

noturno e aos finais de semana - dificultam a participação do estudante e do trabalhador nas atividades culturais por elas desenvolvidas.

No que diz respeito à frequência dos usuários, pode-se inferir que - diante de tão baixa procura pelos seus serviços - no imaginário da população a biblioteca pública é um equipamento cultural obsoleto e totalmente dispensável. Rubens Borba de Moraes, em 1943, afirmava que não se podia esperar que as bibliotecas públicas fossem utilizadas se estivessem instaladas sem o menor conforto para os leitores; se não houvesse dinheiro para comprar o material necessário; se não dispusessem de pessoal habilitado, capaz de orientar o consulente; se nada fizessem para atrair o público. Cumpre mencionar que tais comentários do eminentíssimo bibliófilo podem corroborar uma das explicações para o fato de a biblioteca pública ser pouco frequentada, mesmo nos dias atuais.

Outros dados relevantes - explicitados, em Freitas e Silva (2014), pelo Censo Nacional - postulavam que o estado de São Paulo possuía, na época (2010), o maior número de bibliotecas com acesso à internet (65%). Os usuários paulistas frequentavam a biblioteca em busca de lazer (22%), configuração que instituía o maior índice do país neste quesito.

Considerando-se dados de outubro de 2019²³, o Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo (SMB) é composto por 106 bibliotecas, sendo 52 bibliotecas públicas nos bairros; duas bibliotecas centrais (Biblioteca Monteiro Lobato e Biblioteca Mário de Andrade); quatro bibliotecas do Centro Cultural São Paulo; 45 bibliotecas dos Centros Educacionais Unificados (CEUs); uma biblioteca do Centro Cultural da Juventude, uma biblioteca do Arquivo Histórico Municipal e uma biblioteca do Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes. O SMB conta também com os Serviços de Extensão composto de caixas-estantes, Ônibus-Biblioteca com roteiros fixos nas regiões mais periféricas da cidade, além de treze Bosques da Leitura e quinze Pontos de Leitura. O SMB reúne acervos com mais de cinco milhões de documentos, incluindo livros, CDs, CD-ROMs, DVDs, jornais, revistas, entre outros. As bibliotecas estão informatizadas e contam com um catálogo coletivo online, no qual é possível realizar pesquisas em todas as bibliotecas do sistema, ou selecionar apenas uma. As bibliotecas firmam-se com cerca de alguns milhões de consultas por ano, sendo importante ressaltar que uma das bibliotecas proeminentes deste sistema é a Mário de Andrade, uma instituição tradicional e de vanguarda no país.

Segundo Petelin (2019, p. 64), as bibliotecas de bairro, administradas pela Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo (CSMB), manifestam grande engajamento junto

²³ Disponível em: <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/agente/592/>. Acesso em: 20 maio 2020.

à comunidade do entorno e mantêm, no geral, parcerias com organizações e associações, bem como com outras Secretarias (como a de Saúde). Essa parceria garante que o equipamento promova ações que dialogam, de fato, com as necessidades locais. As bibliotecas dos CEUs estão eminentemente ligadas à rotina escolar e distantes da comunidade do entorno. O problema identitário dessas bibliotecas e a ausência de um olhar especializado dificultam o desenvolvimento das atividades dos profissionais (que titubeiam entre biblioteca escolar e pública) e o reconhecimento por parte da comunidade.

Cabe evidenciar que, devido à falta de acompanhamento e de políticas bem definidas na área de mediação de leitura, as atividades oferecidas pelas bibliotecas da Rede Municipal caracterizam-se pela carência de programas voltados para a formação de leitores a longo prazo.

É importante salientar que a biblioteca pública é de responsabilidade dos governos nos três níveis (municipal, estadual e federal) e, portanto, deve fazer parte da política cultural de governo e apoiada por uma legislação específica que garanta recursos para investimento em acervo, serviços e capacitação de pessoal. Todavia, a instituição ganha mais força e credibilidade quando a comunidade irrompe como sua grande parceira. Para tanto, é crucial que a biblioteca identifique as necessidades dos seus usuários e interaja com eles, tornando-se, assim, uma instituição vital para a comunidade local (FREITAS; SILVA, 2014, p. 138). Bernardino e Suaiden (2011) corroboram esta opinião e alertam para o importante papel do usuário na retroalimentação dos seus serviços:

O papel da biblioteca pública na sociedade da informação será efetivado quando esta estabelecer relações estreitas com a sua comunidade usuária, tendo-a como foco principal de atuação, sendo imprescindível no que se fizer necessário, proporcionando o acesso à informação em qualquer suporte a qualquer pessoa e em qualquer tempo, inserindo sua clientela no processo global permeado pelo acesso às tecnologias da informação e da comunicação. [...]

Conhecer os usuários é necessário para que a biblioteca pública sobreviva frente às exigências da sociedade da informação. Feitosa²⁴ (1998, p. 34) disse que ‘a biblioteca pública perecerá se não se retroalimentar com seu público’, isto significa que é preciso estratégias consistentes no sentido de trazer a população usuária para dentro da biblioteca. (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 139)

²⁴ Feitosa, Luiz Tadeu. **O poço da draga:** a favela e a biblioteca. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desportos, 1998.

3.1.1 A responsabilidade em estabelecer vínculos com a comunidade do entorno (inclusive crianças)

“As bibliotecas públicas devem estar conscientes das mudanças culturais, sociais e econômicas da comunidade e desenvolverem serviços dotados da flexibilidade necessária para se ajustarem a essas mudanças.”

(GILL²⁵, 2001 apud SILVA; SABBAG, 2019, p. 5)

É sabido que as bibliotecas públicas são instituições com enorme potencial de transformação social. Essas instituições têm como missão garantir ao cidadão o acesso à informação e aos bens culturais, além de implementar ações de estímulo à leitura para que o indivíduo possa desenvolver habilidades e capacidades que o tornarão autônomo na conquista da cidadania. Infelizmente, no Brasil, há uma percepção de que as bibliotecas são instituições passivas, cuja finalidade se restringe a emprestar livros para estudantes. “Ela [biblioteca] é vista como força tão diminuta e tão fortemente ligada a outras instituições que estas nunca suspeitaram dela como agente provocador de mudanças na sociedade” (MILANESI, 1989, p. 15). Sob esta perspectiva, uma parte considerável das bibliotecas públicas brasileiras permanece paralisada no tempo em diversos aspectos, sendo, pois, necessário modernizar sua finalidade e repensar seus produtos e serviços. Novas iniciativas estão apostando na colaboração dos usuários para o desenvolvimento de atividades na unidade, valendo-se dos conhecimentos de cada indivíduo, incrementando, assim, a participação da comunidade no uso desse ambiente (SILVA; SABBAG, 2019).

No Brasil, uma parcela significativa dos usuários das bibliotecas públicas é constituída por jovens. Os jovens “desenvolvem-se como membros individuais da sociedade com a sua própria cultura” (GILL²⁶, 2001 apud SILVA; SABBAG, 2019, p. 5) e, por esse motivo, a biblioteca pública deve desenvolver serviços e atividades que dialoguem com tal cultura própria. Além disso, esse público é o mais ligado ao ambiente web; não à toa, eles constituem majoritariamente o público

²⁵ GILL, Philip (Org.). **Os serviços da biblioteca pública:** directrizes da IFLA/UNESCO (2001). Lisboa: Editorial Caminho e Associação Liberpólis, 2001, p. 51.

²⁶ Ibid., p. 48.

envolvido com as atividades desenvolvidas no ambiente digital. Neste sentido, é insustentável insistir no modelo de biblioteca como um ambiente passivo que apenas disponibiliza espaço e livros para o estudo.

Mélanie Archambaud, bibliotecária responsável pela rede de bibliotecas da cidade de Bordeaux - França, defende que a biblioteca do futuro é viva, participativa e possui o usuário como centro de gravidade, em detrimento do livro. Os resultados obtidos em um projeto - intitulado de “Nova Geração”, de autoria desta bibliotecária, a partir de uma pesquisa aplicada à Biblioteca Pública de Informação (BPI) - elencaram que a diversidade temática, os espaços conducentes a usos induzidos e uma programação cultural regular e diversificada são os três princípios para uma “democratização cultural através de uma diversificação das formas de expressão” (ARCHAMBAUD²⁷, 2013 apud SILVA; SABBAG, 2019, p. 5). Esta autora acredita que é imprescindível dessacralizar a biblioteca e, para tanto, é importante que o gestor desta esteja atento às novas demandas da sociedade, oferecendo conteúdos menos legitimados, dando ênfase ao fato de que não há boas ou más leituras. De fato, a biblioteca do futuro - sendo participativa, viva e conectada - deve integrar diversos tipos de culturas e empregar o conhecimento de todos os usuários para benefício da comunidade (SILVA; SABBAG, 2019). Isto posto, fica evidente a necessidade de as bibliotecas públicas diversificarem seus serviços, desenvolvendo atividades de acordo com a mudança dos hábitos de seus públicos.

Ainda assim, é possível alterar esse cenário. Órgãos de ensino, pesquisa e representação da área podem desenvolver ações que promovam o debate de iniciativas inovadoras. A partir da compreensão dos profissionais acerca do tema, órgãos - como o SNBP - podem encorajar as bibliotecas com maiores recursos e infraestrutura - a exemplo das bibliotecas estaduais - a desenvolverem tais iniciativas, estabelecendo-se como referências para as demais (SILVA; SABBAG, 2019).

Com efeito, no caso das bibliotecas públicas, o estabelecimento de vínculos com a comunidade do entorno é fundamental, visto que - por meio da expertise destes usuários potenciais (inclusive crianças e jovens) - pode-se construir um estado de pertença destes em relação à

²⁷ ARCHAMBAUD, Mélanie. L'espace Nouvelle Génération à la Bpi: de l'enquête au projet. In: IFLA WLIC 2013-FUTURE LIBRARIES: INFINITE POSSIBILITIES, 2013, Singapura. **Proceedings...** Haia: IFLA, 2013, p. 3. Disponível em: <http://library.ifla.org/100/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

biblioteca. Depreende-se daí que o conhecimento dos usuários agregados ao dia a dia da biblioteca pública trará aprendizado, compartilhamento de saberes e empoderamento às bibliotecas e seus leitores (BERNARDINO, 2018, p. 2556).

Essa consciência em prol de uma Biblioteconomia engajada socialmente e de uma biblioteca pública preocupada com sua atuação e com sua comunidade está cada vez mais em evidência. Empoderar significa dar protagonismo. Etimologicamente, o termo tem relação com outros como conscientização, inclusão social, cidadania, socialização, etc. Neste contexto, irrompe também a ideia de tomar posse da biblioteca. Como afirma Bernardino²⁸ (2017 apud BERNARDINO, 2018, p. 2557), adequar a biblioteca ao seu público é muito mais que levar o usuário até a biblioteca. Isto significa primeiramente conhecer a comunidade usuária, construir ou ajudar a construir a identidade desta comunidade, e, por fim, a interação entre o público e a biblioteca. Significa também incorporar a comunidade à biblioteca, reconhecer suas potencialidades, talentos e necessidades. Transformar a comunidade em protagonista, estimular os serviços e contribuir diretamente para o exercício da cidadania da sua população usuária. Assim, como equipamento público a biblioteca cumpre seu papel social: é uma biblioteca pública construída pela e para a sua comunidade (BERNARDINO, 2018).

3.1.2 Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

Segundo Freitas e Silva (2014), a implantação do SNBP foi iniciada em 1977 pelo antigo Instituto Nacional do Livro (INL), com a finalidade de estabelecer um planejamento de bibliotecas integrado, cooperativo e racionalizado.

O Decreto Presidencial nº 520 de 13 de maio de 1992 instituiu efetivamente o SNBP, vinculando-o na época à Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

Atualmente, o SNBP está vinculado hierarquicamente ao Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLB) que, por sua vez, é um órgão incorporado à Secretaria da Economia Criativa da SECULT (Secretaria Especial da Cultura) no Ministério do Turismo.

²⁸ BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Territorialidade e empoderamento da biblioteca pública. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez., 2017.

Tendo o intuito de formalizar alguns dos objetivos do SNBP, transcrevem-se a seguir os propósitos postulados no Decreto nº 520/1992, que instituiu esse órgão formulador e indutor de políticas públicas concernentes à democratização do acesso à informação e à leitura:

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas tem os seguintes objetivos:

- I – incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional;
- II - promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;
- III - desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras;
- IV - manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas brasileiras;
- V - incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas;
- VI - proporcionar, obedecida a legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante repasse de recursos financeiros aos sistemas estaduais e municipais;
- VII - favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no País;
- VIII - assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem assim fornecer material informativo e orientador de suas atividades;
- IX - firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e de bibliotecas. (BRASIL, 1992)

Cumpre destacar que, conforme reportagem do site **Biblio²⁹** (2019), em setembro daquele ano, com menos de uma semana para a realização do VI Fórum Brasileiro de Bibliotecas Públicas - que estava programado para acontecer durante o XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, nos dias 03 e 04 de outubro de 2019 - o SNBP comunicou o cancelamento do Fórum, propalando como justificativa restrições orçamentárias compulsórias para o presente exercício aos Ministérios. Com isso, o SNBP não fez uso da oportunidade para estabelecer o diálogo com seus interlocutores e dar transparência a suas ações.

A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) se pronunciou publicamente por meio de um manifesto contra o desmonte das políticas públicas para o setor e de repúdio à falta de investimentos no âmbito federal, estadual e municipal em bibliotecas públicas brasileiras. De acordo com a instituição, o país não progrediu nem na ampliação e nem no

²⁹ Disponível em:

<https://biblio.cartacapital.com.br/brasil-nao-possui-bibliotecas-em-numero-suficiente-diz-manifesto-da-febab/>.
Acesso em 25 maio 2020.

incremento das bibliotecas, sendo que muitas daquelas que tiveram investimentos (ou foram priorizadas pelo poder público) sofreram descontinuidade, como é o caso das bibliotecas-parque do estado do Rio de Janeiro. Segundo este manifesto que reitera determinadas exposições já elencadas no presente TCC, o Brasil não tem bibliotecas em número suficiente, dotadas de serviços de qualidade para atender às demandas de informação e leitura da população.

No que tange especificamente ao SNBP, outra reportagem do site **Biblio³⁰** (2019) ressaltou que, em razão de todos os ataques que a cultura e a educação se acostumaram a receber, permanece totalmente obscuro o destino daquele órgão e do DLLB.

3.1.3 Políticas Públicas e programas de ações e apoio às bibliotecas públicas

Prosseguindo com Freitas e Silva (2014, p. 137), o diagnóstico revelado pelo Ministério da Cultura através do ‘Programa Mais Cultura’, em 2007, explicitou o quadro lamentável da Cultura no país. Bibliotecas sucateadas, livros com preço elevado, carência de espaços culturais, leitores e mediadores desmotivados foram algumas das questões que mereceram ações efetivas a fim de reverter este quadro.

Neste sentido, o governo federal tem criado políticas públicas com a finalidade precípua de assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade.

3.1.3.1 Plano Nacional do Livro e Leitura e Plano Nacional de Leitura e Escrita

Em 2005, o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação criaram - articulados - o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)³¹. O grande desafio do governo federal no século XXI, segundo o PNLL, é o de transformar o Brasil em um país de leitores (PNLL, 2010).

³⁰ Disponível em: <https://biblio.cartacapital.com.br/o-incomodo-e-insistente-dilema-das-bibliotecas-brasileiras/>. Acesso em: 22 maio 2020.

³¹ Este plano é uma Política de Estado constituída por quatro principais eixos de ação que organizam e orientam o plano. São eles: 1) democratização do acesso; 2) fomento à leitura e à formação de mediadores; 3) valorização institucional da leitura e do incremento de seu valor simbólico; 4) desenvolvimento da economia do livro. A biblioteca, segundo o PNLL, deve assumir perante a sociedade a dimensão de um dinâmico polo difusor de informação e cultura, devendo estar sintonizada com as tecnologias de informação e comunicação, suportes e linguagens, promovendo a interação primacial entre os livros e esse universo que seduz as atuais gerações (PNLL, 2010, p. 33).

Entre as diversas iniciativas que contribuíram diretamente para a elaboração deste Plano, podem ser listadas: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE).

Em julho de 2018, segundo a **Folha UOL**³² (2019), o então presidente Michel Temer (MDB) sancionou a lei que instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), a chamada Lei Castilho.

A nova legislação veio para voltar a clarificar o tema, que sofreu as consequências negativas da crise político-econômica que atingiu o país a partir de 2014. Ela estabelece estratégias para contribuir com a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas.

Contudo, ainda falta a regulamentação dessa lei. Será o PNLL que vai instituir metas e ações para os próximos dez anos, conferindo praticidade às letras da lei. Esse mecanismo deveria ter sido elaborado durante os seis primeiros meses de 2019, de acordo com o que fora estipulado na legislação, mas o assunto permaneceu sem liderança no Ministério da Cidadania - que herdou as atribuições da pasta da Cultura, depois da reforma ministerial empreendida pelo presidente Jair Bolsonaro em 2019. De acordo com Vitor Tavares, presidente da Câmara Brasileira do Livro, são vultosos os desafios para que o Brasil consiga estabelecer uma política incisiva de criação de leitores e serão imperiosas a vontade política e a priorização desse assunto.

Em setembro de 2019, foi lançada na Câmara a Frente Parlamentar Mista do Livro, da Leitura e da Escrita, tendo o objetivo de acompanhar e cobrar a implementação de políticas e legislações existentes, posto que tramitavam, na época, no Congresso noventa e um projetos de lei que abarcavam o tema de alguma forma.

A postura do governo Bolsonaro com relação à educação e à moralidade preocupa os atores envolvidos, pois, de acordo com José Castilho Marques Neto (que dá o nome à lei de 2018 por sua dedicação ao tema), se um governo não quer inclusão, não admite a diversidade e não discute com diferentes atores, torna-se preocupante o que pode vir dessa nova política.

Em novembro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro transferiu a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo, revelando mais uma vez seu total descaso para com os assuntos relativos à cultura do país.

³² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/governo-bolsonaro-atrasa-plano-de-incentivo-a-leitura.shtml?origin=uol>. Acesso em: 17 maio 2020.

Urge mencionar que, em 20 de maio de 2020, no momento de escritura deste trecho do trabalho acadêmico, foram efetivadas consultas nos respectivos portais do Ministério do Turismo e da Secretaria Especial de Cultura que, por sua vez, não revelaram qualquer referência à PNLE. Uma consulta simultânea feita no portal do Ministério da Educação, usando conjuntamente os termos Plano, Nacional, Leitura, Escrita, identificou como resultados de busca o site do Conselho Nacional de Educação e os textos integrais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Plano Nacional de Educação. Não houve qualquer alusão à Lei Castilho.

3.2 O papel das bibliotecas escolares na sociedade

“Ensino e biblioteca não se excluem, complementam-se. Uma escola sem biblioteca é instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto”.

(Lourenço Filho)³³

Dois documentos podem ser considerados fundamentais para definir as bibliotecas escolares: o Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar³⁴, de 1999, e as Diretrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares³⁵, de 2002. Ambos os documentos foram publicados como autoria conjunta da IFLA - International Federation of Library Association e da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Levando-se em conta as recomendações da Resolução CFB nº 199/2018³⁶ - publicada no Diário Oficial da União em 13/07/2018, e que dispõe sobre os parâmetros a serem adotados na estruturação e no funcionamento das bibliotecas escolares advindas da Lei nº 12.244/2010 (decreto-lei que institui a universalização da biblioteca escolar e que merecerá destaque ulterior neste trabalho) - a biblioteca escolar é compreendida como:

[...] coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados à consulta, à pesquisa, ao estudo ou à leitura, sendo considerada um dispositivo informacional obrigatório em todas as instituições de ensino públicas e privadas do Sistema de Ensino e deve:

- a) dispor de espaço físico exclusivo e suficiente para acomodar o acervo, os ambientes para serviços e atividades dos usuários e os serviços técnico-administrativos;
- b) possuir materiais informacionais atualizados e diversificados, que atendam às necessidades dos usuários;

³³ LOURENÇO FILHO, M. B. **O ensino e a biblioteca**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1944.

³⁴ Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 22 maio 2020.

³⁵ Disponível em: https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/SchoolLibraryGuidelines-pt_BR.pdf. Acesso em: 22 maio 2020.

³⁶ De acordo com Farias e Britto (2019, p. 835), vale salientar que a Resolução CFB nº 199/2018 cumpre a missão de ampliar, por meio do detalhamento, dentro dos limites da Lei nº 12.244/2010, aspectos primaciais da biblioteca escolar, como a existência de espaço físico e a relevância de garantia de acessibilidade. Entretanto, falha como instrumento representativo de classe ao não implicar a biblioteca e o bibliotecário na edificação e na consumação de um projeto de educação que valorize e fortaleça a Biblioteconomia como campo de atuação na Educação.

- c) ter acervo organizado de acordo com as normas e padrões biblioteconômicos, permitindo que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez;
- d) disponibilizar acesso a informações digitais (Internet);
- e) funcionar como espaço de aprendizagem;
- f) serem administradas por bibliotecários qualificados, apoiados por equipes adequadas em quantidade e qualificação para atenderem à comunidade;
- g) ter horário de atendimento adequado a toda a comunidade escolar, de forma a estar disponível a seus usuários também em horários de intervalo, a fim de proporcionar acesso à informação de forma irrestrita. (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA³⁷, 2018 apud FARIA; BRITTO, 2019, p. 828)

Tomando por base que o âmbito da escola pública constituirá o foco de estudo da biblioteca escolar no presente trabalho acadêmico, urge ressaltar que, no caso das escolas públicas, as bibliotecas escolares surgiram por volta da década de 1930, no momento em que a educação começou a sofrer influência de métodos de aprendizagem inovadores, avivados pelo movimento da chamada Escola Nova. Tal momento histórico coincidiu com a criação de cursos de Biblioteconomia no país. Atualmente, apesar de as diretrizes curriculares para a educação básica recomendarem um ensino com base em teorias construtivistas, considerando a biblioteca escolar como recurso imprescindível para a aprendizagem, diversos estudos denotam a precariedade da situação dessas instituições (CAMPOLLO, 2015, p. 2).

De acordo com uma reportagem do site **Biblio³⁸** (2019), o **Anuário Brasileiro da Educação Básica** - publicado em junho daquele ano, no dia em que o Plano Nacional de Educação / PNE (Lei nº 13.005/2014) completava cinco anos - indicou que cerca de 45,7% das escolas públicas de ensino básico contam com bibliotecas ou salas de leituras. Ainda conforme a pesquisa - desenvolvida pelo ‘Todos Pela Educação’, em parceria com a Editora Moderna - apenas 14,1% das crianças do grupo de nível socioeconômico muito baixo configuraram nível suficiente de alfabetização em leitura.

Ao analisar os recursos de infraestrutura existentes nas escolas, a pesquisa³⁹ constatou que, no Ensino Fundamental, apenas 48% delas têm bibliotecas e/ou salas de leitura (27,3% possuem só biblioteca; 14,5% possuem só sala de leitura; 6,3% detêm biblioteca e sala de leitura).

³⁷ CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução CFB n. 199**, de 3 de julho de 2018. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas Escolares. Brasília, 2018.

³⁸ Disponível em:

<https://biblio.cartacapital.com.br/apenas-45-das-escolas-publicas-tem-biblioteca-ou-sala-de-leitura-diz-pesquisa/?fbclid=IwAR0pggggrvUAldYHlcXKJ9VYM7rL0CySAXLbUgr8NNr8pzCACGut63sAbvk>. Acesso em: 22 maio 2020.

³⁹ De acordo com essa mesma reportagem, além de mostrar as dificuldades do poder público em cumprir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), tais números indicavam na época que as determinações da Lei nº 12.244/2010 não se cumpriam. Sobre esta lei, apresentar-se-ão mais comentários no corpo deste TCC.

No que tange ao estado de São Paulo, as maiores carências de infraestrutura pedagógica da rede estadual de ensino se concentram em escolas que atendem a alunos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental. Tais dados foram revelados pelo relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE), documento que - fazendo parte da Análise das Contas do Governador, referente ao ano de 2018 - foi apreciado pela Assembleia Legislativa de São Paulo no segundo semestre de 2019 e foi obtido com exclusividade, na época, pela reportagem do **G1**⁴⁰ (2019).

De acordo com os números do **G1**, cerca de um terço das escolas de anos iniciais (32,4%) não possui uma biblioteca e/ou sala de leitura à disposição dos alunos. De fato, são essas escolas do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental que apresentam as maiores carências: quase metade delas (47,1%) não apresenta uma sala destinada à projeção de imagens, e 20,6% delas não possuem um laboratório de informática.

Segundo Lanzi, Vidotti e Ferneda (2013, p. 27), entre os períodos de surgimento das escolas públicas (grupos escolares) até os dias atuais, averiguou-se que sempre houve decretos-lei exigindo a existência de bibliotecas escolares, inclusive contendo espaços predeterminados, sugestões de mobiliários e de conduta do profissional destinado a exercer a função de bibliotecário. Todavia, infelizmente, nunca houve controle e fiscalização incisivos que forçassem, de fato, a existência dessas bibliotecas, o que resultou em indiferença e desinteresse por parte das autoridades competentes e de um considerável número de profissionais da educação responsáveis pelo atendimento de milhares de crianças e jovens que frequentavam as escolas de educação básica no país, filhos de classes populares menos favorecidas que tinham a biblioteca como primeira fonte de informação e de acesso à produção científico-cultural. Desse modo, o espaço destinado a ser a “biblioteca da escola” deu lugar, frequentemente, a mais salas de aula, possibilitando um maior número de alunos matriculados, o que não significa necessariamente - como já comprovado em inúmeras pesquisas - uma nação mais instruída.

De fato, seguindo a argumentação dos autores acima elencados, na atualidade, a biblioteca escolar irrompe como sendo uma instituição quase abandonada pela política⁴¹ de incentivo à educação e cultura e menosprezada pelas escolas. Apesar da exigência legal de acervo mínimo,

⁴⁰ Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/07/31/quase-um-terco-das-escolas-estaduais-de-sao-paulo-nao-tem-biblioteca-ou-salas-de-leitura-diz-tce.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2020.

⁴¹ Campello (2015, p. 22) defende que o conhecimento acadêmico e boas estatísticas possam sustentar uma ação política que possibilite o aperfeiçoamento das bibliotecas escolares do Brasil.

pouco é fiscalizado pelos governos municipais, estaduais e federal. Muitas delas nem dispõem de um profissional especializado, conforme observado por Castro Filho e Coppola Júnior (2012):

“Um fato alarmante que observamos com relação à infraestrutura e ao organograma das escolas públicas é a ausência de bibliotecas escolares e de profissionais habilitados, limitando a formação integral dos alunos” (CASTRO FILHO; COPPOLA JÚNIOR, 2012, p. 31).

Quando existem, as bibliotecas escolares - conforme Lanzi, Vidotti e Ferneda (2013, p. 27) - constituem-se, geralmente, como um mero enfeite da escola, verdadeiros “depósitos de livros”, visto que se encontram submetidas a um sistema de ensino no qual as fontes de informação são - na maioria das vezes - quase que exclusivamente o professor e o livro didático, o que embarga e suprime o aprendizado criativo, crítico e consciente, dentro e fora do âmbito escolar.

Macedo (2005) reitera tais considerações:

Os pontos críticos, todavia, não recaem tão somente na inexistência da biblioteca escolar, mas na sua precariedade: ou é “arremedo de biblioteca escolar”, sem organização, confusa, e que não pode servir de modelo para o uso correto da informação, ou não conta com alguém motivado para dinamizar a prestação de serviços bibliotecários... (MACEDO⁴², 2005 apud CASTRO FILHO; COPPOLA JÚNIOR, 2012, p. 31)

Apenas em 2010 foi regulamentada, por meio de legislação específica, a presença de bibliotecas em instituições de ensino do país. Pela Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010 (já referida anteriormente), qualquer escola - seja pública ou privada - deverá possuir obrigatoriamente uma biblioteca em condições de atender o número de alunos matriculados. É imperioso que essa lei vigore e não caia no ostracismo, como tantas leis e decretos já promulgados.

Nesse sentido, Castro Filho e Coppola Júnior (2012) alertam para a responsabilidade da comunidade escolar:

A Educação pública brasileira necessita de inúmeras melhorias para a qualidade da educação. A Lei N.º 12.244/2010 representa um dos maiores avanços, no sentido do Estado se posicionar frente ao Manifesto da IFLA/UNESCO para biblioteca escolar. Porém, cabe à comunidade escolar, aos professores, aos bibliotecários, reivindicar a aplicação desta lei, de forma a impedir que seja esquecida e suprimida por outros interesses (CASTRO FILHO; COPPOLA JÚNIOR, 2012, p. 39).

Em agosto de 2018, de acordo com Farias e Britto (2019, p. 835), a deputada federal Laura Carneiro, do Rio de Janeiro, apresentou o Projeto de Lei nº 9.484/2018, que alterou a Lei nº

⁴² MACEDO, Neusa Dias. **Biblioteca escolar brasileira em debate:** da memória profissional a um fórum virtual. São Paulo: Senac São Paulo, Conselho Regional de Biblioteconomia – 8ª. Região, 2005, p. 68.

12.244/2010 em quatro pontos: reviu o conceito de biblioteca escolar⁴³; propôs a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares; instituiu novo prazo para o cumprimento da Lei, conformando-o à vigência do PNE, isto é, 2024; e previu sanções aos sistemas de ensino que não obedecerem à Lei.

De acordo com o site **Biblio**⁴⁴ (2019), em outubro de 2019, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou a redação final do Projeto de Lei⁴⁵ nº 9.484/18 que se encontra atualmente em tramitação no Senado Federal.

3.2.1 A responsabilidade em estabelecer vínculos com a comunidade do entorno

De acordo com Amaro (2016, p. 35), o grande desafio entrevistado para as bibliotecas escolares brasileiras é que elas sejam universalizadas e passem a fazer parte com maior visibilidade das políticas públicas, e que também, no campo das abstrações, vigorem nas aspirações de pais, gestores, professores e alunos como um direito a ser atingido e conquistado. Fato basilar na nossa cultura é que as bibliotecas escolares não são vistas pelo senso comum como relevantes. Pais, professores e alunos não batalham por sua existência e, mesmo em escolas particulares, a inexistência de bibliotecas é encarada com naturalidade.

Segundo o autor, a biblioteca desvalorizada no imaginário social e nas práticas da sociedade civil está aquém das potencialidades atuais condizentes com a biblioteca escolar. Embora ainda prevaleça em grande parcela da população brasileira uma ideia da biblioteca escolar como local do castigo, do silêncio extremado, do excesso de regras e normas, dos livros antigos e empoeirados, dos funcionários inflexíveis e entediados, enfim, das impossibilidades, “apenas a mudança das práticas profissionais poderá fazer com que a biblioteca escolar entre na pauta de desejos da sociedade, de forma que seja um desejo fazer uso pleno da biblioteca, assim como o é ir à praia ou ao cinema.” (Ibid., p. 35)

⁴³ Por certo, conforme Farias e Britto (2019, p. 836), embora o Projeto de Lei nº 9.484/2018 estabeleça a vinculação da biblioteca escolar com o processo de ensino-aprendizagem e seu atrelamento à leitura e à escrita, as proposições do Projeto não alteram significativamente o teor da Lei nº 12.244/2010, corroborando a concepção de biblioteca escolar como um espaço da escola, e não como parte de seu projeto educativo.

⁴⁴ Disponível em: <https://biblio.cartacapital.com.br/aprovada-redacao-final-do-pl-que-cria-o-sistema-nacional-de-bibliotecas-escolares/>. Acesso em: 22 maio 2020.

⁴⁵ Segundo a reportagem, um dos principais pontos do Projeto de Lei (complementando nota acima) prevê a alteração do conceito de biblioteca escolar, previsto na Lei nº 12.244/2010, substituindo a palavra “acervo” por “equipamento cultural”. O intuito é que esses espaços deixem de ser encarados como “depósito estático de livros e materiais”.

Para ele, algumas das medidas a serem implementadas poderiam consistir na abertura da biblioteca escolar para atender também aos funcionários e familiares; no desenvolvimento de projetos com a comunidade do seu entorno, relacionados à área de promoção da leitura e da literatura e de letramento informacional. Entre estes projetos - elaborados pelos bibliotecários, com apoio dos professores, e realizados com os alunos - estariam atividades de mediação da leitura, de alfabetização digital, de colaboração com bibliotecas comunitárias, de melhoria de acesso à leitura para deficientes, de letramento digital (AMARO, 2016, p. 38). Com isso, indiretamente seriam afrontados a evasão escolar, o desinteresse de crianças e jovens pelos conteúdos privilegiados pela escola e as dificuldades de integrar a tecnologia às práticas de ensino, que, segundo o autor, constituem os grandes desafios da educação contemporânea.

3.2.2 Políticas Públicas e programas de ações e apoio às bibliotecas escolares

3.2.2.1 Programa Nacional do Livro e do Material Didático

Tendo por base informações do Portal do MEC, no concernente ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático⁴⁶, o mesmo foi sancionado pelo Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017 e unificou as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola.

No que tange ao PNBE⁴⁷, ele foi desenvolvido a partir de 1997 e teve a finalidade de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura de alunos e professores por intermédio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O atendimento era realizado de maneira alternada: ou eram contempladas as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos, ou eram atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. O PNBE teve sua extinção decretada em julho de 2017 (pelo Decreto nº 9.099/2017), sendo que estava descontinuado desde 2014.

⁴⁶ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>. Acesso em: 20 maio 2020.

⁴⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/309-programas-e-acoes-1921564125/programa-nacional-biblioteca-da-escola-1229869342/12368-programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 20 maio 2020.

De acordo com a especialista em literatura, Regina Zilberman, em reportagem do **G1**⁴⁸ (2017), o PNBE acabou tendo o destino de tantos outros programas governamentais de promoção do livro e da leitura, interrompidos sem qualquer explicação ou justificativa⁴⁹.

Cumpre salientar que o período, em que o PNBE não foi executado, coincidiu com a aprovação da valorização da literatura nas diretrizes curriculares. A ‘Base Nacional Comum Curricular’ (BNCC) do ensino fundamental, aprovada em março/abril de 2017, incorporou “Educação Literária” e a “Leitura” como eixos da área de linguagens. O MEC negou na época qualquer prejuízo para o cumprimento da nova BNCC do ensino fundamental e mencionou que não haveria qualquer descontinuidade das ações do PNBE que ficaram sob o controle do (novo) PNLD.

É oportuno destacar que os livros, que foram entregues em 2018, não incluíram obras literárias. O governo federal ficou, portanto, quatro anos (de 2015 a 2018)⁵⁰ sem disponibilizar novos livros de literatura para bibliotecas de escolas públicas brasileiras.

Em 2019, novos problemas ocorreram. O Ministério da Educação do governo Jair Bolsonaro, até fevereiro daquele ano - conforme atestou a reportagem da **Folha UOL**⁵¹ (2019) - ainda não havia comprado 10,6 milhões de livros literários que deveriam ser entregues já naquele ano a escolas públicas de todo país.

Isso ocorreu porque parte dos contratos com as editoras já aprovadas não havia sido assinada. A demora na definição da equipe do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do Ministério da Educação responsável pela aquisição de livros para as escolas públicas, atrasou os processos e comprometeu a finalização das compras. O FNDE, que ficara

⁴⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/governo-federal-seguira-sem-entregar-novos-livros-de-literatura-para-bibliotecas-escolares-em-2018.ghtml>. Acesso em: 17 maio 2020.

⁴⁹ Com efeito, a par da declaração dessa especialista, cumpre mencionar que um amplo estudo - feito, em 2009, por iniciativa do MEC com a participação da Organização dos Estados Ibero-Americanos e que resultou no documento **Avaliação das Bibliotecas Escolares no Brasil** - mostrou que as políticas públicas de distribuição de livros, que constituíram os primaciais instrumentos para a melhoria dos índices de leitura de alunos do ensino básico no Brasil, pouca influência tiveram no aperfeiçoamento das bibliotecas das escolas públicas. (CAMPELLO, 2015, p. 4) Conforme Battisti e Porto (2016, p. 230), uma outra informação que precisa ser agregada é a de que o Ceale (Centro de alfabetização, leitura e escrita da Faculdade de Educação da UFMG) - que congregava o grupo de professores/pesquisadores que fazia a avaliação pedagógica das obras inscritas no PNBE - em 2013, por meio de sua coordenadora, Aparecida Paiva, denunciou o caráter mercadológico dos programas de distribuição de livros que eram vistos como grandes oportunidades de vendas pelas editoras. Elas investiam muito mais em obras para os anos iniciais do Ensino Fundamental do que do Ensino Infantil porque os critérios de seleção eram menos rígidos. A grande maioria dos livros inscritos era de prosa, o que prejudicava a heterogeneidade de gêneros na etapa de seleção.

⁵⁰ A última remessa, ocorrida em 2014, distribuiu cerca de dezenove milhões de livros.

⁵¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/mec-nao-assina-contratos-e-atrasa-entrega-de-106-milhoes-de-livros.shtml?origin=uol>. Acesso em: 17 maio 2020.

acéfalo após o início do governo Bolsonaro, foi abalado por inconsistências técnico-administrativas como as mudanças de um outro edital de compra de livros, mudanças estas que retiraram exigências das obras (como o combate à violência contra a mulher) e permitiram livros com erros. Tais alterações foram suspensas após a repercussão negativa do fato.

De acordo com a mesma reportagem da **Folha UOL** (2019), uma nota do MEC defendeu, na época, que o episódio não configurava um atraso, porque os livros chegariam às escolas ainda em fevereiro e porque, diferentemente das obras didáticas, que necessariamente precisavam estar nas mãos dos estudantes e professores no início do ano letivo, o acervo de obras literárias seria utilizado em momentos específicos ao longo do ano, o que permitia uma maior flexibilidade de tempo para sua disponibilização.

No início de 2020, um novo acontecimento divulgado em reportagem do **G1**⁵² (2020) - também ligado ao tema do desenvolvimento de coleções - fincou-se na gestão do então Ministro Abraham Weintraub: o MEC pretendia descartar 2,9 milhões de livros que nunca haviam sido entregues aos alunos de escolas públicas. Tais edições, que estariam desatualizadas para uso, haviam sido compradas em gestões anteriores do MEC, entre 2005 e 2019. O FNDE emitiu uma portaria na época, instituindo uma comissão formada por técnicos da instituição que ficaram responsáveis por levantar eventuais falhas nos processos de anos anteriores, tendo o intuito de discutir a futura destinação dos livros didáticos.

No início de junho de 2020, reportagem do **PublishNews**⁵³ (2020) - portal especializado em notícias e informações sobre a indústria do livro - divulgou que o Ministério da Educação (MEC) e o FNDE⁵⁴ realizariam uma reunião técnica para explicitar pontos relevantes e tirar dúvidas sobre o edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2022, destinado à educação infantil. A principal novidade do documento consistiria na previsão inédita de livros didáticos para alunos da pré-escola a partir de 2022.

⁵² Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/01/11/mec-estuda-descartar-29-milhoes-de-livros-didaticos-ainda-nao-utilizados-diz-jornal.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2020.

⁵³ Disponível em:
<https://www.publishnews.com.br/materias/2020/06/04/mec-e-fnde-fazem-reuniao-tecnica-para-discutir-pnld-2022>.
Acesso em: 04 jun. 2020.

⁵⁴ O FNDE é uma das autarquias do Ministério da Educação e responde pela execução de uma série de programas de alcance nacional, como: Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD); Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em 23 de junho, reportagem da **Folha UOL**⁵⁵ (2020) divulgou que um grupo de entidades assinou uma representação para que o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público Federal (MPF) cancelem edital do Ministério da Educação para a compra de livros didáticos para a educação infantil. Eles alegam que as regras para seleção das obras não seguem critérios técnicos e ferem leis educacionais.

A representação feita pela Associação Brasileira de Alfabetização argumenta que a compra e adoção de livros didáticos reforça a lógica transmissiva de conteúdos escolares, mais notadamente aqueles referentes à alfabetização e aos conhecimentos lógico-matemáticos, comprometendo a finalidade da educação infantil com o desenvolvimento pleno e integral das crianças.

As entidades também ressaltam que o edital coíbe as obras que poderão ser selecionadas ao determinar que os livros terão que obedecer à metodologia de alfabetização baseada em evidências científicas, como as das áreas das ciências cognitivas. O método é defendido pela Política Nacional de Alfabetização (PNA), que - lançada no ano passado pelo secretário de Alfabetização do MEC - prioriza o chamado método fônico (que concentra a atenção na relação entre sons e letras e baseia-se apenas na neurociência e neurolinguística). Ademais, a restrição metodológica pode levar ao favorecimento de grupos específicos de autores e editores, o que se constitui como inconstitucional, fato gravíssimo para qualquer edital que envolva elevado montante de recursos públicos. As compras do novo PNLD têm orçamentos milionários. A título de exemplificação, no ano passado, a aquisição de livros para 12 milhões de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental custou mais de R\$ 458 milhões. Além das cifras milionárias e do benefício a determinados grupos, a conjuntura é grave por tirar a autonomia das escolas e municípios sobre como ensinar.

⁵⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/entidades-pedem-suspensao-de-edital-do-mec-para-compra-de-livros.shtml?origin=uol>. Acesso em: 15 jul. 2020.

3.3 As Tecnologias da Informação e Comunicação

3.3.1 A inserção da(s) Web/TICs no cotidiano das pessoas

A partir da década de 1990, a evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e, em especial, da World Wide Web (Web) tornou relevante o conhecimento das diferentes categorias de usuários e de suas necessidades informacionais para o desenvolvimento de recursos e serviços digitais específicos.

Tecnologia e interatividade, globalização e virtualidade, organização e automação, criatividade e inteligência são algumas das múltiplas facetas da sociedade da informação. É difícil definir o que é esta sociedade, dada a diversidade de fatores que a constituem, e mais difícil ainda prever o futuro dela, devido às constantes transformações que experimenta⁵⁶. Aos fundamentos interdisciplinares da ciência da informação alia-se o fenômeno de percepção da informação pela consciência e sua transformação em conhecimento, usando as novas tecnologias, por meio da mediação. Tal construção exige o desenvolvimento de uma arquitetura tecnológica própria, que utilize equipamentos adequados a essa proposta.

Isso significa conceituar as TICs não como meros instrumentos, no sentido técnico tradicional, mas como algo tecnologicamente novo e diferente, capaz de ampliar o poder cognitivo do ser humano e de possibilitar mixagens complexas e cooperativas de conhecimento. Além disso, proporciona a mediação da informação [...] (LANZI; VIDOTTI; FERNEDA, 2013, p. 100)

O termo TICs inclui as áreas mais amplamente conhecidas como informática, telecomunicações, engenharia de sistemas e de software. A estes elementos, é possível acrescentar a microeletrônica, a Internet e as tecnologias de acesso que não conformam uma nova indústria em si, e sim um núcleo dinâmico de uma revolução tecnológica e de transformação econômica e social. Ao mesmo tempo em que as TICs são objetos de consumo, manifestam-se também como ferramentas de trabalho que alteram a relação do homem com a máquina e dinamizam o processo de socialização das inovações. (ALMEIDA; URPIA; IZERROUGENE⁵⁷, 2010 apud SILVA, 2013a, p. 72).

⁵⁶ “A sociedade da informação não é um modismo. Representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um novo paradigma técnico-econômico. É um fenômeno global, com elevado potencial transformador das atividades sociais e econômicas, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessas atividades inevitavelmente serão, em alguma medida, afetadas pela infraestrutura de informações disponível. É também acentuada sua dimensão político-econômica, decorrente da contribuição da infraestrutura de informações para que as regiões sejam mais ou menos atraentes em relação aos negócios e empreendimentos. Sua importância assemelha-se à de uma boa estrada de rodagem para o sucesso econômico das localidades. Tem ainda marcante dimensão social, em virtude do seu elevado potencial de promover a integração, ao reduzir as distâncias entre pessoas e aumentar o seu nível de informação” (TAKAHASHI, 2000, p. 5).

⁵⁷ ALMEIDA, I.; URPIA, A.; IZERROUGENE, B. A lógica da acumulação capitalista na economia informacional. *Liinc em Revista*, v. 6, n. 1, p. 72-88, 2010.

Conforme Costa, Duqueviz e Pedroza (2015, p. 604), o termo ‘Tecnologias da Informação e Comunicação’ - TICs - é o mais comum para se reportar aos dispositivos eletrônicos e tecnológicos, incluindo-se computador, Internet, tablet e smartphone. Visto que o termo TICs abrange tecnologias mais antigas como a televisão, o jornal e o mimeógrafo, pesquisadores têm empregado o termo ‘Novas Tecnologias’ para se referir às tecnologias digitais ou o termo ‘Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação’ (TDIC). Neste TCC, empregar-se-ão TICs, TDIC, novas tecnologias e tecnologias digitais indistintamente para referências a computador, tablet, celular, smartphone e qualquer outro dispositivo que permita a navegação na Internet.

Torna-se oportuno destacar que, visto que a trajetória de vida de um indivíduo perpassa por diferentes fases: infância, adolescência, maturidade e velhice, entende-se que as necessidades informacionais, o comportamento de busca e o uso de informação variam significativamente nessas diferentes fases em relação às situações e às circunstâncias enfrentadas. Logo infere-se daí que o uso das TICs e o comportamento informacional devem ser analisados sob diferentes contextos e situações (LANZI et al., 2012, p. 50).

Conhecer os anseios e expectativas das crianças, dos adolescentes e jovens na atualidade torna-se uma questão fulcral quando se trata de desenvolver ferramentas informacionais voltadas a este público. Oferecer recursos e serviços que atendam às necessidades das crianças e dos adolescentes requer amplo levantamento do comportamento infantil e juvenil e profundo conhecimento de sua realidade social e cultural. (*Ibid.*, p. 62)

Ademais, é imprescindível que se preserve a competência informacional dos futuros adultos, uma vez que, banalizando-se aquelas fontes institucionalizadas para o acesso à informação e construção do conhecimento por meio da suposta facilidade das ferramentas Web, como o Google, crianças e adolescentes veem-se submetidos a uma abordagem mais fragmentada, com menos profundidade e mais genérica, que descontextualiza o aprendizado formal e não potencializa o pensamento crítico. Urge salientar, entretanto, que ambientes e mídias - como blogs, redes sociais, TV, música e jornais - podem cativá-los e servir como porta de entrada para os demais conteúdos e ferramentas. Além disso, sabe-se que as novas gerações anseiam por informação rápida, objetiva e direta. Com isso, depreende-se que mudanças na linguagem e condutas do profissional bibliotecário são necessárias e imperiosas, devendo proporcionar às crianças e adolescentes uma visão dinâmica, investigativa, crítica e cooperativa na busca de informação. De

fato, o conhecimento aprofundado das necessidades informacionais das crianças e adolescentes - enquanto usuários - pode auxiliar no desenvolvimento de medidas como a criação de novos produtos e serviços de informação (LANZI et al., 2012).

Torna-se oportuno mencionar também o livro **Crescer saudavelmente no mundo das mídias digitais**, que visa a esclarecer os perigos e riscos do uso indiscriminado das mídias digitais por crianças e jovens, tais como: danos ao desenvolvimento cerebral, estresse nas comunicações, riscos de vícios, perda de privacidade, páginas da Internet malfazejas para crianças e jovens, cyberbullying e problemas de saúde oriundos da exposição continuada às radiações eletromagnéticas de telefones celulares. Esta obra disponibiliza uma perspectiva educacional que propicia um equilíbrio harmonioso entre as necessidades das crianças e jovens e as limitações que se fazem necessárias como medidas de precaução contra riscos.

Continuando nessa linha expositiva, cumpre ressaltar que, no momento da escritura deste trabalho, ou seja, em meio à pandemia do coronavírus, a plataforma **Canguru News**⁵⁸ (2020) divulgou os resultados de uma pesquisa feita pela UNIFESP. Segundo a investigação, mais de 55% das crianças avaliadas comiam em frente à televisão e 28% passavam longos períodos utilizando mídias de tela. A pesquisa do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo concluiu, após a aplicação de questionários aos pais e responsáveis das crianças (em idade pré-escolar, de 4 a 6 anos) e depois de uma avaliação motora completa dos infantes, que o excesso de uso de telas - como a televisão, o videogame e o computador - pode prejudicar o sono, o tempo de atividade física e a capacidade motora das crianças. A coordenadora do estudo chegou a afirmar que a recomendação é que crianças de até 11 anos realizem uma hora de atividade física por dia, usem as mídias de tela por no máximo duas horas e durmam de 9 a 11 horas por noite. Com a interação social escassa devido à pandemia, o uso da tecnologia infantil aumentou significativamente. Se os pais já enfrentavam uma “guerra” antes da pandemia, tentar resolver esse problema em tempos de isolamento não é o melhor caminho. De acordo com a especialista Jacqueline Vilela (que se dedica à formação de educadores

⁵⁸ A **Canguru News** é uma plataforma de conteúdo sobre primeira infância que oferece informação precisa e útil para mães, pais, cuidadores e educadores, ajudando a moldar o futuro da sociedade. Ela é a evolução da **Canguru**, uma revista impressa mensal - criada em outubro de 2015 - distribuída por mais de 400 escolas parceiras em três capitais (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte).

Disponível em: https://mailchi.mp/cangurunews/43_controlar-o-tempo-de-telas-e-inutil?e=760278e5fa. Acesso em: 01 jul. 2020.

parentais nos quatro cantos do país), em outra reportagem coetânea da plataforma **Canguru News**⁵⁹ (2020), em vez de focar no tempo gasto on-line, os pais e responsáveis devem concentrar-se no objetivo da conexão. Se os filhos estão tendo algum tipo de interação social on-line com os amigos e familiares mais distantes; se estão aprendendo uma nova habilidade ou organizando uma festa virtual ou encontrando maneiras criativas de se expressar, este não é o melhor momento para estresse dos pais, uma vez que as crianças estão equilibrando o uso passivo da mídia (jogos, filmes) com interações produtivas e ativas. Deve-se enfatizar que as atividades em família (seja, por exemplo, compartilhando histórias da linhagem, experienciando brincadeiras conjuntas ao ar livre, lidando com horta e jardinagem ou lendo algum livro para os filhos), os exercícios físicos e o sono suficiente precisam ser resguardados.

3.3.1.1 Infoexclusão e Literacia Digital

Urge focalizar, neste ponto, uma importante dimensão relacionada ao uso das TICs: a infoexclusão. Contrariando literatura ufanista a respeito das TICs nas sociedades contemporâneas, as TICs não constituem uma tecnologia democratizadora e inclusiva pela sua própria existência, mas, pelo contrário, acabam acentuando as desigualdades e assimetrias existentes nas sociedades contemporâneas, à medida que se expandem.

No Brasil, segundo Tavares e Melo (2019, p. 3), encontram-se regiões com distintas realidades econômicas e sociais com implicações não apenas no poder aquisitivo da família para adquirir bens tecnológicos e serviços de Internet, como também na realidade de cidades menos desenvolvidas tecnologicamente por infraestruturas de rede, engendrando dificuldades ao acesso à informatização de determinadas populações. Essa última questão de infraestrutura de redes e serviços de conexão à Internet mostra-se um problema generalizado do país que atualmente obteve a posição de 53º no ranking de velocidade de Internet no mundo (OPENSIGNAL, 2017), revelando o quanto o país ainda precisa avançar na disponibilização de redes digitais de qualidade, propiciando melhor inclusão digital e potencialidade de uso.

Roberto, Fidalgo e Buckingham (2015, p. 45) alertam que pensar na infoexclusão e na sua proximidade com a desigualdade social implica, também, refletir sobre a forma como o grupo dos

⁵⁹ Disponível em: https://mailchi.mp/cangurunews/43_controlar-o-tempo-de-telas-e-inutil?e=760278e5fa. Acesso em: 01 jul. 2020.

nativos digitais pode ser atingido por esta problemática. Estas crianças e jovens, que crescem ao mesmo ritmo que a tecnologia, podem ter menos oportunidades e maior dificuldade de aproveitamento de recursos quando pertencentes a famílias de classes sociais baixas por comparação a crianças e jovens de famílias mais abastadas.

Nestes casos, é imperioso que haja o delineamento de políticas públicas que assegurem a modernização de bibliotecas (notadamente as escolares da rede pública), pois em muitos casos estas acabam constituindo uma das únicas possibilidades de acesso dessas crianças mais pobres aos computadores e redes. A par disso, cabe ressaltar que não basta investimento público em hardware com computadores e redes de acesso; tem-se a necessidade de investir na formação de educadores e de pessoas capazes de disseminar esse conhecimento e atuar como multiplicadoras.

Roberto, Fidalgo e Buckingham (2015, p. 46) afirmam que a educação ou literacia digital deve implicar não só a utilização do computador, e respectivas aplicações, bem como a aprendizagem de capacidades que possibilitem a compreensão e o domínio da linguagem codificada e subjacente à cibercultura. Este traço da literacia digital irrompe como determinante, inclusive na sua definição que deixa de estar centrada no uso instrumental da tecnologia para posicionar a literacia digital nos patamares de prática social.

Daí, a importância do bibliotecário nessa conjuntura. É preciso que este profissional possua habilidades para fazer uso, ele próprio, das novas tecnologias, pois só assim ele terá condições de orientar os alunos a lidarem com essas ferramentas, fomentando neles o gosto simultâneo pela leitura, pela pesquisa, pela aprendizagem em sentido lato. Para tanto, os cursos de graduação nas faculdades e universidades brasileiras não devem estar refratários a tal cosmogonia: os currículos e a atividade docente devem preparar o estudante universitário para que ele possa adentrar os seus futuros espaços de atuação profissional, cônscio de suas responsabilidades como mediador e educador, tornando-se um diferencial também no ciberespaço. Dentro deste contexto, o novo profissional estará melhor capacitado para reformular as bibliotecas tradicionais, sobretudo as escolares, mediante a desburocratização de seus processos e a ampliação de uso dos seus recursos pelas crianças e adolescentes, personagens sociais que se arvoram em molas propulsoras dos verdadeiros processos regenerativos das estruturas obliterantes.

3.3.1.2 ‘Geração Google’? ‘Nativos Digitais’?

É oportuno mencionar que, neste cenário da Web 2.0⁶⁰, são considerados nativos da ‘geração Google’ os sujeitos que nasceram após 1993. Essa geração é, de alguma forma, qualitativamente diferente das gerações anteriores, pois os integrantes possuem aptidões, atitudes, expectativas e competências informacionais inerentes ao atual paradigma tecnológico e às atividades concernentes, dentre as quais se destacam a colaboração e o compartilhamento de informação e conhecimento. As gerações anteriores edificavam seu conhecimento com livros e bibliotecas convencionais, enquanto a ‘geração Google’ está intrinsecamente relacionada à utilização de TICs para a busca e o uso de informação (UNIVERSITY COLLEGE LONDON⁶¹, 2008 apud LANZI et al., 2012, p. 58).

A expressão ‘geração Google’ é similar a expressões como ‘nativos digitais’. De fato, o termo ‘nativos digitais’ tornou-se conhecido por meio dos trabalhos desenvolvidos pelo educador Prensky (2001). Por nativos digitais podem ser entendidos aqueles que nasceram após o surgimento da Internet e que não conseguem imaginar o mundo sem ela, enquanto aqueles nascidos antes de meados da década de 1960 passaram a ser referenciados como ‘imigrantes digitais’.

Segundo Tavares e Melo (2019, p. 2), os nativos digitais são aqueles indivíduos que têm contato com a linguagem do computador, dos videogames e Internet, de um modo geral, desde muito cedo. São falantes nativos dessa linguagem e adaptam-se facilmente às tecnologias digitais por se mostrarem a elas atraídos já nos primeiros anos. Os imigrantes digitais, por sua vez, são aqueles indivíduos que não nasceram inseridos na revolução digital, mas que assistiram ao recrudescimento da mesma e hoje lidam ou tentam lidar com as novas tecnologias no dia a dia.

Quando se fala em ‘nativos digitais’, é preciso que se abordem as gerações X, Y e Z, visto que cada geração faz parte da nova era tecnológica. A geração X abrange as pessoas que nasceram entre 1965 e 1981. A geração Y (ou geração Millenium) abarca os nascidos após 1980 até a década de 1990. A geração Z - com pessoas de 10 a 25 anos - caracteriza os nascidos entre 1995 e 2010.

⁶⁰ Web 2.0 é um conceito que define o funcionamento da Internet a partir do ano 2000, quando esta passou a contar com a colaboração efetiva dos usuários na publicação, revisão e classificação de conteúdo. Nela a tecnologia não apenas conecta um usuário da Rede a um servidor de conteúdo, mas também a outros usuários, em uma relação de pessoa-para-pessoa. Nela a tecnologia e a infraestrutura da Rede - hoje com o amplo acesso sem fio (wi-fi) - serviram como ferramenta de organização, mudando radicalmente a forma como as pessoas trabalham e gerenciam suas informações. (XAVIER, 2019)

⁶¹ UNIVERSITY COLLEGE LONDON - UCL. **Information behavior of the researcher of the future**. London: UCL, 2008, 35 p.

A chamada geração Alpha é compreendida por alguns como sendo constituída pelos nascidos a partir de 2010 (atualmente com até 10 anos de idade).

Levando-se em conta essas diversidades geracionais e tendo o intuito de estabelecer uma uniformidade terminológica, o termo ‘nativos digitais’ será adotado neste TCC, em virtude da relevância do trabalho de Prensky que consagrou esse termo como descritor de toda uma geração e estabeleceu sobremaneira uma reflexão sobre as diferenças comportamentais e culturais intergeracionais. Todavia, cumpre mencionar que - de acordo com Furtado (2013, n. p.), a teoria de Prensky (2001) tem sofrido duras críticas ao ponto de o paradigma ‘nativo digital’ ser considerado mito por alguns estudiosos. Alguns estudos alertam para questões ideológicas e interesses que permeiam o sistema escolar; outros consideram que o mercado e o marketing das indústrias da área tecnológica têm influência nos estudos do autor em questão; outros, até mesmo, consideram ser mais importante entender o contexto e as circunstâncias do não uso da tecnologia por parte dos jovens. Outro aspecto, no trabalho de Prensky, que tem recebido contestações é ter unicamente a idade como fator taxativo para classificar as pessoas em nativos ou imigrantes digitais. Com efeito, Prensky, em 2009, lançou outro trabalho que postulou um novo conceito, o de “sabedoria digital”, que abandonou o fator idade e valorizou as potencialidades dos indivíduos para o uso da tecnologia digital, a fim de incrementar sua arquitetura cognitiva. Urge mencionar que, até o momento, devido à ausência de uniformidade da literatura científica, não se pode considerar sobre quais as variáveis que realmente condicionam o uso da tecnologia por parte das crianças e jovens.

A par disso,

a Ciência da Informação, principalmente a Biblioteconomia, no Brasil, ainda se debruçou pouco no tema de Nativos Digitais. A busca em bases de dados acusa poucos resultados, o que demonstra a necessidade de se refletir mais a respeito. Principalmente no caso da Biblioteca Escolar, que atua diretamente com esses novos sujeitos, é primordial compreendê-los e entender o que eles pensam sobre a biblioteca e o bibliotecário. (PAIVA; DUARTE, 2017, n. p.)

Complementarmente, cabe citar o escritor e desenhista Ricardo José Duff Azevedo - um dos expoentes da área de literatura infantil e juvenil no Brasil - que, em uma entrevista ao **Cândido**⁶² ([2009?]), emitiu uma opinião acerca das novas mídias e de indivíduos que delas fazem uso:

[...] Essas chamadas novas mídias são muito recentes e não consigo me posicionar

⁶² Disponível em: <http://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Entrevista-Ricardo-Azevedo>. Acesso em: 25 jun. 2020.

com clareza diante delas. Veja a questão das redes sociais. Creio que ninguém neste momento pode prever que efeito elas vão ter em nossas vidas. No que diz respeito às novas mídias, minha sensação é a de que, no fundo, estamos principalmente diante de novos suportes e de novos recursos. Entretanto, continuamos seres humanos cheios de sentimentos, dúvidas e contradições. Gosto da frase: “penso, logo, existo, mas quem sou eu?” A ficção e a poesia são formas de lidar com questões assim. Se serão lidas em livro de papel ou não, em princípio, parece ser uma questão menor. O que preocupa não são as novas tecnologias, mas sim sua utilização por gente individualista e consumista, por técnicos acríticos e despolitizados. Infelizmente, muita gente tem saído das escolas e faculdades nesse estado, formados para ser mera massa de manobra da sociedade tecnológica e de consumo. Isso sim assusta.

3.3.2 Bibliotecas Públicas e TICs

Considerando a necessidade de explicitar viés argumentativo que descortine a situação das bibliotecas públicas em relação às TICs, torna-se importante mencionar que a explosão informacional e o acelerado incremento das tecnologias de informação e comunicação advindas da sociedade da informação trazem diversos e incisivos desafios àquelas instituições. A velocidade do desenvolvimento das novas tecnologias desencadeia serviços paralelos e alternativos aos das tradicionais bibliotecas públicas, com a vantagem de serem mais oportunos a estas instituições que se veem em crise em plena sociedade da informação. A crise da biblioteca pública na sociedade da informação denota seu paradoxo. Incutida em uma sociedade com enormes e díspares contradições sociais, a biblioteca pública deixa de realizar seu papel basilar de ser o grande disseminador de informação (SUAIDEN⁶³, 2000 apud MACHADO; SUAIDEN, 2013, n. p.). Além dos tradicionais objetivos, a nova organização social demanda novas necessidades informacionais e de inclusão digital, demandas que antes não lhe eram pertinentes. Assim a biblioteca pública brasileira acirra sua crise em relação à sua missão social. Faz-se necessário que essa instituição se repense e se reinvente. Cumpre destacar que a realidade brasileira de descaso e negligência para as áreas de educação e cultura, onde se encontram as bibliotecas públicas, ajudam a gangrenar o desenvolvimento destas. Todavia, o empecilho das bibliotecas sobrepuja a falta de orçamento. O verdadeiro problema se conforma com problemas de gestão e de modelo de bibliotecas públicas (MACHADO; SUAIDEN, 2013, n. p.).

Com efeito, percebe-se que as novas tecnologias que transformam as bibliotecas não se fazem presentes nem para uso dos profissionais bibliotecários nem para usuários em geral. Na atual conjuntura, as bibliotecas brasileiras ainda não detêm equipamento tecnológico adequado para propagar o uso das novas tecnologias de informação (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011 apud MIRANDA; BERNARDINO, 2019). Ainda, segundo Olinto⁶⁴ (2010 apud MACHADO; SUAIDEN, 2013, n. p.), apesar de, em outras partes do mundo, a biblioteca pública apadrinhar a democratização do uso das Tecnologias de Informação, no Brasil, as bibliotecas públicas estão aquém desta tarefa. Desta forma, como já dito anteriormente, a tecnologia passa de uma aliada das

⁶³ SUAIDEN, Emir José. A Biblioteca Pública no Contexto da Sociedade da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, agosto 2000.

⁶⁴ OLINTO, Gilda. Bibliotecas públicas e uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento social. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 77-93, 2010.

bibliotecas públicas a uma antagonista. O instrumental que poderia ser utilizado em prol da biblioteca para servir a sociedade se converte em desafio.

Por certo, a biblioteca pública brasileira ainda precisa adaptar-se, buscando auxiliar a comunidade a enfrentar os desafios advindos com os tempos modernos, garantindo o acesso à informação digital e propiciando que o usuário usufrua satisfatoriamente das facilidades proporcionadas pela Internet.

Em relação a isso, observem-se as citações de Bernardino e Suaiden (2011) e de Bernardino e Alentejo (2013):

[...] Como parte integrante do cenário da sociedade da informação a biblioteca pública precisa se apropriar das tecnologias da informação e da comunicação, a fim de permitir uma disseminação eficaz da informação e atuar de maneira eficiente e consciente de seu papel na sociedade da informação. (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 140)

A Garantia ao livre acesso à informação e dispô-la em qualquer suporte em que ela se encontre requer que a biblioteca pública esteja equipada tecnologicamente, disponha de acesso em rede à Internet e que seus funcionários saibam manipular as ferramentas informacionais e os meios de busca e recuperação da informação. Esta é uma questão política que na maioria das vezes embarga toda e qualquer iniciativa no sentido de garantir aos usuários seus direitos e atuar em consonância com os ditames da sociedade da informação. (BERNARDINO; ALENTEJO, 2013, p. 47)

A par disso, a situação do Brasil é bem diferente, quando comparada com a de outros países:

Enquanto na Espanha as bibliotecas públicas dispõem de computadores para uso da clientela e acesso à rede wi-fi em quase toda a Rede de Bibliotecas Públicas e na Alemanha a biblioteca ser encarada como um banco e dispor de políticas públicas e investimento para a democratização do acesso à informação, no Brasil o acesso é precário devido à falta de computadores e pessoal qualificado. O[s] discurso[s] dos respondentes [dos questionários aplicados na pesquisa que embasou o texto do qual se extraiu este excerto] refletem a insatisfação no que diz respeito às políticas públicas para as bibliotecas e denunciam que para se pensar em acesso democrático, livre e gratuito à informação é necessário dotar as bibliotecas públicas de equipamentos tecnológicos de qualidade e oportunizar a qualificação profissional dos funcionários. (Ibid., p. 69)

Na verdade, cabe salientar que, no Brasil, a biblioteca do século XXI - não será completamente impressa, tampouco completamente digital; deverá, contudo, reunir em seu acervo e disponibilizar ao seu público o melhor dos dois suportes - o impresso e o digital (FREITAS; SILVA, 2014, p. 130).

Segundo Olinto (2010), em nosso país, as bibliotecas públicas estão pouco preparadas para a tarefa de democratizar o uso das Tecnologias de Informação. A autora ressalta, todavia, que a

crise tem raízes mais profundas: “mais destacada que as sérias carências de diversos tipos - financeiras, de infraestrutura e de recursos humanos - é a realidade de uma biblioteca pública invisível, com pouca tradição de uso, e pouco inserida na vida comunitária [...].” (OLINTO⁶⁵, 2010, p. 78 apud MACHADO; SUAIDEN, 2013, n. p.).

No entanto, as rápidas e profundas transformações advindas do avanço técnico-científico provocam na biblioteca pública a responsabilidade de promover atividades de desenvolvimento de habilidades e competências informacionais. De fato, a par da apropriação das novas tecnologias de informação e de comunicação e do fomento de atividades vinculadas ao letramento informacional, torna-se fundamental a reconstrução de um modelo de biblioteca pública que reflita a sociedade em que se insere (MACHADO; SUAIDEN, 2013). Afinal de contas, como poderia a instituição que atua com a gestão e disseminação da informação ficar imune às transformações da sociedade? Com efeito, tal questionamento revela que esta instituição pública deverá se repensar e se reinventar a fim de assumir sua incumbência quanto à redução das desigualdades sociais de acesso à informação, quanto ao fomento da cidadania, quanto à promoção da inclusão social e digital.

⁶⁵ OLINTO, Gilda. Bibliotecas públicas e uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento social. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v.1, n. 1, p. 77-93, 2010.

3.3.3 Bibliotecas Escolares e TICs

Segundo Costa, Duqueviz e Pedroza (2015, p. 608), dentro de seu campo de atuação, a instituição ‘escola’ não pode alijar-se, nos dias de hoje, do desenvolvimento de trabalho com as tecnologias digitais, quer para investir no uso crítico desses instrumentos, quer para proporcionar interação intra e extra muro escolar, quer para despertar/avivar o letramento digital, quer para incluir seus alunos digitalmente, quer para esmiuçá-los e otimizar os quatro pilares da educação recomendados pela UNESCO⁶⁶.

Nas salas de aula brasileiras, as novas tecnologias começaram a ser utilizadas desde a década de 1980, ora como máquinas de ensinar, ora como ferramentas pedagógicas. No primeiro caso, associadas a uma perspectiva instrucionista, referiam-se a programas de computador que eram utilizados para apresentar determinado conteúdo aos alunos. No segundo caso, afiliadas a uma perspectiva construcionista, reportavam-se a programas de computador que eram usados como ferramentas para a construção do conhecimento por parte dos alunos (VALENTE⁶⁷, 1998 apud COSTA; DUQUEVIZ; PEDROZA, 2015, p. 607).

Para Buckingham⁶⁸ (2009 apud op. cit., p. 607), o uso atual das tecnologias digitais nas escolas é restrito e está aquém do uso que os alunos fazem dessas tecnologias para acessar a cultura tecnopopular, fazendo despertar um novo divisor digital, que consiste no hiato existente entre o que se faz na escola e o que se faz fora dela, para o lazer.

Embora esse autor seja de origem britânica, pode-se trasladar seu comentário opinativo para a realidade brasileira, sobretudo, para o âmbito das escolas da rede pública de nosso país. Cumpre dizer que o contexto de nossas bibliotecas escolares não é diferente. Em um país de dimensões continentais como o nosso, a pequenez do espaço demarcado por nossas bibliotecas é aviltante: a biblioteca está ausente para muitos alunos do ensino fundamental, num período da vida escolar em que o acesso e uso dos livros e de outros materiais/suportes informativos poderiam ter influência

⁶⁶ O relatório Delors (1998) - elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) - recomendou que a educação fosse organizada em quatro pilares - aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser - pretendendo diminuir os desafios que adviriam com a vida em sociedade no século XXI. De fato, é oportuno salientar que a comissão responsável pelo relatório, **Educação: um tesouro a descobrir** (DELORS, 1998), apostou nas tecnologias digitais como ferramentas educativas de mediação.

⁶⁷ VALENTE, J. A. Por que o computador na educação? In: _____ (org.). **Computadores e conhecimento: repensando a educação**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998, p. 29-53.

⁶⁸ BUCKINGHAM, D. Beyond technology: rethinking learning in the age of digital culture. In: PETTERSEN, J. (org.). **Youth Media Democracy: perceptions of new literacies**. Dublin: Centre for Social & Educational Research, 2009, p. 43-57.

incisiva no seu letramento (CAMPELLO, 2015, p. 3). Ademais, a realidade socioeconômica de grande parte das famílias brasileiras denota infoexclusão que escancara o papel de destaque de nossas escolas e bibliotecas no que tange à inclusão e à literacia digitais.

De acordo com relatos da bibliotecária do CEU Heliópolis, tal conjuntura é exemplificada em sua biblioteca, visto que - pelo fato de ela estar situada próxima a uma das maiores favelas de São Paulo - a maioria dos frequentadores tem baixo poder aquisitivo, o que faz com que o uso dos equipamentos tecnológicos e da Internet, na maioria das vezes, fique limitado ao âmbito dessa biblioteca.

Apesar de as escolas brasileiras terem mais internet do que biblioteca, (BRASIL⁶⁹, 2010), no cômputo geral, a grande parte dos escolares não tem nem biblioteca e nem internet na escola. Em casa a maioria dos escolares também não tem acesso à rede. Então, como estimular os alunos para à leitura, à pesquisa e incutir neles o espírito investigativo? A partir das respostas dos que vêm utilizando o computador e a internet, ficou evidente a necessidade de a escola orientá-los para que consigam desenvolver habilidades de uso da informação, estando ela na internet ou na biblioteca. (GARCEZ, 2012, p. 50)

Com efeito, convém apresentar neste ponto um dos pressupostos que orientam este TCC: as bibliotecas escolares, embora realmente precisem adaptar-se à realidade de seu novo público, devem desenvolver ações de estímulo ao gosto pelos livros tradicionais, bem como o reconhecimento de sua importância nas pesquisas escolares, aliando esse apreço às novas realidades. Tal vetor tem íntima relação de forças com a problemática de pesquisa deste TCC, uma vez que as bibliotecas deverão disponibilizar todos os recursos informacionais possíveis para seus usuários, sobremaneira o usuário infantil, mas deverão simultaneamente manter - na rotina dos atendimentos presenciais - atividades ditas como tradicionais, por atrelarem-se estas a dinâmicas psíquicas que não podem ser rechaçadas quando se considera o tal público infantil, a exemplo de atividades como contações de histórias e aquelas relacionadas com o manejo sensorial e físico dos livros impressos essenciais para estabelecer relações afetivas entre o bibliotecário (e monitores), os livros e as crianças de tenra idade.

Complementarmente, é fundamental que a biblioteca escolar manifeste um papel preponderante no desenvolvimento do infante: ao apresentar-lhe a literatura adequada à sua idade, que não o faça apenas um conhecedor e reproduutor das histórias infantis, mas alguém que seja

⁶⁹ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico - Censo escolar 2010:** versão preliminar. Brasília: Inep, 2010.

capaz de alçar uma ponte entre seu mundo lúdico/imaginário e a sua realidade por meio de experiências literárias que o estimulem à reflexão e que o deixem mais atento às especificidades de seu entorno e do ciberespaço. Nesse sentido, o bibliotecário deve atuar como um “mediador de leituras” para despertar o olhar do infante e para estimulá-lo a reflexões sobre suas vivências.

A par disso, segundo Furtado e Oliveira (2011), na web ainda há uma carência de espaços onde as crianças possam trocar impressões e interpretações sobre textos literários, discutir obras, permutar informação sobre autores, trocar sugestões de livros, divulgar suas recriações, sendo que tais espaços precisam ser edificados em torno da biblioteca escolar. Na medida em que as ferramentas sociais da web 2.0 passem a estar mais presentes no domínio das bibliotecas, convém refletir sobre o papel das mesmas no que tange à construção de modelos de serviços que - ao serem oferecidos com as mídias sociais - possibilitem a formação de comunidades em torno da literatura, biblioteca e comunidade escolar, oportunizando, pois, espaço para criação e interação em torno do texto literário impresso e digitalizado, bem como para a troca de experiências relacionadas à leitura e aos livros de literatura. Assim, considera-se que a tecnologia de informação e comunicação, de maneira especial a web 2.0, possa alargar as oportunidades de leitura e escrita e, dessa forma, firmar-se como parceira do livro tradicional no incentivo a essas práticas.

Vive-se hoje o que Browning⁷⁰ (2002 apud CUNHA, 2003, p. 41) chamou de “era das bibliotecas sem paredes para livros sem páginas”. E a figura do bibliotecário surge neste contexto redimensionada, visto que, no mundo dos nativos digitais, aquele profissional deve ser mais assertivo, comunicativo e amigável a fim de angariar diálogo sensível com as crianças, estabelecendo com elas relacionamento mais próximo e diferente daquele que se firma com os usuários adultos.

“Romper as barreiras da biblioteca não implica somente quebrar paredes. [...] O que se precisa fazer é romper as barreiras do bibliotecário, aumentando sua interação e participação não apenas no coletivo de professores da escola, mas também na vida dos alunos.” (PAIVA; DUARTE, 2017, n. p.)

Na prática, tanto o bibliotecário como o professor exercem funções primordiais na formação de leitores:

⁷⁰ BROWNING, J. *Libraries without walls for books without pages*. Disponível em: www.wired.com/wired.

O ideal seria que ambos trabalhassem de forma articulada, coerente e que ambos estivessem atualizados sobre o que se produz e se lança no mercado de literatura infantil e infantojuvenil de boa qualidade, de tal forma que os acervos refletissem esse cuidado e o interesse redobrado pela formação de leitores. (BARROS⁷¹, 2006 apud SILVA, 2012, p. 77)

E ao sinalizar esse tema dos acervos, convém lembrar que os mesmos devem refletir o fascínio característico dos nativos digitais pela descoberta e experimentação, direcionando-os para processo de ensino-aprendizagem que dialogue e interaja com os novos meios tecnológicos. As competências inerentes aos nativos digitais devem ser exploradas, por exemplo, com o uso de aplicativos de dispositivos móveis e games educativos. Embora haja estudos que defendam que se considere o momento mais adequado para a leitura digital, de modo a garantir à criança familiaridade também com o livro impresso e a detenção das estruturas intelectuais para lidar com os aparatos tecnológicos, há outros estudos que indicam a necessidade de as escolas reverem seus métodos, visto que as crianças são atraídas pelas novas tecnologias que são mais intuitivas e possibilitam conexões multirrelacionais.

Na verdade, os nativos digitais alteraram definitivamente os rumos da Comunicação e da Educação. É certo que a escola e o professor já não conseguem prender a atenção desse novo tipo de aluno. Evidencia-se, pois, segundo Coelho (2012, p. 92), a urgência de uma transformação pedagógica e, eminentemente, curricular. Tais considerações são reiteradas por Garcez (2012):

a necessidade de uma alteração curricular, contemplada, talvez, com uma gradual redução dos trabalhos escolares, e com o aumento, também gradual, de sua qualidade. Ao invés de cada professor trabalhar isoladamente, sobrecarregando os alunos com tantos afazeres, uma alternativa seria investir em pesquisa interdisciplinar, promovendo cooperação e troca de informação e de conhecimento entre professores-bibliotecário-alunos que, em rede, envolveriam outros. (GARCEZ, 2012, p. 56)

Enquanto tais transformações vão sendo articuladas, emerge neste contexto a figura do bibliotecário que deverá, conforme trecho supracitado, angariar a atenção desse aluno ao respeitar suas idiossincrasias, reforçando seu papel social, enquanto profissional, em prol da construção de uma sociedade menos desigual, mais plural e democrática. Mas, a transformação da biblioteca escolar em espaço mais construtivo demanda outras alterações por parte do profissional bibliotecário, como citado abaixo:

⁷¹ BARROS, Maria Helena T. C.; BORTOLIN, Sueli; SILVA, Rovilson José. **Leitura:** mediação e mediador. São Paulo: FA, 2006. 160 p.

O bibliotecário só estará exercendo efetivamente o seu papel de coeducador quando decidir abrir mão do tecnicismo excessivo que ainda predomina na maioria das bibliotecas brasileiras, escolares ou não, e assumir, juntamente com os professores, alunos e demais interessados, a (re)construção e a transformação da biblioteca escolar num espaço de acesso crítico às informações, de dinamização e de promoção à informação.” (LANZI; VIDOTTI; FERNEDA, 2013, p. 34)

Por outro lado, Garcez e Souza⁷² (2008, p. 96 apud GARCEZ, 2012), observam que estimular a conquista de autonomia pelo aluno “exige da escola uma biblioteca que efetivamente disponha de um corpo bibliotecário ativo e que promova uma adequada interação com os alunos e professores.”

À guisa de finalização argumentativa, tendo o intuito de trazer ponderações mais aclaradas que auxiliem na demarcação conclusiva da problemática aqui referida, no que tange à questão da biblioteca escolar permeada pelas TICs, disponibilizam-se - para discussão e questionamento - alguns aspectos apontados por Garcez (2012) que sintetizam o contexto discutido neste capítulo:

Será que as TIC concorrem para que a biblioteca escolar, ainda bastante distante das práticas escolares – discente e docente, continue esquecida ou em segundo plano?

[...] A biblioteca é um lugar que reúne informações e conhecimento. Por conseguinte, tanto quanto a Web, ela precisa ser pensada como ferramenta fundamental para ensinar [a]os alunos como se opera o acesso e como se faz uso das informações com relevância, significação e qualidade. Portanto, é preciso despertar o interesse e a curiosidade da sociedade para este local. Independentemente do suporte onde estão registradas; se em ambiente virtual ou na concretude de um livro impresso, por exemplo, as informações precisam ser compreendidas e ressignificadas por aqueles que as utilizam. Tanto quanto os hardwares, os softwares, os sites e as bases de dados eletrônicas, as fontes impressas possuem uma “chave” de uso que precisa ser conhecida dos escolares. Essa “chave” é um facilitador de acesso à informação desejada ou precisada. [...] Portanto, disponibilizar fontes informacionais, quer virtuais, impressas ou eletrônicas, tornou-se imprescindível, mas não mais do que saber lidar com elas. Hoje, mais do que ontem, é necessário pensar em orientar continuamente aqueles que precisam utilizá-las. (GARCEZ, 2012, p. 50)

⁷² GARCEZ, Eliane Fioravante; SOUZA, Francisco das Chagas de. A biblioteca no currículo da escola e a conduta do bibliotecário. In: ROMÃO, Lucília Maria Sousa (Org.). **Sentidos da biblioteca escolar.** São Carlos: Compacta, 2008. p. 93-108.

3.4 O desenvolvimento de coleções

De acordo com Vergueiro (2017, p. 55), os materiais que constituem o acervo das bibliotecas têm conteúdo confiável, pois foram validados por alguma agência da área de documentação e publicação (editoras, empresas governamentais, instituições científicas); provêm de fontes fidedignas, com visibilidade no mercado; foram obtidos de forma legal, obedecendo a trâmites administrativos regidos pela transparência e reconhecimento formal.

Devido a essas características, presume-se que o conteúdo dos materiais disponibilizados para os usuários são dotados de confiabilidade. Assim, o fato de um título específico fazer parte do acervo de uma dada biblioteca implica reconhecimento de sua qualidade intrínseca por parte do gestor da biblioteca.⁷³

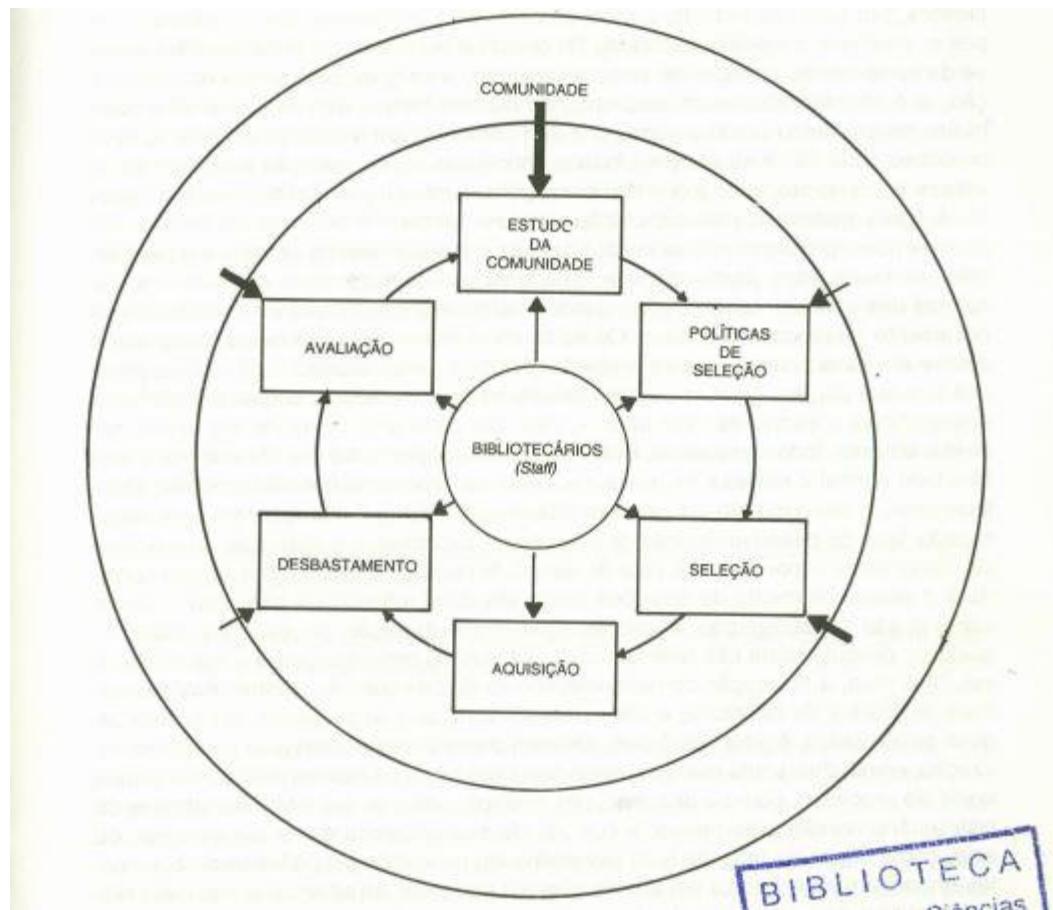
No cerne desse processo de reconhecimento das bibliotecas como instituições úteis à sociedade está o desenvolvimento de coleções. É ele o responsável pelo processo de privilegiar algumas produções (artísticas, científicas, etc.) sobre outras, garantindo a constituição de um conjunto de materiais que responda de forma efetiva a determinados critérios ou parâmetros, estabelecidos em termos de qualidade de seu conteúdo e de adequação ao público cujas necessidade de informação deve atender. (Ibid., p. 56 - grifo nosso)

O Desenvolvimento de Coleções - segundo Vergueiro (1989) - é, acima de tudo, um trabalho de planejamento que exige comprometimento com metodologias; um processo ininterrupto e heterogêneo que afeta e é afetado por muitos fatores externos a ele.

A visão do Desenvolvimento de Coleções como um processo, abordado sob uma perspectiva sistêmica, é primacial para transmitir a noção de que as atividades ligadas à coleção não podem ser analisadas isoladamente. O modelo do processo, elaborado pelo bibliotecário norte-americano G. Edward Evans, possui viés elucidativo, visto que apresenta o caráter cíclico do desenvolvimento de coleções, no qual uma etapa não se distingue das outras. Todas estão em pé de igualdade, circundando a figura do bibliotecário, sendo que, ao redor dos componentes do processo, servindo como subsídio a todos eles, encontra-se a comunidade a ser atendida. Por conseguinte, as atividades ligadas à coleção - vistas como subsistemas de um todo - seriam: o estudo de comunidade, a seleção (precedida das políticas de seleção), a aquisição, o desbastamento e a avaliação.

⁷³ Ao selecionar um determinado item para o acervo, aquela obra passa a ser “institucionalizada”, isto é, o gestor confere à obra o caráter de reconhecimento da importância para a instituição. As avaliações da qualidade das obras e, portanto, dos critérios de seleção adotados pelo gestor serão feitas posteriormente e individualmente pelos usuários.

Figura 1 - Modelo de Evans (1979)



Fonte: Vergueiro (1987a, p. 195)

Observa-se que o modelo é bastante esclarecedor por explicitar que se trata de um processo ininterrupto e do mesmo nível das outras atividades das bibliotecas (catalogação, classificação, empréstimo e elaboração de relatórios), o que demanda uma luta árdua, cujas feições são delineadas pelos saberes e atuações dos profissionais em suas lides cotidianas.

Deve-se deixar bem claro que “os fundamentos teóricos desse processo devem adaptar-se a cada tipo de biblioteca e às modificações que vão surgindo no decorrer de seu constante processo evolutivo”⁷⁴ (ORERA ORERA; HERNÁNDEZ PACHECO, 2017, p. 235 - tradução nossa).

No caso das bibliotecas públicas e escolares, o trabalho de análise da comunidade parece ser, nas primeiras, aquele que maior ênfase deve receber por parte do bibliotecário; nas bibliotecas escolares, a coleção deveria seguir o direcionamento do sistema educacional vigente e a ênfase está

⁷⁴ Original em espanhol: “Los fundamentos teóricos del proceso deben adaptarse a cada tipo de biblioteca y a las modificaciones que van surgiendo durante su constante proceso evolutivo.”

muito mais na seleção de materiais para fins didáticos, bem como no desbastamento da coleção vinculado às mudanças nos programas e/ou currículos. Cabe destacar que, nas bibliotecas públicas, em virtude das flutuações advindas dos estudos de usuários, a seleção dos materiais - devidamente alicerçada em uma política de seleção - deve constituir-se como um cuidado especial, assim como a avaliação e o desbastamento das coleções. (VERGUEIRO, 1993)

Segundo Weitzel (2009, p. 2), a literatura especializada, especialmente a norte-americana, registra como marco teórico da área a década de 1960 como o período em que o Desenvolvimento de Coleções se firmou como terminologia e como um processo voltado para o acesso, para o usuário, para a missão institucional – enfim, como uma estratégia para abarcar a explosão informacional.

No Brasil, a literatura especializada apresenta como um dos marcos primaciais da área a inclusão da matéria ‘Formação e Desenvolvimento de Coleções’ na grade mínima curricular do Curso de Graduação em Biblioteconomia, em 1982 (VERGUEIRO, 1993, p. 20).

Um olhar de 1982 para trás evidencia pouca literatura em português no país. Por certo, apesar da importância da atividade para funcionamento das bibliotecas e, principalmente, para atendimento aos interesses do usuário potencial, este tema não mereceu atenção dos pesquisadores brasileiros ao longo do tempo.

O Desenvolvimento de Coleções tem sido destacado na literatura como uma das mais importantes atividades intelectuais do bibliotecário, muito embora a mesma literatura registre a dificuldade de tornar a teoria em prática sistemática. Cumpre dizer que o Desenvolvimento de Coleções era visto apenas como uma atividade administrativa; no entanto, é imperioso enfatizar o caráter político da atividade - comprovado pelo uso, em outros países, do termo “Política” de Desenvolvimento de Coleções para explicitar as decisões políticas que subjazem ao processo. Há quase trinta anos, Vergueiro (1993, p. 20) já dizia que a literatura especializada em língua portuguesa parecia prender-se demasiadamente a uma visão pontual do assunto, não conseguindo analisá-lo com acuidade e profundidade. Relevante contribuição foi dada à área pela professora Nice Menezes de Figueiredo, cujos trabalhos foram, indubitavelmente, muito importantes para alertar os bibliotecários sobre a necessidade de o profissional brasileiro deixar de ter uma atitude passiva frente à literatura internacional, em uma postura de mera “deglutição”, propagando, simultaneamente, a obrigação de a classe adaptá-la à realidade vivida pelo nosso país.

O próprio levantamento bibliográfico, que norteou a realização do TCC, comprovou que não houve o elencamento de número significativo de textos científicos que abarcassem todos os conceitos postulados no problema de pesquisa, o que reforça a relevância e pertinência deste trabalho na área neste momento de grandes transformações nas bibliotecas.

Prosseguindo o viés historicista da argumentação, com o advento da Internet, as últimas décadas propiciaram a ampliação desenfreada das possibilidades de acesso à informação. De fato, a informação deixou de ser apanágio das bibliotecas e está disponível a qualquer pessoa, dependendo apenas de sua receptividade às tecnologias de informação e comunicação.

A notícia, boa para alguns, curiosa para outros, é que essa ampliação de oferta de informação em escala geométrica não representou o canto de cisne das bibliotecas. [...] As bibliotecas, nesse novo ambiente de informação, passam agora a ocupar, cada vez mais, papéis diferenciados daqueles que vinham assumindo antes da emergência do ambiente virtual. [...]" (VERGUEIRO, 2017, p. 61)

Mesmo no Brasil, que tradicionalmente não costuma estar na vanguarda de iniciativas tecnológicas, pode-se encontrar já alguns exemplos dessa nova configuração de unidades de informação, como a Biblioteca de São Paulo - biblioteca pública ligada ao governo do estado, localizada na zona norte da cidade de São Paulo, edificada no espaço que antes abrigou a penitenciária do Carandiru - e a proposta de bibliotecas temáticas do sistema de bibliotecas da cidade de São Paulo, que disponibilizam acervo específico/diferenciado à população e oferecem intensa programação cultural sobre um determinado tema, definido a partir da história e da vocação de cada biblioteca (VERGUEIRO, 2017, p. 64).

Complementarmente, o autor alerta para a pertinência de expressões como desenvolvimento, gerenciamento e gestão de coleções, ou qualquer outra similar ou equivalente⁷⁵, que caracterizam processo contínuo de análise da relevância do acervo para o potencial usuário, mesmo em meio a tantos avanços tecnológicos. Segundo ele,

⁷⁵ Essa menção do autor às diferentes nomenclaturas da área reflete as mudanças terminológicas que, de acordo com Corrêa e Santos (2015, p. 344), advieram - já na entrada do século XXI - das alterações curriculares nos cursos de graduação em Biblioteconomia suscitadas pela proposta diferenciada de formação profissional, voltada às questões tecnológicas demandadas pela Sociedade da Informação. A nomenclatura “Gestão de Estoques Informacionais” começou a ser utilizada a partir de então, substituindo o termo que designava a disciplina “Formação e Desenvolvimento de Coleções”, porém não é usual encontrar menção ao novo termo nem na literatura da área e nem como nomenclatura da disciplina em grande parte dos cursos de graduação do país. Aparentemente os aspectos teóricos dessa alteração terminológica ainda não estão fundamentados por meio da publicação de artigos no Brasil, o que dificulta o entendimento da construção de argumentos que corroborem essa transição. É fundamental que haja o delineamento de uma mudança paradigmática que se reflita não só no ensino, mas também nas práticas do bibliotecário. (Ibid., p. 346)

de que adianta ter acesso a quantidades incontáveis de títulos se a identificação daquele único que pode atender a uma demanda específica implica dispêndio de tempo, domínio de capacidades de busca e identificação de fontes de informação pouco usuais e também autoridade necessária para validação do conteúdo obtido? (VERGUEIRO, 2017, p. 66)

Essa pergunta ainda não foi satisfatoriamente respondida e evidencia sobremaneira a contribuição social da profissão de bibliotecário, visto a importância e adequação dos trabalhos de desenvolvimento de coleções no ambiente das novas mídias.

Em um texto de 2011, Vergueiro afirmava que

no âmbito das tecnologias de informação e comunicação, obter informação em formato digital por meio de uma biblioteca significa utilizar os préstimos de um profissional da informação que anteriormente realizou atividades de avaliação e seleção da informação antes de incorporá-la ao site, à homepage, à intranet, ao blog, ao repositório temático ou institucional e mesmo à biblioteca digital utilizada. A constituição desses conjuntos de informações - ou acervos digitais - envolve tomadas de decisão e saberes característicos do desenvolvimento de coleções, embora travestidos em novas terminologias ou utilizando instrumentos tecnológicos inovadores. (VERGUEIRO, 2011, p. 89)

Em um texto de 1997, em que aborda o futuro das bibliotecas, Vergueiro (1997b) já prenunciava que, em meio a um mercado que continua a produzir informação de forma incontrolada, também em formato digital, definir determinados agrupamentos de informação para a clientela/comunidade (que deve ter suas necessidades satisfeitas pela instituição de informação) em contraposição a todos os outros possíveis deveria ser a tarefa do desenvolvimento de coleções dali em diante. Ademais, as preocupações dos profissionais de informação, no que tange ao desenvolvimento de coleções, manteriam grande nível de similaridade com aquelas que eles manifestam nos ambientes da informação predominantemente impressa, visto que - seja qual for o meio utilizado - deve-se ter em mente que o fim almejado é o fornecimento da informação desejada/necessária, ao menor custo possível para a instituição e com o maior nível de satisfação para o cliente. Profetizava o autor há mais de duas décadas: “talvez a importância social da atividade tenha até mesmo sido incrementada pelo advento das tecnologias de informação eletrônica, ao invés de ter sido minimizada”. (VERGUEIRO, 1997b, p. 104)

3.4.1 Livros Digitais, Bibliotecas e o Desenvolvimento de Coleções⁷⁶

O acesso a documentos por meio da disponibilização em meio digital já faz parte de diversos tipos de bibliotecas há vários anos. Seja em função da aquisição de bases de dados, seja por meio de compras de livros eletrônicos, vários gestores optam por oferecer coleções digitais por diversas vantagens: diversificação do conteúdo, acesso simultâneo e independente de localização geográfica, diminuição dos custos de compra e armazenamento, redução de tempo de processamento técnico dos documentos, dentre outros motivos. (OLIVEIRA; CUNHA, 2019, p. 3)

No Brasil, muitas bibliotecas de instituições públicas e privadas mantêm algum tipo de coleção digital. Conforme Silva (2013b, p. 2), dentre as coleções digitais brasileiras com materiais sem ressalvas ao acesso, destacam-se a Biblioteca Brasiliiana USP⁷⁷, o portal Domínio Público e as bibliotecas de teses e dissertações de universidades públicas. Os usuários destas coleções podem descarregar os itens em seus próprios dispositivos ou ler diretamente na web. Dentre as coleções digitais com acesso restrito e que disponibilizam materiais com direitos autorais – livros, revistas e bases de dados comerciais – pode-se realçar o Consórcio CRUESP, das universidades estaduais paulistas e o Portal de Periódicos da Capes, cujo uso é restrito a usuários ligados às instituições conveniadas.

Ainda segundo Silva (2013b), com efeito, o livro eletrônico (e-book), ao surgir como alternativa ao livro impresso, acarreta mudanças expressivas no cenário das bibliotecas, sendo que a incorporação dessa nova mídia aos seus acervos irrompe como um grande desafio às instituições. Os modelos de negócio dos e-books ainda passam por instabilidade, mas desse cenário surgem formas de comercializá-los: acesso perpétuo (no qual os materiais são licenciados para a biblioteca e hospedados em sua página ou na do fornecedor), assinatura (no qual o distribuidor oferece acesso a uma base de dados por um determinado período de tempo), pay-per-view (que funciona como a assinatura, mas com o preço mais baixo, e um valor adicional de acordo com a utilização). “As ofertas de licenciamento observadas no país centram-se em assinatura e aquisição perpétua” (SERRA, 2017, p. 131). Cabe destacar que, em texto diverso, Serra⁷⁸ (2012 apud SILVA, 2013b,

⁷⁶ O título deste tópico foi tomado de empréstimo à designação do capítulo de Liliana Giusti Serra, na obra **Gestão de Coleções em Unidades Informacionais**, de Mello e Almeida (2017, p. 113).

⁷⁷ As obras na Biblioteca Brasiliiana Guita e José Mindlin Digital estão em domínio Público.

⁷⁸ SERRA, Liliana Giusti. Empréstimo digital: como atender editores, bibliotecas e usuários: estudo sobre novos modelos de negócios. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012. **Anais...** Gramado (RS), 2012.

p. 8) afirma que há também um outro modo de licenciamento, mas que não é comum no Brasil: a aquisição por e-readers⁷⁹. De fato, no Brasil, não têm sido encontradas publicações que descrevam o empréstimo de e-readers em bibliotecas do país. Por certo, referindo-se às bibliotecas públicas, é difícil falar, até mesmo, sobre o empréstimo de e-books no Brasil, tendo-se em vista que muitos municípios brasileiros não possuem sequer uma biblioteca. (SILVA; SILVA⁸⁰, 2011 apud SILVA, 2013b, p. 8)

Pouplana e Espadas⁸¹ (2011 apud SILVA, 2013b, p. 12) citam outros caminhos que podem ser trilhados no mundo digital: a digitalização do acervo impresso; a incorporação de materiais digitais sem direitos autorais ou com copyleft⁸²; a formação de serviços de editoração, fazendo da biblioteca um agente na cadeia de produção do livro.

No Brasil, há bibliotecas que incorporaram os serviços digitais ao seu espaço de atuação; e outras que não possuem infraestrutura para gerenciar estes serviços. Em alguns casos, os recursos - a serem gastos com os e-books - são aplicados em outros serviços considerados mais valiosos para os usuários, como observa Silva (2013b):

Nas bibliotecas carentes de muitos serviços básicos, a aquisição de e-books parece uma proposta sem sentido. A decisão sobre a aquisição desses materiais deve levar em conta as características do mercado, tomando como baliza os modelos de negócio atuais, e a perspectiva do usuário. (SILVA, 2013b, p. 13)

A partir do estudo de caso empreendido no TCC, averiguou-se que a Biblioteca de São Paulo constitui um exemplo de instituição que incorpora alguns serviços digitais, em função de possuir equipamentos mais modernos, espaço físico planejado e acervo atualizado. As demais bibliotecas analisadas neste trabalho acadêmico não detêm infraestrutura para executar estes serviços. A Escola Estadual ‘Visconde de Itaúna’, por exemplo, não possui computadores em sua biblioteca e nem sequer disponibiliza Internet para seus alunos.

⁷⁹ E-readers são dispositivos eletrônicos de leitura de e-books para empréstimo aos usuários e que são carregados com materiais de acesso aberto ou são adquiridos com um acervo pré-estabelecido.

⁸⁰ SILVA, Andréia Gonçalves; SILVA, Sadrac Leite. O livro eletrônico no contexto da biblioteca pública. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió, Anais... Maceió: FEBAB, 2011.

⁸¹ POUPLANA, Onofre; ESPADAS, Antoni. Les biblioteques i el llibre electrònic: reptes i oportunitats de serveis. **Revista de biblioteconomia i documentació**, Barcelona, n. 55, p. 104-120, 2011.

⁸² “O copyleft é uma forma de inversão da lei de direitos autorais, conhecida pelo termo inglês copyright. Em vez de o usuário pagar uma quantia referente ao valor do produto ao revendedor ou criador, o copyleft assegura o acesso de qualquer pessoa à informação, contanto que a fonte original sempre seja citada. Além disso, este conceito faz com que qualquer obra que leve o seu sinal possa ser reproduzida em larga escala e sem nenhum custo.” Disponível em: <https://www.infoescola.com/comunicacao/copyleft/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

A par disso, de acordo com Miranda, Gallotti e Cecatto (2017, p. 19), cumpre destacar que - embora o desenvolvimento de coleções em formato eletrônico contribua para maior crescimento e variedade do acervo e permita melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponibilizados para aquisições - o acesso aos documentos eletrônicos exige, porém, equipamentos apropriados para seu manuseio, demandando concomitante qualificação para utilizá-los por parte do público usuário.

Ao aludir à incorporação de e-books no ecossistema das bibliotecas, deve-se pesar suas vantagens e desvantagens. A possibilidade de atender às demandas sem as barreiras de tempo e espaço, permitindo a democratização do acesso ao conhecimento, é sobremaneira a grande vantagem desses materiais. Contudo, sem um modelo de negócio que se reporte satisfatoriamente aos anseios e objetivos das bibliotecas, essa vantagem se perde, visto que o custo dos e-books, além da dificuldade de condizer com as restrições dos editores, torna inviável sua aquisição. Sem falar em outros fatores, como a vertiginosa obsolescência da tecnologia e a exclusão digital. (SILVA, 2013b, p. 13)

Como foi visto neste tópico, os livros digitais alteram o desenvolvimento de coleção ao proporem novas formas de contratação, acesso e uso dos recursos informacionais. Conclui-se que - para o desenvolvimento de coleções digitais eficiente - é imprescindível o estudo dos modelos de negócios praticados quanto aos e-books, o constante acompanhamento e supervisão do mercado editorial e o conhecimento sobre os instrumentos legais para a compra desses conteúdos digitais, principalmente em instituições governamentais. Outra recomendação, sobretudo em meio acadêmico e profissional, é o desenvolvimento de estudos focados nas redes de cooperação, uma vez que - de acordo com Oliveira e Cunha (2019, p. 16) - essas redes podem irradiar ou mesmo potencializar os recursos envolvidos na formação e gestão de coleções digitais.

Nota-se, dessa maneira, conforme Serra (2017, p. 138), que os bibliotecários incumbidos do desenvolvimento de coleção precisam atualizar-se quanto às possibilidades de licenciamento de conteúdo digital e modelos de negócios existentes, estando cientes das fragilidades vinculadas aos mesmos e resguardando-se em relação a esses aspectos. Outro aspecto a ser considerado é o perfil do potencial usuário, especialmente, sua experiência, infraestrutura e potencial de adequabilidade à leitura em dispositivos eletrônicos. Então, ao tratar dos aspectos administrativos (licenciamento e modelo de negócios), é importante considerar a alternativa mais adequada às características do usuário.

3.4.2 O desenvolvimento de coleções em bibliotecas híbridas

Há algum tempo os bibliotecários têm a necessidade de lidar com novos conceitos condizentes com os conteúdos informacionais em formato digital. A literatura da Biblioteconomia propaga os conceitos “biblioteca digital” e “biblioteca híbrida”. A primeira é uma “biblioteca que armazena documentos e informações em forma digital em sistema automatizado, geralmente em rede, que pode ser consultado a partir de terminais remotos” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 50) e a segunda “designa uma biblioteca convencional que também oferece produtos e serviços informacionais eletrônicos ou de acesso em linha.” (Ibid., p. 51)

Neste TCC, conforme Orera Orera e Hernández Pacheco (2017), utiliza-se a nomenclatura “biblioteca híbrida” para designar o modelo de biblioteca que propaga tanto os documentos analógicos, quanto os digitais.

Tammaro e Salarelli (2008, p. 118) também postulam que:

no *continuum* entre biblioteca tradicional e biblioteca digital, coloca-se a biblioteca híbrida (*hybrid library*), na qual são usadas tanto fontes de informação eletrônicas quanto em papel. O foco do conceito de biblioteca híbrida está nos serviços, que se adaptam ao novo contexto digital num esforço de transformação e reorganização da biblioteca tradicional.

No concernente ao termo “desenvolvimento de coleções”, admite-se como verdadeiro o que foi proposto por Orera Orera e Hernández Pacheco (2017): embora termos como “gerenciamento de coleções” e “gerenciamento de recursos de informação” também sejam usados atualmente,

o termo tradicional "desenvolvimento de coleções" pode ser mantido se for colocado no contexto do novo modelo de biblioteca, a chamada biblioteca híbrida, que surgiu no âmbito da sociedade da informação e do conhecimento e caracterizada pela predominância de novas tecnologias, globalização e o crescente volume de informações eletrônicas.⁸³ (ORERA ORERA; HERNÁNDEZ PACHECO, 2017, p. 243 - tradução nossa)

Prosseguindo com os mesmos autores, nessa nova estrutura - a biblioteca híbrida -, o conceito de desenvolvimento de coleções passou por uma grande mudança. No passado, as operações da biblioteca nessa área destinavam-se quase todas a criar, desenvolver e manter uma coleção de propriedade da biblioteca. Em vez disso, atualmente essas operações têm o intuito de

⁸³ Original em espanhol: “*El tradicional término ‘desarrollo de colecciones’ puede mantenerse si se sitúa en el contexto del nuevo modelo de biblioteca, la llamada biblioteca híbrida, surgida en el marco de la sociedad de la información y del conocimiento y caracterizada por el predominio de las nuevas tecnologías, la globalización y el cada vez mayor volumen de la información electrónica.*”

tornar os recursos de informação, que não são necessariamente de propriedade da biblioteca, acessíveis aos usuários e, finalmente, empreender uma tarefa emergente que abrange a produção e o gerenciamento de seus próprios documentos digitais.

De fato, no concernente a essa transformação do suporte em papel para o suporte digital - efetivada, por parte das bibliotecas, em vários conteúdos ou coleções importantes existentes em seus acervos - pode-se dizer que ela atende a uma das funções primordiais daquelas instituições que é a democratização do acesso à informação, bem como à preservação da informação e do conhecimento. Nessa perspectiva, a biblioteca fortalece seu papel enquanto disseminadora de conhecimento, de maneira que os conteúdos sob sua responsabilidade passam a ser acessados fora de seus muros. (VALENTIM, 2016, p. 31)

Retomando Orera Orera e Hernández Pacheco (2017, p. 251), pode-se afirmar que a principal mudança instaurada nas coleções de bibliotecas consistiu em sua evolução para as coleções híbridas, coleções fundamentadas em documentos disponíveis fisicamente na biblioteca e em concomitantes informações digitais, que - residentes ou não nos próprios servidores da biblioteca - foram por ela selecionados e oferecidos aos usuários.

Esse caráter duplo da coleção é precisamente o que sustenta a mudança de modelo de biblioteca a que se referem os autores.

Dentro desse contexto e atendendo-se ao exposto por Cunha (2008), é vital que o desafio da mudança não seja encarado como uma ameaça mortal, mas uma oportunidade para renovação, consubstanciando talvez um renascimento da biblioteca, fazendo com que ela seja de fato um espaço de prazer e aprendizado.

A Internet, especificamente a World Wide Web (WWW ou web), complementa as bibliotecas, porém não irá substituí-las. “As bibliotecas são instituições completamente diferentes da Web. Neste sentido, falar da substituição de uma pela outra parece ser um absurdo.” (SHERMANN⁸⁴, 2007, p. 67 apud CUNHA, 2008, p. 15)

Pode-se afirmar, sob o pretexto de finalizar este tópico que:

[...] sem uma real biblioteca, a digital não será mais do que um punhado de bits.
 [...] Aqueles que acreditam que uma pilha de bits é suficiente para uma biblioteca robusta nunca foram servidos por um bibliotecário - tanto física como virtualmente. [...] As bibliotecas digitais oferecem muitas coisas, mas sem os serviços providos por uma biblioteca de tijolos e cimento e os bibliotecários que

⁸⁴ SHERMANN, W. 33 reasons why libraries and librarians are still extremely important. **Information Outlook**, v. 11, n. 6, p. 67-84, June 2007.

fazem com que elas fiquem abertas, elas não serão mais do que uma pilha de bits.
(TENNANT⁸⁵, 2007 apud CUNHA, 2008, p. 15)

Por certo, as bibliotecas híbridas - ao possibilitarem a confluência de características das bibliotecas convencionais e das bibliotecas digitais - muito podem contribuir para o aprimoramento cultural dos nossos cidadãos e, sobretudo, de nossas crianças.

⁸⁵ TENNANT, Roy. Of real and digital libraries. **Library Journal**, v. 132, n. 9, p. 29, May 15, 2007.

3.4.3 Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções

Seguindo as proposições de Vergueiro (1989), pode-se assegurar que para se desenvolver coleções conforme a realidade de cada biblioteca e do contexto da instituição a que está vinculada, é imprescindível o estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento de Coleções. Este documento tem como objetivo principal definir diretrizes para todas as fases do desenvolvimento de coleções que virão a ser executadas pelo bibliotecário da instituição.

Decorre daí que a política de desenvolvimento de coleções abarca normas e critérios para auxiliar a tomada de decisão no tocante à incorporação ou rejeição de um determinado item à constituição do acervo. Geraldo e Pinto (2019) ratificam isso no seguinte trecho:

A formalização dos critérios de desenvolvimento de coleções possibilita que o acervo cresça com consistência, com qualidade no atendimento de necessidades informacionais de sua comunidade de usuários e estabeleça diretrizes a serem seguidas em todos os processos, da seleção à aquisição ideal do acervo.
GERALDO; PINTO, 2019, p. 111)

Pautando-se em Miranda e Bernardino (2019), cumpre dizer que, neste documento, são registrados os critérios para seleção de todos os tipos de materiais nos diferentes suportes informacionais, bem como suas formas de aquisição e orientações para descarte ou remanejamento.

A política de desenvolvimento de coleções constitui a fundamentação matriz e nutriz de todo o acervo, seja ele físico ou eletrônico, sendo que as mudanças ocorridas nessa política buscam aprimorar as diretrizes focadas na formação e expansão do acervo, tendo por base os objetivos da biblioteca, as necessidades de informação da comunidade a ser assistida, bem como o orçamento e outros recursos informacionais disponíveis (os consórcios entre bibliotecas, por exemplo).

A elaboração de tal política vai ao encontro de um minucioso e contínuo estudo que servirá como diretriz para demarcar as estratégias de ações organizacionais e atuar como dispositivo balizador de critérios na tomada de decisão e na atribuição de recursos para formação e expansão do acervo, além de nortear os procedimentos principais para compra por licitação.

Entre as etapas do processo de desenvolvimento e formação da coleção, serão melhor definidas, a seguir, aquelas que se configuraram como mais determinantes nas instâncias biblioteconómicas levadas em conta neste trabalho, ou seja, a biblioteca pública e a biblioteca escolar da rede pública.

Para tanto, inicia-se a exposição, considerando-se o estudo de comunidade na biblioteca pública. Em se tratando de biblioteca pública, seu público-alvo é constituído por todos os

indivíduos que residem na mesma jurisdição política por ela servida⁸⁶. De fato, segundo Vergueiro (1989, p. 29), a comunidade não é apenas e tão somente o usuário real, aquele que vai com frequência à biblioteca e se torna quase íntimo do profissional responsável. Uma coleção, em seu desenvolvimento, deve levar em conta as necessidades da comunidade de uma maneira ampla, pois, sendo a biblioteca pública uma instituição notadamente democrática, ela deve atender às reais necessidades informacionais de todos os membros da comunidade. Isso implica também a definição de prioridades, desde quais necessidades da comunidade serão atendidas (uma vez que nenhuma coleção poderá satisfazer a todas as necessidades informacionais de sua comunidade), até mesmo quais parcelas dessa mesma comunidade serão direcionadas para outras bibliotecas mais aptas a atendê-las. Estas necessidades, mediante a análise de todos os dados coletados, irão guiar não apenas todas as etapas do desenvolvimento da coleção, mas também todo o planejamento do serviço bibliotecário, incluindo-se aqui tanto o serviço técnico de processamento do material adquirido, os serviços de referência, até as atividades relacionadas com a ação cultural.

É preciso mencionar que a biblioteca pública, apesar de ser a que possui uma clientela potencial com maior dinamicidade, é - segundo mostra a literatura nacional - a que mais sofre com a ausência de estudos de comunidade. E isso constitui um problema seríssimo, visto que a biblioteca pública precisa estar constantemente a par das mudanças suportadas por sua comunidade, a fim de subsidiar o desenvolvimento qualitativo do seu acervo. Na verdade, este deve obedecer a um plano predeterminado, que deve ser seguido e modificado à medida que as necessidades informacionais da comunidade se alterem. Desta forma, todo o trabalho de triagem do material a ser incorporado ao acervo - a seleção - deixará de ser uma atividade isolada, apartada, dispersa, desprovida de objetivos.

Os bibliotecários encarregados do desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas devem “primeiramente desejar servir o público, mas ainda assim manter uma perspectiva prática, um interesse em questões correntes, uma saudável desconfiança do status quo, uma diversão em assumir riscos e uma incrível memória para livros, mas uma falta de reverência por eles” (ROBINSON⁸⁷, 1983 apud VERGUEIRO, 1993, p. 19). Tais atributos devem ser perceptíveis sobremaneira na seleção de materiais - um dos processos com mais impacto no dia a dia do

⁸⁶ No caso da biblioteca escolar, o público-alvo é formado por todos os alunos matriculados na instituição, bem como pelos professores que os atendem.

⁸⁷ ROBINSON, William apud REED, Helen I. Collection management and development issues and applications. *Library Acquisitions: Practice & Theory*, v. 7, n. 3, p. 271-2, 1983.

bibliotecário - e devem proporcionar o angariamento de obras que garantam a abrangência e relevância do acervo da biblioteca pública, necessárias para atendimento adequado do seu potencial usuário.

Por certo, convém destacar que, no caso deste TCC, ao discorrer sobre o estudo dos potenciais usuários da biblioteca - quer seja pública ou escolar -, remete-se apenas à parte da comunidade que diz respeito ao público infantil.

Em relação ao estabelecimento de critérios para seleção, Vergueiro (2010) recomenda os seguintes padrões, elencados em função do tipo de enfoque adotado:

- Critérios que abordam o conteúdo dos documentos: 1- autoridade do autor e/ou editor; 2- precisão da informação veiculada; 3- imparcialidade⁸⁸; 4- atualidade técnico-científica dos conteúdos; 5- cobertura/tratamento; 6- conveniência; 7- idioma acessível; 8- relevância/interesse; 9- estilo adequado ao objetivo do texto.
- Critérios relativos a aspectos adicionais do documento: 1- características e condições físicas do material; 2- inclusão e qualidade de aspectos especiais (bibliografias, apêndices, etc.); 3- contribuição potencial; 4- custo justificado.

Tendo em vista que este trabalho tem como foco o acervo infantil, devem ser pontuadas primeiramente algumas considerações quanto à seleção de materiais para crianças. Para tanto, apresenta-se o seguinte excerto de Duarte, Mata e Caldin (2014), à guisa de síntese para o que será esmiuçado a seguir nas colocações de Vergueiro (2010):

Selecionar uma obra literária para formar um acervo voltado ao usuário infantil é um trabalho que exige uma base de conhecimentos prévios, um saber antecipado do tipo de literatura que a criança gosta de ler, um reconhecimento do que há disponível no mercado, bem como manter seus conhecimentos profissionais atualizados. (DUARTE; MATA; CALDIN, 2014, p. 63)

Iniciando sua explanação mais pormenorizada, Vergueiro (2010, p. 32-35) pontua que os profissionais que atuam na seleção de suportes/formatos informacionais para crianças precisam ter contato bem próximo com seu público a fim de delimitar as peculiaridades e idiossincrasias de cada leitor. Não basta conhecer sua comunidade por meio de perfis genéricos ou dados estatísticos. É necessário conversar com crianças, estabelecer um diálogo profícuo com os pais, avós ou outros parentes que as acompanhem, visitar as escolas e discutir com os professores acerca de livros

⁸⁸ Pode ser encarada tanto de um ângulo negativo (disseminação de preconceitos sociais) como positivo (exteriorização de pontos de vista minoritários), sendo que cada profissional deve definir como levá-la em conta em seus trabalhos.

recomendados. A infância é um dos períodos em que se alicerça a formação integral do indivíduo, e as bibliotecas públicas e escolares devem contribuir nesse sentido, seja pela possibilidade de acesso a materiais informacionais adequados a esse público, seja pelas atividades desenvolvidas em torno deles. Essa é uma responsabilidade enorme, que não deve ser vista sob um viés leviano. Selecionar materiais que atendam às necessidades do público infantil está no cerne da questão, posto que a produção editorial no Brasil é muito variada e nem sempre de qualidade adequada. Algumas vezes, a disseminação de preconceitos e o velado incentivo a discriminações de ordem étnica, cultural ou social ficam subjacentes a figuras atraentes e histórias divertidas. Os bibliotecários devem ficar atentos a essas obras, identificando suas características mais marcantes:

- ausência de minorias étnicas;
- representação caricata de tais minorias;
- subserviência da figura feminina em relação ao homem;
- representação positiva das classes sociais dominantes.

A par disso, materiais infantis editados pela indústria de comunicação de massa e advindos, por exemplo, de desenhos animados ou seriados televisivos - transplantados para o formato impresso com histórias insignificantes e desenhos pobres, sem coerência narrativa e imagética - não devem ser incorporados ao acervo das bibliotecas.

Urge considerar que certos critérios gerais de seleção supracitados devem ser objeto de adaptação, quando aplicados a suportes/formatos informacionais infantis. O critério de autoridade, por exemplo, irá reportar-se tanto ao autor do texto quanto ao ilustrador, baseando-se a decisão de seleção até mesmo na coleção em que o texto foi publicado (como a famosa série Vaga-Lume da editora Ática e a coleção Veredas da editora Moderna). O critério da conveniência levará em consideração a faixa etária da criança e a conformidade do texto ao desenvolvimento intelectual do usuário potencial. A avaliação das características físicas dos livros contemplará a resistência do material usado, dando-se preferência aos de maior durabilidade.

Ademais, devem ser priorizados critérios que levem em conta a relação entre texto e ilustrações, bem como a apresentação gráfica, vinculadas à especificidade do público e às características da literatura infantil.

Especialistas deste gênero literário devem compor uma comissão especial de seleção para alavancar o nível de excelência do acervo. Alguns instrumentos auxiliares para a seleção - como bibliografias com resenhas críticas elaboradas por instituições ligadas à área - constituem-se

também como fontes valiosas para identificação de itens a serem agregados aos acervos, embora tais instrumentos nem sempre estejam atualizados ou destaque-se pela abrangência editorial.

Cumpre dizer, neste ponto, que é por meio da opinião de uma dessas especialistas em literatura infantil e juvenil, a ilustradora Marilda Castanha em uma postagem sua no **Facebook**⁸⁹ em 06 de março de 2020, que se atingirá os elementos fundantes do "Conta pra Mim"⁹⁰, projeto desenvolvido pelo Ministério da Educação e lançado em dezembro de 2019, que pretende incentivar a leitura em ambiente familiar, oferecendo oficinas de literacia e disponibilizando material para download para que os pais possam conhecer mais sobre estratégias e técnicas de leitura. O intuito de fazer menção a esse projeto está em explicitar sua ineficácia, tomando por base os critérios de seleção de livros para crianças que são estabelecidos em um de seus primeiros vídeos. Marilda Castanha identificou nesse vídeo (dedicado aos pais de bebês de 0 a 3 anos) que - para o MEC - o livro deve ser resistente e durável (de papel grosso, plástico ou pano); deve apresentar ilustrações realistas com cores fortes e contrastantes, com fotografias ou ilustrações de pessoas, animais e objetos; deve possuir texto rimado e letras de canções, bem como uma palavra por página ou frases curtas.

Segundo a ilustradora, à primeira vista, e principalmente para quem não está familiarizado com o mundo do livro ou com a literatura para a infância, as tais dicas podem até parecer inofensivas, mas, na verdade, elas constituem uma afronta à literatura de qualidade enquanto espaço de liberdade. De fato, o MEC propõe uma cartilha reducionista: há o enquadramento do pensamento; há implantação de uma ideologia autoritária que dita, direciona o que deve ser lido e divulgado, o que deve ser internalizado. De acordo com a especialista, o recado não é direcionado somente para pais, educadores e leitores, mas também para autores, ilustradores, designers gráficos e editores. Por certo, cada projeto tem vida própria e são os autores (de texto e imagem) que detêm o devido conhecimento para dizer se a concepção de um dado projeto necessita de cores fortes ou suaves, de muito ou pouco texto, de fotos ou não, de rimas ou não. Ou seja, o livro não pode ser criado (e nem escolhido) por um ditame exterior; sua seleção deve vincular-se à capacidade criativa

⁸⁹ Disponível em:

<https://www.facebook.com/1065832954/posts/10218261104093443/?sfnsn=wiwspwa&extid=VvVvp6KFeSgGZWm0>. Disponível em: 25 jun. 2020.

⁹⁰ Tendo em vista que um esmiuçamento maior de tal projeto fugiria aos objetivos deste TCC, sugere-se a leitura de um artigo na **Revista Emilia** (2019) a quem deseje um maior aprofundamento do tema. O artigo encontra-se disponível em: <https://revistaemilia.com.br/suprassumos-do-estapafurdio/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

do autor e do ilustrador de trazer à tona uma narrativa consistente, envolvente, que permita o pensamento, a identificação, o criar laços.

Infere-se, pois, que a seleção de materiais para o público infantil constitui assunto sério, que deve ser balizado por critérios advindos de instâncias realmente compromissadas com o imaginário e as vivências da criança.

Como uma tentativa de solução para esse imbróglio, surgem iniciativas promissoras como a do escritor Luiz Bras que - a partir das entrevistas e dos textos teóricos de Ana Maria Machado⁹¹, Nelly Novaes Coelho⁹² e Tatiana Belinky⁹³ sobre a literatura infantil, publicados em revistas e livros - elaborou um decálogo direcionado eminentemente para os novos escritores interessados em escrever para o público infantil. Bras (2013) acredita que um decálogo como esse, se bem compreendido e aplicado na prática, ajudará a evitar que muitos livros ruins entulhem as livrarias, as bibliotecas e as cabeças das crianças. Sem dúvida, o decálogo poderá funcionar concomitantemente como um importante referencial no que tange aos critérios de seleção de materiais para os infantes.

Dez mandamentos da Literatura Infantil:

1. Evitar a infantilização da linguagem e das imagens;
2. Não ser professoral nem moralista;
3. Evitar os estereótipos e os clichês literários e visuais;
4. Não subestimar a inteligência do leitor;
5. Questionar os preconceitos e as verdades prontas;
6. Não fugir dos temas proibidos;
7. Investir nas sutilezas e no vocabulário mais elaborado;
8. Propor experiências literárias e visuais enriquecedoras;
9. Saborear a boa literatura infantil brasileira e estrangeira;
10. Conviver prazerosamente com as crianças. (BRAS, 2013, p. 41)

Após elencar os principais pontos ligados à seleção de materiais informacionais para o público infantil, convém discorrer, neste ponto, acerca dos documentos em formato eletrônico ou digital, almejando salientar - sem tanta exaustão - os critérios específicos que formalizam a seleção dos mesmos.

⁹¹ Escritora ganhadora em 2000 do Prêmio Hans Christian Andersen.

⁹² Ensaísta, crítica literária e professora. No fim dos anos 1970, se interessa por literatura infantil, e cria em 1980 uma cadeira sobre o tema no curso de letras da USP. Grande teórica da área; autora de obras de referência como o **Dicionário Crítico da Literatura Infantil e Juvenil Brasileira** (2000).

⁹³ Uma das forças intelectuais importantíssimas na renovação da literatura infantil e juvenil brasileira, nas décadas de 1970 e 1980. Ela e seu marido, Júlio Gouveia, foram os responsáveis pela primeira adaptação da obra infantil de Monteiro Lobato para a televisão na antiga TV Tupi.

Segundo Vergueiro (2010, p. 43), na seleção de documentos eletrônicos levam-se em conta aspectos de conteúdo, acesso, suporte e custo.

As considerações sobre conteúdo são idênticas às feitas sobre documentos impressos, à medida que sua inclusão se ampara com base nos propósitos da biblioteca e no interesse dos usuários.

Em termos de acesso, os documentos eletrônicos devem ser avaliados também em função de sua compatibilidade com a infraestrutura tecnológica da biblioteca, que deve dispor de equipamentos e dispositivos que possibilitem a leitura de tais documentos. Outro ponto importante está na autorização do fornecedor para que os documentos sejam acessíveis em rede local ou permaneçam restritos a computadores isolados, sendo que, em ambos os casos, deve-se mensurar o custo do material.

As questões condizentes com o suporte necessário para o uso do documento eletrônico são muito pertinentes. Em muitas bibliotecas, a equipe de funcionários não possui ainda familiaridade com os novos materiais e necessita, pois, de um período de adaptação e de capacitação para que os funcionários estejam aptos a proporcionar ajuda aos usuários. Visto que os usuários também precisam receber orientações quanto à utilização dos novos recursos, a existência e qualidade dos manuais de instrução, bem como a disponibilidade de suporte técnico - por telefone ou em linha - devem ser examinadas e consideradas no momento da seleção.

Por fim, fatores referentes ao custo do documento em formato eletrônico assumem ônus considerável na decisão pela aquisição. Cumpre mencionar que, além do gasto relacionado com o valor da compra do produto, devem ser considerados os dispêndios de atualização (compatíveis com a renovação das assinaturas de periódicos), assim como os de manutenção e uso. Cabe dizer que, no caso dos documentos eletrônicos, é preciso refinar sistematicamente os instrumentos de análise de custos, de modo a incorporar tanto os diretos (preço, desembolso com equipamentos, etc.) quanto os indiretos (despesas com treinamento de equipe, tempo gasto na orientação dos usuários, impressão dos dados contidos nos documentos, etc.).

No caso da biblioteca pública, as outras etapas do desenvolvimento de coleções - a serem melhor explicitadas neste trabalho, após a apresentação dos pontos mais fundantes quanto à seleção de materiais informacionais - são o desbastamento e a avaliação.

De acordo com Vergueiro (1989), o termo “desbastamento” comporta em si uma série de procedimentos que são aplicados às coleções para que se propaguem harmoniosamente, sem ter

algumas de suas partes desenvolvidas de forma accidental e imprevista, tornando-se estranhas ao conjunto. Isto vai implicar muitas coisas, entre elas: a retirada total e definitiva de materiais da coleção (descarte⁹⁴); o deslocamento dos materiais para locais de menor acesso, onde aqueles - conservados fisicamente - serão arranjados mais compactamente de forma a ocuparem o menor espaço possível (remanejamento); a retirada de materiais pela necessidade de recuperá-los fisicamente (conservação). Depreende-se daí, pois, que o desbastamento consubstancia um processo muito mais amplo do que o simples expurgo de materiais. Com efeito, os procedimentos não ocorrem de forma mecânica, previamente definida. Não há como delimitar quais materiais irão danificar-se ou quais terão de ser remanejados ou descartados, posto que o desbastamento da coleção se manifesta sempre em função de um processo continuado de avaliação da coleção, processo este que - ao exigir todo um trabalho de planejamento e definição de métodos - chega a ser pouco efetuado nas bibliotecas.

De acordo com Cunha e Cavalcanti (2008 apud MIRANDA; GALLOTTI; CECATTO, 2017, p. 23),

A avaliação da coleção é apresentada como mensuração quantitativa e qualitativa do acervo de uma biblioteca em relação ao nível de atendimento das necessidades dos usuários. A metodologia empregada para avaliar a coleção pode ser: quantitativa (tamanho e evolução) ou qualitativa (julgamento por especialistas, análise do uso real), em que os resultados são confrontados e ponderados, certificando a obtenção dos objetivos da avaliação da coleção , assegurando uma política de desenvolvimento de coleções com qualidade e credibilidade. [...] A avaliação contribui diretamente no aperfeiçoamento do processo de seleção. Além de se fazer necessária, pois ela conduz qualquer mudança, transformação, preservação e, até mesmo, o descarte das publicações, como o fim das assinaturas dos periódicos. Indica não somente a necessidade de reestruturação da coleção, como também estabelece um planejamento com as alterações a serem tomadas.

Vergueiro (1989) defende a realização da avaliação no momento do inventário anual que ocorre nas bibliotecas, bem como a delimitação de coleta - dentre os inúmeros dados estatísticos (número de usuários, livros emprestados e devolvidos, etc.) levantados periodicamente na rotina

⁹⁴ Cabe mencionar, de acordo com Miranda, Gallotti e Cecatto (2017, p. 23), que a biblioteca pode adotar três tipos de descarte, de acordo com o entendimento do responsável: retirada do acervo e traslado para um acervo reserva (depósito), eliminação do acervo e oferecimento como doação a outras bibliotecas e, por último, exclusão definitiva da obra após rigorosa e profunda avaliação. Depreende-se, pois, que o descarte libera espaço para novas obras e contribui para assegurar a qualidade geral da coleção. Miranda (2007, p. 92) recomenda que se apliquem no momento da apreciação para exclusão dos materiais informacionais os mesmos critérios empregados no processo de seleção. Para tanto, do mesmo modo que a comissão responsável seleciona as obras que serão incluídas na coleção, também é fundamental que sejam avaliados os favoráveis à exclusão definitiva do acervo.

dos atendimentos - daqueles condizentes com a avaliação dos materiais. A avaliação prescindiria, pois, de grandes dispêndios de recursos humanos e físicos.

Na realidade, a avaliação comprehende a etapa que diagnostica se o desenvolvimento da coleção está sendo realizado da maneira prevista ou não. Ela permite que o bibliotecário constate se as etapas anteriores do processo estão sendo efetivadas de forma coerente, desde o estudo de comunidade até o desbastamento. Por certo, constitui uma etapa que não pode ser abolida das tarefas do bibliotecário, sob pena de as bibliotecas transformarem-se em instituições de difícil gerenciamento, comprometendo a imagem dos próprios profissionais envolvidos.

Neste ponto, é oportuno que se apontem as etapas do processo de desenvolvimento e formação da coleção que se explicitam nas bibliotecas escolares, procurando abordar algumas peculiaridades concernentes a elas.

Amparando-se em Vergueiro (1993, p. 19), pode-se afirmar que, uma vez que as bibliotecas escolares existem - ou pelo menos deveriam existir - para dar suporte às atividades pedagógicas das unidades escolares nas quais se localizam, integrando-se ao processo educativo, suas coleções devem impregnar-se, na realidade, dos direcionamentos do sistema educacional vigente, guiando-se pelos currículos e bibliografias básicas dos cursos. A ênfase do desenvolvimento de coleções fica, então, por conta da seleção de materiais para fins didático-pedagógicos - notadamente fundamentada em uma política de seleção que tem por base o currículo ou programa escolar.

De fato, Vergueiro (1989, p. 43) já apresenta tais postulados, ao asseverar que, no caso das bibliotecas escolares,

a seleção terá em vista os objetivos dos cursos oferecidos e o nível dos alunos. O aspecto pedagógico dos materiais - tanto em termos estritos, como no caso de manuais, textos didáticos, etc., como mais genéricos, caso de material de apoio - parece ser o fator preponderante para a seleção, sendo que os critérios utilizados deverão ter, em última análise, este ponto de vista.

Cabe complementar que, a exemplo das bibliotecas públicas, as etapas de avaliação e desbastamento constituem-se também como relevantes nas bibliotecas escolares; entretanto, nestas instituições aquelas etapas são enfatizadas à medida que possibilitem ajustar a coleção a eventuais alterações nos programas e/ou currículos. Cumpre dizer que os autores que escrevem a respeito, normalmente, não tratam de um aspecto muito importante que é a compatibilização com a proposta didático-pedagógica do curso, e não com as disciplinas em si. Muitas escolas, inclusive públicas, tendem cada vez mais a trabalhar com temas multidisciplinares, e não com disciplinas específicas; as bibliotecas são instadas a tornarem-se “espaços de pesquisa”, e não mais apenas de consulta para

trabalhos escolares e disciplinares. No modelo construtivista, cada vez mais as bibliotecas funcionam como espaço de pesquisa/descoberta ou espaço de leitura. Maceviciute (2014) aborda esse aspecto de as bibliotecas se comportarem como espaços de pesquisa, e não mais vinculadas à “função” escolar/universitária, etc. Outro fato relevante - advindo de tal contexto - é que, no caso brasileiro, as questões do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) são cada vez mais interdisciplinares, e não mais específicas por disciplina.

3.4.4 Censura e Seleção de materiais informacionais em bibliotecas

Segundo Vergueiro (1987b), no momento da seleção dos materiais informacionais de uma biblioteca é indispensável que o bibliotecário realize uma autoanálise de suas práticas de seleção, de modo a conscientizar-se do que ele está levando em conta para a rejeição ou incorporação de uma dada obra à coleção. É imperioso que ele constate se tais conceitos se manifestam de forma clara e objetiva ou se variam de acordo com seu estado de espírito. Uma forma relativamente fácil para averiguar a resposta para tais indagações seria a análise da política de seleção da biblioteca, porém a inexistência da mesma - tomado por base principalmente grande parte das bibliotecas públicas brasileiras - dificulta a desobstrução de tal cenário.

Com efeito, no Brasil, é comum a ausência de política para o desenvolvimento da coleção nas bibliotecas. Esta atividade - considerada como vital para o gerenciamento da biblioteca - é realizada de forma informal e improvisada, sobretudo, em número considerável das bibliotecas públicas de nosso país. Assim, justificativas para a aquisição ou não de materiais específicos não se baseiam em critérios claros ou que reflitam preocupação com as demandas dos potenciais usuários. Ao contrário, podem ser reflexo de avaliações subjetivas que não consideram o interesse público.

A falta de uma política definida para o desenvolvimento do acervo é terreno fértil para o exercício da censura e da autocensura pois nada existirá para impedir a atividade de censores externos e internos. Não estando estabelecidas claramente as restrições que devem ser feitas ao material no processo de seleção de uma biblioteca, quaisquer outras tornam-se válidas, até mesmo as do próprio bibliotecário, por mais preconceituosas que sejam. (VERGUEIRO, 1987b, p. 25)

Pautando-se por afirmações de Vergueiro (2010), é oportuno mencionar que em países emergentes, como é o caso do Brasil, onde as bibliotecas recebem pouca atenção das instâncias governamentais, tanto em termos pecuniários como do monitoramento de suas atividades, visando apenas constatar o quanto estão atingindo seus objetivos; num país onde geralmente a comunidade demonstra pouca atenção à maneira como os acervos informacionais a que tem acesso são construídos, confiando sem objeções nos critérios dos que decidem em seu nome; num país onde as classes menos abastadas encaram as bibliotecas como dádivas concedidas pelos governantes e sentem-se agraciadas por quaisquer migalhas que lhes são concedidas; enfim, num país onde os preços dos materiais informacionais dificultam a aquisição dos mesmos por parte da maioria da população... o poder daqueles que decidem sobre a constituição dos acervos pode ser muito grande, reverberando até mesmo nas esferas político-administrativas afeitas ao controle das massas.

Um exemplo recente foi protagonizado por Damares Alves, atual ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. No ano passado, ela condenou uma obra infantil, alegando que a mesma propagava uma apologia às bruxas. A partir desse episódio, os seres fantásticos tornaram-se elementos delicados na retórica conservadora propagada por membros do Governo Bolsonaro.

De fato, de acordo com reportagem do **El País**⁹⁵ (2020), declarações de autoridades como a ministra demonizam seres imaginários como dragões, duendes e personagens do folclore brasileiro, explicitando tabus nas obras para crianças.

Em fevereiro de 2020, outro episódio veio somar-se à conjuntura censória. A Secretaria de Educação de Rondônia (Seduc) determinou o recolhimento, nas escolas estaduais, de 43 livros paradidáticos que teriam sido considerados detentores de conteúdo inadequado às crianças e adolescentes. Entre as obras proibidas, estavam clássicos da literatura nacional como: **Memórias Póstumas de Brás Cubas** (de Machado de Assis), **Os Sertões** (de Euclides da Cunha), **A Vida Como Ela É** (de Nelson Rodrigues) e **Macunaíma** (de Mário de Andrade). Todas as obras de Rubem Alves também foram alvo da censura. A Seduc manifestou-se posteriormente, alegando que se tratava de uma *fake news* (notícia falsa), de modo que a medida foi revogada e não se efetivou na prática.

Em fevereiro de 2019, na esteira das controversas declarações de Damares Alves, a Leiturinha, maior clube de literatura infantil do país, com 170.000 assinantes, publicou um edital em que não admitia obras com seres mágicos, mas - após a má repercussão nas redes sociais - voltou atrás. O final conciliatório fez o chefe de comunicação da empresa responsável pela Leiturinha revelar que as reclamações mais articuladas pelos assinantes do clube têm mais a ver com o formato das obras do que com o conteúdo. Entre elas, queixas sobre livros com muito texto para determinada faixa etária proliferaram-se⁹⁶.

Cumpre destacar que, além da caça às bruxas, dragões, fadas e duendes, o movimento censório trouxe para discussão a “ideologia de gênero”⁹⁷. A título de exemplo, pontua-se que -

⁹⁵ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-02-13/caca-as-bruxas-de-damares-provoca-autocensura-no-mercado-literario-infantil.html>. Acesso em: 16 jun. 2020.

⁹⁶ A menção a esse episódio faz alusão à fala do presidente da República em janeiro de 2020. Na ocasião, Bolsonaro afirmou que, a partir de 2021, os livros didáticos distribuídos às escolas terão menos texto escrito, pois, segundo ele, os atuais, além da extensão textual, propagam um amontoado de ideias contrárias ao verdadeiro sentido da Educação.

⁹⁷ “No Brasil, o debate sobre a ‘ideologia de gênero’ (termo incorreto para se referir às discussões sobre gênero) se intensificou com a estruturação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014. Neste caso, a proposta do Ministério da Educação (MEC) era incluir temas relacionados com identidade de gênero e sexualidade nos planos de educação de todo o país. Os críticos à ‘ideologia de gênero’ acusam a proposta de servir para doutrinação das crianças,

segundo reportagem do site **Biblio⁹⁸** (2019) - o livro, **A bolsa amarela** de Lygia Bojunga Nunes (1985), escrito em 1976, foi alvo de críticas e de requerimento de um vereador da cidade de Limeira que se insurgiu contra a obra, alegando afronta à moral das famílias, e questionou seu uso pela rede municipal de educação. A obra, considerada um clássico da literatura infantojuvenil, narra a história de uma menina chamada Raquel, que entra em conflito com os elementos de seu mundo interno ao reprimir três grandes vontades: a de crescer, a de ser menino e a de ser escritora. Após receber uma carta assinada pela Associação de Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil (AEILIJ), a Secretaria de Educação declinou o pedido do vereador.

Por certo, para compreender essa cosmogonia repressora que se tem alastrado pelo país, devem ser levadas em conta as opiniões de alguns profissionais consultados na reportagem do **El País**.

A psicóloga Clarissa de Franco, que tem pesquisado os efeitos da retórica conservadora na educação infantil, explicou nessa mesma reportagem que os seres fantásticos são vistos como perigosos, porque esses grupos religiosos atrelados ao poder têm um grande apego à literalidade da Bíblia, e aí o simbólico - que é um elemento natural da psique - perde espaço. São elementos que ampliam a concepção de mundo e enriquecem o pensamento, fortalecendo as relações humanas.

O escritor Ilan Brenman atestou que boas histórias precisam mostrar para a criança como é o mundo real por meio de símbolos que ela comprehenda. Quando não se faz uso dessa vacina literária na criança, propiciando anticorpos simbólicos, irrompem angústia, indisciplina, revolta. As histórias fora de perigo deixam as crianças desprotegidas e despreparadas. As histórias fantásticas - segundo a escritora e presidente da AEILIJ, Rosana Rios - não existem para comprovar que dragões existem, mas para mostrar que dragões podem ser vencidos.

Corroborando tais explicações acerca do imaginário infantil, cabe destacar algumas das considerações de Paiva e Oliveira (2010). Segundo as autoras, os contos infantis proporcionam o despertar de diferentes emoções e a amplificação de visões de mundo do leitor infantil. E nesse encontro com a fantasia, a criança contacta seu mundo interior, estabelece diálogos com seus

desconstruindo os tradicionais conceitos de família, principalmente aqueles que estão baseados em preceitos religiosos.” Disponível em: <https://www.significados.com.br/ideologia-de-genero/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

⁹⁸ Disponível em:

<https://biblio.cartacapital.com.br/oito-livros-que-sofreram-tentativa-de-censura-recentemente-no-brasil/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

sentimentos mais secretos, confronta seus medos e desejos mais recônditos, supera seus conflitos e atinge o equilíbrio inerente ao crescimento. “O espírito da criança precisa do drama, da movimentação das personagens, da soma das experiências populares e tudo isso dito por meio das mais elevadas formas de expressão e com inegável elevação de pensamento” (SOSA⁹⁹, 1978, p. 15 apud PAIVA; OLIVEIRA, 2010, p. 26).

A par disso, por meio da projeção da criança nos contos infantis, ela vivencia intensamente seus conflitos, medos, dúvidas e incertezas. Essa projeção da criança nos contos infantis e ilustrações é aqui referida, considerando-se o pensamento de Walter Benjamin, quando ele afirma que “não são as coisas que saltam das páginas em direção à criança que as vai imaginando - a própria criança penetra nas coisas durante o contemplar, como nuvem que se impregna do esplendor colorido desse mundo pictórico” (BENJAMIN¹⁰⁰, 2002, p. 69 apud PAIVA; OLIVEIRA, 2010, p. 26). É por intermédio do imaginário que a criança identifica suas próprias dificuldades e aprende a lidar com elas, reconhecendo-se melhor como parte integrante do mundo que a cerca.

Após esta ligeira digressão, volta-se à questão da censura e pontua-se que, neste instante, em que no Brasil experimenta-se o que alguns denominam de retorno das emanções ditatoriais, é chegado o momento de os bibliotecários enfrentarem os muitos atentados contra a liberdade intelectual dos usuários de suas bibliotecas.

Infelizmente não se cumpre hoje, em nosso país, o que foi sugerido por Vergueiro (2010, p. 86), no seguinte excerto: “Felizmente, nada parece indicar que a segunda década dos anos 2000 venha a ser muito problemática em termos de censura governamental.” Desta vez, o vaticínio não se manifestou. Os exemplos acima elencados deixam à mostra as veementes marcas de censura impressas no tecido social pelo descontentamento dos setores mais conservadores, comprometidos com ideologias de negação e arbitrariedade.

Mediante informações de uma reportagem do **El País**¹⁰¹ (2018), o próprio presidente Jair Bolsonaro, na época apenas presidenciável, divulgou numa entrevista em rede nacional o seu repúdio a uma obra que, segundo ele, faria parte do “kit gay”¹⁰² e teria sido comprado pelo MEC

⁹⁹ SOSA, Jesualdo. **A literatura infantil**. Tradução de James Amado. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

¹⁰⁰ BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002.

¹⁰¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html. Acesso em: 15 jul. 2020.

¹⁰² O “kit gay” foi a alcunha recebida pelo projeto ‘Escola sem Homofobia’ e que criou uma forte polêmica no primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. Basicamente, tratava-se de um kit de apoio para a formação de professores

para distribuição em escolas do país e faria parte do projeto ‘Escola sem Homofobia’. Acontece que o livro em questão, **Aparelho Sexual e Cia.** - de autoria do suíço Philippe Chappuis (conhecido como Zep) e da francesa Hélène Bruller, nunca fez parte do projeto ‘Escola sem Homofobia’. E mais: sequer fora adquirido ou fizera parte de algum programa do Ministério de Educação. O que há registrado é uma aquisição, por parte do Ministério da Cultura em 2011, de apenas 28 exemplares da publicação para o programa Livro Aberto. Os livros foram disponibilizados a diferentes bibliotecas públicas do País. Segundo a pasta da Cultura, nenhum foi distribuído para escolas.

Nestes tempos tão difíceis, é preciso reler o trabalho pioneiro de Lester Asheim (1980), trasladando para a contemporaneidade certos conceitos que fizeram dele um clássico da literatura biblioteconômica. Segundo o autor, “a biblioteca é vista como um dos mais significativos símbolos de uma sociedade livre: ela deve ser aberta a todos e a *todas as ideias*” (ASHEIM, 1980, p. 218 - grifo do autor). Ademais, o ditado popular expresso na obra, “Vigilância eterna é o preço da liberdade”, deve vingar no Brasil, visto ser um alerta para as primeiras e pequenas fendas em nossa liberdade, para evitar que ela assuma dimensões tais que fariam estremecer toda a sua estrutura. De fato, no Brasil de hoje, deve-se vigiar e atentar para as fendas que já se corporificam na sociedade (haja vista os exemplos supracitados) e deve-se lutar para impedir que a liberdade de ideias e a liberdade de acesso às ideias sejam ainda mais aviltadas.

em temas vinculados aos direitos LGBTQIA+, como o combate à violência e ao preconceito no ambiente escolar. A pressão de grupos conservadores, porém, fez com que a então presidente vetasse a proposta, e as peças de conscientização nunca vieram a público. Cumpre destacar que a bancada evangélica dava uma clara demonstração de força, logo na estreia da administração da presidente Dilma.

3.5 Leitura na Contemporaneidade

3.5.1 O papel da Leitura

“Alfabetizar”, palavra aparentemente inocente, contém uma teoria de como se aprende a ler. Aprende-se a ler, aprendendo-se as letras do alfabeto. Primeiro as letras. Depois, juntando-se as letras, as sílabas. Depois, juntando-se as sílabas, aparecem as palavras... [...]”

Se é assim que se ensina a ler, ensinando as letras, imagino que o ensino da música deveria se chamar “dorremizar”: aprender o dó, o ré, o mi... [...] Todo mundo sabe que não é assim que se ensina música. A mãe pega o nenezinho e o embala, cantando uma canção de ninar. E o nenezinho entende a canção. O que o nenezinho ouve é a música, e não cada nota, separadamente! E a evidência da sua compreensão está no fato de que ele se tranquiliza e dorme - mesmo nada sabendo sobre notas! [...]”

Isso é verdadeiro também sobre aprender a ler. Tudo começa quando a criança fica fascinada com as coisas maravilhosas que moram dentro do livro. Não são as letras, as sílabas e as palavras que fascinam. É a estória. A aprendizagem da leitura começa antes da aprendizagem das letras: quando alguém lê e a criança escuta com prazer. [...]”

Confesso nunca ter tido prazer algum em aulas de gramática ou de análise sintática. Não foi nelas que aprendi as delícias da literatura. Mas me lembro com alegria das aulas de leitura. Na verdade, não eram aulas. Eram concertos. A professora lia, interpretava o texto, e nós ouvíamos, extasiados. Ninguém falava. [...] E o bom era que não havia provas sobre aquelas aulas. Era prazer puro. Existe uma incompatibilidade total entre a experiência prazerosa de leitura - experiência vagabunda! - e a experiência de ler a fim de responder a questionários de interpretação e compreensão.” (ALVES, 2003, p. 41)

Este excerto - tomado de um texto de Rubem Alves (2003) pertencente ao livro **Por uma educação romântica** - cumpre aqui o papel de introduzir este tópico sobre o ato de ler e o concomitante papel da leitura em tempos imersos na cibercultura, além de sinalizar algumas das nossas opiniões fundantes neste TCC.

Com efeito, tal trecho do renomado educador brasileiro alude também às considerações primeiras da entrevista de Angelino Bozzini¹⁰³ (2020), eminentemente no instante em que este profissional assevera a importância das vivências concretas e reais no cenário contemporâneo dominado pelas tecnologias de informação e comunicação. É importante que o bebê tenha uma mãe que cante para ele, que lhe conte histórias mesmo que ele não compreenda, nem fale ainda. Segundo Bozzini (2020), a criança é como a semente que está na terra fértil e vai desenvolvendo-

¹⁰³ Considerações fornecidas pelo psicanalista e educador José Angelino Bozzini, em entrevista por WhatsApp, em maio/junho de 2020.

se, absorvendo os nutrientes inatos ao mundo das narrativas. E enquanto semente, a criança põe uma folhinha para cima, para fora da terra e, logo em seguida, lança uma raiz para baixo, instaurando um duplo movimento que acaba formando um eixo que sustenta essa planta/esse ser no mundo. De fato, para uma criança desenvolver-se de maneira integrada, ela tem de estabelecer esse eixo, criando raiz e folhas. E o processo educativo de uma criança pode ser sintetizado nessa metáfora: o processo deve proporcionar o ensejo de formação do eixo em que, por um lado, haja a absorção pela raiz dos nutrientes do mundo da cultura e do âmbito civilizatório e, por outro lado, haja o movimento para cima, do desabrochar do ser humano, do florescer e dar frutos.

A criança precisa brincar com bola, pular corda, pisar na terra, subir em árvores, pular muros, atirar pedras... o corpo dela precisa ter vivências concretas, pois no momento em que ela tiver acesso a isso imaginariamente - pela virtualidade das palavras ou imagens - ela já vai possuir uma referência concreta fincada em suas experiências pessoais e conseguirá estabelecer conexões afetivas fortes. Se a virtualidade entra na vida da criança antes da experiência concreta, aciona um local meio ermo, meio vazio, sem lastro, sem raízes, sendo que isso acaba originando indivíduos manipuláveis, frágeis, não situados no mundo (BOZZINI, 2020).

Tal configuração - válida em contextos mais gerais - pode ser vinculada à questão do livro. Em tempos de ciberespaço, recomenda-se que a experiência real preceda a vivência virtual e isso implica que a criança ouça histórias, manuseie o livro impresso e depois entre em contato com os dispositivos tecnológicos, a exemplo dos tablets.

Antes de ser apresentada ao digital, recomenda-se que a criança seja alimentada com narrativas orais. Desta forma, sugere-se que o adulto fique junto a ela com livros na mão e leia-os, mesmo que a criança ainda não decodifique os signos verbais, pois, desta forma, o infante apropriar-se-á da vivência com o registro grafado, ou seja, saberá que naquele papel com manchas está uma história. No caso de um livro com ilustrações, a criança terá condições de perceber que se trata da história já contada, uma vez que - pelas figuras - ela conseguirá evocar a narrativa anterior, verbalizando-a algumas vezes, inclusive, com suas próprias palavras. Os números apresentados pela penúltima edição da pesquisa **Retratos da Leitura no Brasil** (2016) confirmam tais colocações¹⁰⁴.

¹⁰⁴ A penúltima edição da pesquisa **Retratos da Leitura no Brasil** (2016) revelou que apenas um terço dos brasileiros teve influência de alguém na formação do seu gosto pela leitura, sendo que a mãe ou responsável do sexo feminino e o professor foram as influências mais citadas. E a pesquisa indica que essa influência tem impacto no fato de o indivíduo ser ou não leitor, uma vez que, enquanto 83% dos não leitores não receberam a influência de ninguém, o

É recomendável que o dispositivo digital não seja entregue a uma criança, antes de certas estruturas abstratas se formarem. E para que tais estruturas se constituam, as crianças devem ser apresentadas a outros contextos: jogos, movimentos corporais, desenhos com giz de cera¹⁰⁵... Não se trata de subestimar a leitura digital: esta é uma expressão autêntica dos aparatos tecnológicos que circundam o meio social; entretanto, sugere-se que ela só se efetive para a criança em estágio posterior ao manuseio e à leitura do livro impresso. Nas palavras de Bozzini (2020), a leitura digital, por si só, deve consubstanciar-se “além de”, e não “ao invés de” livros físicos, brincadeiras com bola, corda, etc.

A par disso, o suporte digital é pobre; ele é uma tela chapada de tecnologia 2D com imagens planas sem profundidade, em que as animações só podem mover-se através dos eixos vertical e horizontal. Não se pode manipulá-lo da mesma maneira que se manipula um livro. Embora tenha som e movimento e o holograma (tecnologia 3D) esteja a caminho, o suporte digital age como o açúcar que, introduzido desde muito cedo na alimentação dos pequeninos, empobrece seu paladar, à medida que a criança vai querer que tudo entre no denominador comum do doce, deixando de perceber as nuances - do mais amargo ao mais adocicado - e não conseguindo apropriar-se de sabores mais diversos. Os tablets e celulares (que são os suportes mais comumente dados às crianças hoje) agem como o açúcar, empobrecendo as crianças. A imagem, sendo muito rápida e direta, seduz as crianças. Muitas crianças, ao terem acesso às imagens, não querem mais ler as palavras, pois isto implica processos mais complicados, inclusive de abstração¹⁰⁶. Logo, se os

mesmo ocorre com 55% dos leitores. A pesquisa também indica que o potencial de influenciar o hábito de leitura dos filhos está relacionado com a escolaridade dos pais – filhos de pais analfabetos e sem escolaridade tendem menos a ser leitores, em relação a filhos de pais com alguma escolaridade. Da mesma forma, enquanto 57% dos leitores viam suas mães ou responsáveis do sexo feminino lendo sempre ou às vezes, 64% dos não leitores nunca viam essas figuras referenciais lendo. Embora com diferentes proporções, o mesmo ocorre em relação à figura do pai ou responsável do sexo masculino.

¹⁰⁵ Segundo Bozzini (2020), que também é maestro, a tese de proporcionar a experiência real e concreta primeiramente às crianças também pôde encontrar ressonâncias no campo da música com o sistema de ensino instituído pelo pedagogo suíço Dalcroze, a partir da década de 1930. Ele desenvolvia a priori junto às crianças atividades relacionadas com o corpo para só então lhes ensinar música, visto que ele postulava que o ritmo musical deveria ser sentido antes de tudo no corpo.

No campo da Educação, a **Pedagogia do Oprimido** de Paulo Freire (2016), também estabelece como prioridade que aquele ser humano, que está sendo educado, já tem uma consciência da vida e do mundo. Inicialmente, forma-se a consciência do ser para só então alfabetizá-lo. Como dizia o grande educador: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra.” (FREIRE, 1989, n.p.)

¹⁰⁶ Convém dizer que, de acordo com Bozzini (2020), o processo da leitura é uma habilidade aprendida que deve ser desenvolvida e não está no nosso genoma. No que concerne à leitura, se a imagem é disponibilizada de imediato, dificilmente a criança vai querer trilhar o processo de passar da palavra para a frase, depois para a ideia, depois para a imaginação de uma determinada coisa. Por certo, o desenvolvimento da imaginação é essencial para a constituição do sujeito. Aquela fase do faz de conta - em que a criança pega uma caixinha e diz que é um carro, pega um palito e diz que é uma espada - é fundamental para a constituição da psique. Se o desenho pronto da espada, por exemplo, já é

aparatos tecnológicos são introduzidos na vida das crianças, antes do momento da fala, antes do processo de alfabetização, há prejuízos para essas crianças. Percebe-se atualmente nos parquinhos, nas praças de alimentação dos shopping centers que os pequeninos estão pálidos, não estão eretos, estão curvados como velhinhos, ou seja, estão sendo cerceados pelo uso das tecnologias móveis. Nos casos em que o livro impresso é introduzido, a situação é outra, até mesmo, a nível físico: o folhear o livro implica uma outra relação da criança com o próprio corpo; as contações de histórias também promovem essa vivência sensório-motora, na medida em que a criança - sentadinha no chão ou no aconchego do colo dos pais - estabelece novas relações com o corpo (BOZZINI, 2020).

Marshall McLuhan (2009) em sua obra da década de 1960, **Os meios de comunicação como extensões do homem**, já tentava analisar e explicar os fenômenos dos meios de comunicação e o seu papel na sociedade e empregou a expressão “o meio é a mensagem” como metáfora da sociedade contemporânea.

De fato, toda a tecnologia digital sugere que a criança se sente diante dela, obedecendo-lhe, diferentemente da relação estabelecida com o brinquedo com o qual os pequeninos interagem, manipulando-o, movimentando-se com ele.

A par disso, há toda propaganda midiática, subordinada ao aparato mercadológico e ao marketing das grandes empresas vendedoras de aparelhos tecnológicos, que afirma que os tablets e os celulares promovem melhoria na educação e melhor acesso à informação. Com efeito, cria-se pela imposição da indústria capitalista do mercado atual todo um discurso que põe em evidência a tecnologia digital; no fundo, o que se almeja é a venda do tablet, do celular, etc. O próprio termo “gadget” usado hoje, na área da tecnologia - para designar aparelhos eletrônicos portáteis (smartphones, tablets, notebooks, GPS, HD externo, óculos de realidade virtual, etc.) - foi empregado por Lacan, segundo Bozzini (2020), para representar todos os produtos do capitalismo que tentam tamponar a falta estrutural que move nosso desejo. A título de exemplo, o tablet dado

apresentado de imediato para a criança, esta não passa pela fase do faz de conta. Nas escolas Waldorf, na fase pré-escolar, os livros infantis não têm desenhos explícitos, como os da turma da Mônica, do Disney; são desenhos de aquarelas... As bonecas não têm os traços da face definidos, pois é preciso possibilitar que a criança construa essa coisa imagética das expressões, das expressões dos sentimentos... Se à criança é oferecida a boneca que chora/que ri/que mama, a “coisa pronta” já é dada a priori e isso inviabiliza o desenvolvimento da criança no que tange à constituição de seu aparato imagético. Uma vez que esse aparato imagético já se tenha formado, qualquer coisa pode ser oferecida à criança, desde DVDs, jogos, até livros digitais, pois a criança já vai saber o que fazer com tais materiais.

para uma criança tamponaria sua falta vinculada à curiosidade (característica inata aos infantes), delimitando-se como um gadget no sentido lacaniano¹⁰⁷.

É oportuno destacar que os próprios gurus digitais do Vale do Silício tentam controlar a exposição dos filhos às telas, educando-os em escolas sem celulares, tablets ou smartphones. Isso pode ser constatado no site do **El País**¹⁰⁸ (2019). De acordo com a reportagem, até recentemente, a preocupação era que as crianças mais ricas levassem vantagem por acessar a Internet antes. Agora, quando a tecnologia se expandiu e se generalizou, o problema é o contrário: as famílias mais abastadas têm mais facilidade para impedir que seus filhos passem horas na frente dos celulares. Enquanto os filhos das elites do Vale do Silício são criados entre lousas e brinquedos de madeira, imersos em um modelo pedagógico que privilegia o aprendizado também pela emoção e pela criatividade, os filhos das classes baixa e média crescem colados em telas. É uma luta desigual, em que pais superatarefados ficam à mercê de equipes de engenheiros e psicólogos que engendram tecnologia para manter seus filhos viciados. Uma saída plausível é aquela em que os pais sejam mais proativos e aprendam a equilibrar, a limitar o uso de tablets e celulares por seus filhos, visando à sua saúde física e mental.

Convém pontuar agora que, embora o uso da tecnologia digital precise efetivar-se nos espaços educativos, as habilidades tradicionais de leitura e escrita devem ser também resgatadas e estimuladas, uma vez que é comprovado por muitos neurocientistas que as telas dos celulares, dos tablets e as redes sociais estão mudando radicalmente a maneira como são lidos e compreendidos os textos. A leitura digital é mais superficial, provoca mais ansiedade e permite que se pule sem parar de uma informação a outra, dificultando a apreensão de argumentos mais complexos e elaborados. De acordo com a neurocientista americana Maryanne Wolf (2019) em seu livro, **O cérebro no mundo digital:** os desafios da leitura na nossa era, é fundamental que sejam exercitadas as habilidades de leitura mais aprofundada em suportes de papel e em textos mais longos, com argumentação mais acurada. De fato, é preciso que nossas crianças sejam poupadadas das excessivas leituras digitais, posto que sua capacidade de decodificação e processamento das

¹⁰⁷ A criança é ávida por conhecer o final da história que lhe está sendo contada. É essa avidez, essa curiosidade que a fazem virar cada página do livro à espera de respostas para questões do tipo: “o cavaleiro vai matar o dragão?”, “a princesa vai casar-se com o príncipe?”. A medida que o tablet lhe proporciona “coisas prontas”, ou seja, imagens, sons, movimentos que independem da vontade e imaginação pueris, ele tampona a falta estrutural na criança e - agindo como um gadget também no sentido lacaniano - prejudica-lhe o pleno desenvolvimento.

¹⁰⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/20/actualidad/1553105010_527764.html. Acesso em: 25 jun. 2020.

informações pode ficar comprometida. Infere-se, portanto, que deve haver um equilíbrio quanto à oferta e ao uso da tecnologia digital, sobretudo, nas escolas e bibliotecas.

Prosseguindo nessa linha argumentativa, convém citar o neurocientista brasileiro Roberto Lent. Ele, que investiga há quase quarenta anos a formação e a reorganização das conexões entre as áreas do cérebro, referiu-se, em meados de abril de 2020, a um trabalho científico de título: “A conectividade cerebral em crianças aumenta com o tempo de leitura de livros e decresce com a exposição a telas digitais”. Para o trabalho foram recrutadas aproximadamente vinte crianças de 8 a 12 anos, cujos pais responderam a questionários, dizendo o tempo empregado por seus filhos na leitura de livros físicos e o tempo empenhado em mídias digitais. Em seguida, os cérebros das crianças foram submetidos à ressonância magnética funcional e analisados para avaliar o grau de conectividade das áreas de leitura. Constatou-se exemplarmente que o tempo de leitura de livros dava mais conectividade nas redes do hemisfério esquerdo do cérebro¹⁰⁹, do que o tempo decorrido diante de telas ou telinhas. Cumpre destacar que esta informação foi retirada de uma crônica de Marina Colasanti¹¹⁰ - figura exponencial no cenário da literatura infantil e juvenil da atualidade - intitulada “O livro e o tempo” e hospedada no seu site pessoal da Web. A escritora - a exemplo de todos os que trabalham com leitura e sabem que ler livros desenvolve a atenção, organiza o raciocínio, amplia a capacidade de concentração - comemorou a confirmação científica obtida por Roberto Lent, posto que ela é indispensável para dar suporte aos defensores do livro físico.

¹⁰⁹ O hemisfério esquerdo é a parte do cérebro que analisa os dados e que busca as razões que justificam os acontecimentos. Seria o lado estratégico, analítico e realístico da visão de cada indivíduo, com base na descoberta de explicações precisas e objetivas para qualquer tipo de questionamento.

¹¹⁰ Marina Colasanti, no auge de seus oitenta e dois anos, é uma escritora muito conceituada na área, autora de títulos como: **Doze reis e a moça no labirinto do vento** (1985), **Ana Z. Aonde vai você?** (2000), **Minha guerra alheia** (2010), **Hora de alimentar serpentes** (2013). É grande defensora das temáticas dos contos de fadas, bem como do feminino e dos problemas sociais. É casada com o escritor Affonso Romano de Sant’Anna e, em suas palestras, tem um apreço especial pelo assunto das bibliotecas, uma vez que o marido esteve à frente da Fundação Biblioteca Nacional, no período de 1990-1996, quando desenvolveu grandes ações de incentivo à leitura, como o Sistema Nacional de Bibliotecas. Seu site pessoal fica hospedado em www.marinacolasanti.com.

3.5.2 O papel do livro no contexto das novas mídias

“Nossas crianças e jovens estão imersos em uma cultura de pressa e tumulto que os iguala a todos e que os impede de refugiarem-se, em algum momento do dia ou, inclusive, de sua vida, no profundo de si mesmos. Daí que a experiência do texto literário e o encontro com esses livros reveladores que não se leem com os olhos ou a razão, mas com o coração e o desejo, sejam hoje mais necessários do que nunca como alternativas para que essas casas interiores sejam construídas. Em meio à avalanche de mensagens e estímulos externos, a experiência literária brinda o leitor com as coordenadas para que ele possa nomear-se e ler-se nesses mundos simbólicos que outros seres humanos construiram”.

*(Yolanda Reyes,
educadora e escritora colombiana)*

Segundo Mastroberti (2015), nunca se falou tanto em livros, nem a função da escrita foi tão debatida, como, neste momento, após o advento das novas mídias. Em 2010, dois grandes teóricos reconhecidos, Robert Darnton e Umberto Eco, lançaram dois títulos (impressos) em que tratavam do livro como suporte, bem como das publicações lidas com os novos sistemas de veiculação de textos informativos e literários. Apesar de atualíssimas e pertinentes, ambas as publicações mantêm uma aura sacralizadora e prosseguem reportando-se ao livro como se ele fosse constituído apenas por palavras. De acordo com a autora de **Peter Pan na cultura das mídias:** leitores perdidos e encontrados, para apreender melhor a situação do livro como artefato e como suporte da linguagem verbal na contemporaneidade plurimidiática, é imperioso esquadrinhar as abordagens no campo da Comunicação e das Artes, empreendidas por autores como Lúcia Santaella e outros que, como ela, defendem a hibridização ou liquidez das linguagens, bem como das mídias que as corroboram e potencializam. Tendo em vista que o escrutínio de tais abordagens foge aos objetivos precípuos deste TCC, deixa-se registrada a inevitabilidade de futuros estudos que aprofundem e problematizem a temática.

Com efeito, um ponto - que merece ser destacado frente às análises aqui estabelecidas - remete à fugaz obsolescência das mídias eletrônicas. Ratifica-se, pois, a opinião de Umberto Eco, em reportagem ao site do **Estadão**¹¹¹ (2010), em que ele manifesta que tal qual a roda, o livro constitui-se como uma invenção perdurable, de modo que as revoluções tecnológicas, anunciadas ou temidas, não conseguirão aplacá-lo. E ele cita o caso dos eletrônicos, cuja vida útil de dez anos contrapõe-se à perenidade de livros que sobrevivem há mais de cinco séculos.

Robert Darnton (2010, p. 55) alude também à questão, afirmando que “empreendimentos eletrônicos vêm e vão. Bibliotecas de pesquisa duram séculos. É melhor fortalecer-las do que declará-las obsoletas, porque a obsolescência é uma característica intrínseca das mídias eletrônicas.” E ele prossegue afirmando que documentos podem ser perdidos no ciberespaço por causa da obsolescência da mídia em que estão registrados. Hardware e software vêm tornando-se nebulosos e indefinidos a um ritmo preocupante. A menos que o problema exasperante da preservação digital seja solucionado, todos os textos que “nasceram digitais” fazem parte de uma espécie digital em risco de extinção. A obsessão por desenvolver novas mídias comprometeu esforços de preservar as antigas. A título de exemplificação, 80% de todos os filmes mudos e 50% de todos os filmes produzidos antes da Segunda Guerra Mundial foram perdidos. “Nada é mais eficaz para preservar textos do que tinta engastada em papel” (DARNTON, 2010, p. 56).

Remetendo-se à questão de formação de leitores, Luiz Bras¹¹² (2013) afirma que o livro-livro precisa de amplas campanhas que garantam incentivo à sua leitura. Na verdade, segundo ele, o livro-livro é um objeto tão frágil, que, em sua defesa, os próprios escritores discutem rispidamente com os supostos parceiros na campanha de formação de leitores: os editores, os livreiros, os professores e os contadores de histórias.

Brigam com os maus editores que preferem investir apenas em best-sellers estrangeiros. Brigam com os maus livreiros que tratam a literatura escrita para crianças como algo inferior. Brigam com os maus professores que assassinam, no ensino básico, qualquer possibilidade de os alunos um dia se apaixonarem pela leitura e pela literatura. Brigam com os maus contadores de histórias que, ao adaptar um livro, apenas criam um substituto audiovisual para esse livro, que não será lido. (BRAS, 2013, p. 35)

Outro ponto - que merece ser reforçado na presente argumentação - é o de que a leitura do

¹¹¹ Disponível em:

<https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,eletronicos-duram-10-anos-livros-5-seculos-diz-umberto-eco,523700>.

Acesso em: 19 jun. 2020.

¹¹² Pseudônimo adotado, em 2012, pelo escritor Nelson de Oliveira que é ficcionista e coordenador de laboratórios de criação literária.

livro em papel e digital são processos diferentes, insubstituíveis e complementares, onde cada um dos processos tem sua importância na vida dos indivíduos. Por certo, urge salientar que o cerne da questão está no futuro da leitura e não no formato do livro ou seu suporte.

Ademais, remetendo-se a Furtado e Oliveira (2011, p. 74), “considera-se que a tecnologia de informação e comunicação, de maneira especial a web 2.0, pode expandir as oportunidades de leitura e escrita, e dessa maneira ser parceira do livro tradicional no incentivo a essas práticas.” Embora a leitura na tela seja mais fragmentada, com menos profundidade e mais genérica; seja descontextualizada, não hierarquizada; e exija menos atenção e não potencialize o pensamento crítico, “ler on-line não é em si uma atividade intelectualmente menos desafiadora do que ler um livro. É apenas diferente e requer habilidades diferentes” (TAPSCOTT¹¹³, 2010, p. 139 apud op. cit., p. 74 - tradução do autor). Gómez Díaz e García-Rodríguez (2018, n. p.) reiteram tal argumento, ao afirmarem que “o digital não tem de competir com o papel, visto serem eles simplesmente respostas distintas à maneira de ler”¹¹⁴ (tradução nossa).

3.5.2.1 Papel e Leitura Digital nas Bibliotecas: uma coexistência necessária?¹¹⁵

A coexistência necessária entre a leitura do livro físico (impresso) e a leitura digital - referida no título deste tópico - já foi sugerida ao longo deste TCC, consubstanciando-se, sobremaneira, na menção feita às bibliotecas híbridas, no sentido de serem aquelas que incorporam ao seu acervo tanto o material impresso quanto o conteúdo digital e possibilitam, pois, ao leitor distintas práticas de leitura, distintas experiências de leitura literária.

Segundo Gómez Díaz e García-Rodríguez (2018, n. p.),

a incorporação de tecnologia à biblioteca não deve ser vista como um problema, mas como uma oportunidade para melhorar produtos e serviços e também para atrair novos leitores, [...] objetivando acrescentar/angariar tudo o que faça da biblioteca uma entidade de referência dentro da comunidade¹¹⁶ (tradução nossa).

Prosseguindo com esses autores,

¹¹³ TAPSCOTT, Don. **A hora da geração digital**. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010.

¹¹⁴ Original em espanhol: “*Lo digital no tiene por qué competir con el papel, son simplemente respuestas distintas a la manera de leer.*”

¹¹⁵ A designação deste tópico foi adaptada a partir de título do artigo ‘Lectura en papel y digital en la biblioteca infantil: una convivencia necesaria’, de Gómez Díaz e García-Rodríguez (2018), referenciado ao final deste trabalho.

¹¹⁶ Original em espanhol: “*La incorporación de la tecnología a la biblioteca no debe verse como un problema sino como una oportunidad de mejorar los productos y servicios, y por qué no, también de atraer a nuevos lectores, [...] para llegar a las personas, de sumar todo aquello que haga a la biblioteca ser una entidad referente dentro de la comunidad.*”

Não se trata apenas de adicionar, mas também de integrar, *tornando a biblioteca um espaço híbrido*, onde a experiência do passado seja alimentada com a novidade da tecnologia, e onde esta seja enriquecida e estabelecida por práticas anteriores. *Digital e papel, presencial e on-line, bibliotecário e usuário não são pares opostos, mas peças da engrenagem da biblioteca do futuro que devem ser bem lubrificadas por meio de treinamentos, incorporação de conteúdos e suportes, bem como sua dinamização.* Tais elementos permitirão alcançar a integração desejada e oferecer novos serviços adaptados à sociedade digital¹¹⁷. (GÓMEZ DÍAZ; GARCÍA-RODRÍGUEZ, 2018, n. p. - grifo nosso e tradução nossa)

Infere-se daí que selecionar o melhor conteúdo digital, saber recomendá-lo, divulgá-lo e usá-lo em atividades regulares da biblioteca constituem grandes desafios que os bibliotecários - que lidam com acervos infantis no século XXI - devem enfrentar, posto que nessa cosmogonia as atividades tradicionais não podem desaparecer.

Reiterando argumentos propostos no tópico “O desenvolvimento de coleções em bibliotecas híbridas”, expõe-se aqui que o trabalho dinâmico da biblioteca na sociedade atual consiste em unir o analógico e o digital, desenvolvendo estratégias de promoção conjunta, para que ambos os formatos se complementem e se integrem de uma maneira única.

Tal como afirma Cencerrado-Malmierca¹¹⁸ (2017 apud GÓMEZ DÍAZ; GARCÍA-RODRÍGUEZ, 2018, n. p.),

é necessário dar um passo à frente e quebrar a dicotomia entre papel e tela em favor de um conceito amplo e completo de leitura que englobe todas as arestas que a leitura apresenta hoje. Dessa forma, será possível enfrentar os desafios colocados pelos leitores com mais força e alcance, promovendo e apoioando novos hábitos de leitura.

A sociedade precisa de leitores que conheçam e se movam entre todos os tipos de textos e formatos e que estejam preparados para ir de um para outro naturalmente¹¹⁹ (tradução nossa).

¹¹⁷ Original em espanhol: “Pero no se trata simplemente de sumar, sino también de integrar, conseguir que la biblioteca sea un espacio híbrido donde la experiencia del pasado se alimente con la novedad de lo tecnológico, y donde esto último se enriquezca y se asiente con las prácticas anteriores. Digital y papel, presencial y online, bibliotecario y usuario no son binomios contrapuestos sino piezas del engranaje de la biblioteca del futuro que deben estar bien engrasados con la formación, la incorporación de contenidos y soportes y su dinamización, elementos que permitirán conseguir esta deseada integración y ofrecer servicios novedosos y adaptados a la sociedad digital.”

¹¹⁸ Cencerrado-Malmierca, L. M. En el cruce de los viejos y los nuevos caminos que invitan a leer. **Anuario ThinkEPI**, v. 11, 2017.

¹¹⁹ Original em espanhol: “Es preciso dar un paso adelante y romper la dicotomía entre el papel y la pantalla en favor de un concepto amplio y completo de lectura que abarque todas las aristas que la lectura presenta en la actualidad. De esta manera podremos abordar con mayor fortaleza y alcance los retos que plantean los lectores, promover y apoyar nuevos hábitos de lectura.

Necesitamos lectores que conozcan y se muevan entre todo tipo de textos y formatos y que estén preparados para ir de uno a otro de manera natural.”

Complementarmente, no contexto deste debate sobre leitura e seus suportes, convém ressaltar o ponto de vista do filósofo búlgaro Tzvetan Todorov (2009), que - ao demonstrar, na obra **A Literatura em perigo**, que o incentivo à leitura e à literatura deve ocorrer de diversas formas, uma vez que a variedade dos gêneros e temas textuais consolidará a prática de leitor - permite que se deduza que a diversidade dos suportes de leitura é fundamental para esse processo:

[...] É por isso que *devemos encorajar a leitura por todos os meios* – inclusive a dos livros que o crítico profissional considera com condescendência, se não com desprezo, desde os ‘Três Mosqueteiros’ até ‘Harry Potter’: não apenas esses romances populares levaram o hábito de leitura a milhões de adolescentes, mas, sobretudo, lhes possibilitaram a construção de uma primeira imagem coerente do mundo, que, podemos nos assegurar, as leituras posteriores se encarregarão de tornar mais complexas e nuancadas (TODOROV¹²⁰, 2009, p. 82, apud AMIN; TEIXEIRA; CASTRO, 2019, p. 9 - grifo do autor).

Compreende-se, portanto, que a leitura - seja ela informativa ou ficcional, em material impresso ou digital - permite que cada leitor exteriorize e aproprie-se de suas próprias características. Logo, é preciso resgatar na criança contemporânea (sugerindo-se aqui que se trate daquela que já possua uma estrutura física formada e que, estando alfabetizada, saiba falar e expressar-se) o gosto pelas práticas de leitura e estas devem vir ressignificadas pela linguagem seja em papel ou tela digital, seja em ambiente formal ou informal de aprendizagem e interação.

Sendo assim, aproveitando as palavras finais¹²¹ de Amin, Teixeira e Castro (2019, p. 14), pode-se afirmar que cognição, tecnologias, aprendizagens e sociabilidades são atravessadas pelas práticas e experiências *de e na* leitura, as quais concebem a cultura contemporânea e a transmutam.

¹²⁰ TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

¹²¹ Embora os autores nessa afirmação façam menção, sobretudo, ao contexto educacional, tais argumentos podem adequar-se a outros contextos mais generalizados, justificando o uso empregado por este estudante no texto.

3.5.3 Os hábitos dos jovens leitores: algumas verdades e crenças

Algo que não se pode perder de vista é que, na Web, o grande afluxo de dados gera um bombardeio de informações erradas e inconsistentes, fato que exige a contundente seleção dos conteúdos vindos pela Internet. Citando Eco¹²² (2010, p. 30 apud LIMA, 2013, p. 17), “não há silêncio maior do que o ruído absoluto, e a abundância de informação pode gerar a ignorância absoluta.”

Tal constatação assume contornos mais graves numa sociedade como a nossa em que cada vez menos jovens são leitores e não se habituam, pois, a realizar a escolha criteriosa e objetiva dos materiais informacionais. Isso indica que a leitura precisa ser aguçada nos anos iniciais, nos tempos de meninice, para que haja uma formação contínua de leitores.

E, neste ponto, cumpre mencionar que, embora este trabalho tenha como foco o público infantil, torna-se oportuno salientar certas especificidades referentes aos jovens leitores, visto que os hábitos destes refletem problemas que devem ser combatidos nas crianças que começam a exercer agora a sua sociabilidade.

A penúltima edição da pesquisa **Retratos da Leitura no Brasil** (2016) indica que, embora haja um alto índice de público leitor na faixa etária de 5 a 13 anos (na faixa de 5 a 10 anos, 67% são leitores; na faixa de 11 a 13 anos, 84 % correspondem ao topo do índice de público leitor), entre os adolescentes de 14 a 17 anos, a taxa diminui para 75%. A partir dos 18 anos, a taxa de leitores cai continuamente, até ser ultrapassada pela proporção de não leitores na faixa de 40 a 49 anos, em que 52% da população se declara como não leitora.

João Luís Ceccantini, doutor em letras e professor de literatura brasileira na UNESP - Universidade Estadual Paulista, compartilha a avaliação pessimista dos níveis de leitura no país, mas se contrapõe à ideia persistente de que os jovens não leem. Ceccantini argumenta que há uma cultura escolar estabelecida de incentivo à leitura nos primeiros anos do ensino fundamental, mas que a partir do 6º ano as aulas de português costumam se tornar mais teóricas e distantes dos interesses dos alunos.

Para ele, em reportagem da **Folha UOL**¹²³ (2019), a escola ignora o que os estudantes gostam de ler, como best-sellers, prejudicando sua formação autônoma. Embora não seja contrário

¹²² ECO, Umberto. **A memória vegetal:** e outros escritos sobre bibliofilia. Rio de Janeiro: Record, 2010.

¹²³ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/jovens-leem-mais-no-brasil-mas-habito-de-leitura-diminui-com-a-idade.shtml?origin=uol>. Acesso em: 17 jun. 2020.

à leitura de obras canônicas, Ceccantini defende que há um divórcio muito grande entre cultura de massa e cultura erudita e que a configuração tende a melhorar quanto mais houver o afastamento do cânone e o concomitante aproveitamento do imaginário da criança e do jovem para estabelecer pontes com a cultura erudita.

Sob essa égide, Rubem Alves (2003), no excerto que introduz o tópico “O papel da leitura”, defende a fruição da leitura literária, em detrimento do hermetismo da leitura utilitária. Para ele é preciso instrumentalizar a criança com a magia da leitura, seduzindo-a com as histórias repletas de elementos de seu imaginário¹²⁴.

Na supracitada reportagem da **Folha UOL** (2019), Roberta Estrela D’Alva (pioneira, no país, dos slams, batalhas de poesia falada) defende que - visto que parcela importante dos pais e mães não são leitores e crianças são alfabetizadas com pouco contato com a literatura - é preciso promover um trabalho de base, pois, segundo ela, não adianta impor autores clássicos pela goela abaixo na garotada.

Para desatar os nós dos hábitos de leitura de jovens, especialistas concordam que é vital impulsionar a formação de professores e outros profissionais que conectam leitores e livros. Contudo, no Brasil, 16% dos professores não leem e a média de livros lidos é de 5,21. Isso também ocorre, pois em nosso país os professores não são estimulados a ler em sua formação. Priscila Cruz, presidente-executiva da organização não governamental ‘Todos Pela Educação’, atesta que se o docente não lê, não incentiva a leitura em seus alunos.

Profº. Ceccantini, acima citado, assevera que é preciso que haja um professor mergulhado no mundo da cultura, a fim de que ele encontre os livros que possam interessar ao jovem e promova conexão com outras atividades culturais. O especialista afirma que, apesar de livros serem comprados e postos nas escolas públicas, nestas não há mediador, biblioteca, sala de leitura com profissional formado.

¹²⁴ Neste ponto, convém discernir entre livro didático e livro de literatura. Segundo Ricardo Azevedo, em matéria do **Coletivo Leitor** (2018), “os primeiros são utilitários – pretendem ensinar algo – e para isso recorrem a textos objetivos e técnicos, afinal querem que 100% dos leitores tenham uma mesma e única interpretação. Sua relevância é imensa pois trazem informações relativas ao conhecimento oficial existente num dado momento. Os segundos são especulativos, ficcionais e subjetivos. Tratam de assuntos humanos que ninguém pode ensinar: a construção de um sentido para a vida; as paixões humanas; a confusão entre realidade e imaginação; a busca do autoconhecimento; as ambiguidades e as contradições inerentes à existência humana, entre outros. Tais assuntos, [...], não são passíveis de lições. Alguém que queira propor técnicas e exercícios visando a ensinar ‘como se apaixonar’ não pode estar falando sério.” Disponível em: <https://www.coletivoleitor.com.br/leitura-utilitaria-e-leitura-de-ficcao-e-poiesia/#:~:text=Leitura%20utilit%C3%A1ria%20e%20leitura%20de%20fic%C3%A7%C3%A3o%20e%20poesia%20%2D%20Coletivo%20Leitor>. Acesso em: 26 jun. 2020.

Retornando a Lima (2013), nossos jovens chegam às bibliotecas sem saber encontrar as informações de que necessitam, pois - devido à praticidade da Internet, onde supostamente está todo o conhecimento à distância de um clique - eles não têm mais o hábito de procurar e selecionar o que é adequado, sentindo, então, dificuldade para encontrar os livros advindos de pesquisas bibliográficas. A geração do “agora” - que não tem mais paciência para uma leitura que seja antônimo de redes sociais, de Google e Wikipédia e que propaga uma série de erros ortográficos em suas redações escolares, advindos da habitual escrita sintética/abreviada e repleta de ícones gráficos visíveis na Internet - precisa ser incentivada a descobrir na biblioteca um local de tesouros escondidos. Para tanto, a formação de uma coleção híbrida, que contemple tanto a perspectiva analógica quanto o conteúdo digital, é fundamental para angariar os novos leitores.

Neste ponto, alguns projetos, que foram criados nos últimos anos com objetivo de incentivar a leitura entre crianças e jovens, precisam ser elencados. De acordo com o site **Educa+Brasil**¹²⁵ (2020), a Rede Sesc de Bibliotecas, por exemplo, pretende trabalhar o conceito de leitura elástica neste ano de 2020. A proposta tem o objetivo de aproximar livros e plataformas digitais no intuito de despertar a atenção dos jovens. A rede ainda possui uma biblioteca móvel, que transporta parte de seu acervo a diversas áreas do território nacional.

¹²⁵ Disponível em:
<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/dia-do-leitor-desafios-da-leitura-no-brasil>. Acesso em: 25 jun. 2020.

3.6 Literatura Infantil

3.6.1 Literatura infantil; Literatura juvenil; Literatura infantojuvenil?

“Existe uma literatura infantil? Como caracterizá-la? Evidentemente, tudo é uma literatura só. A dificuldade está em delimitar o que se considera como especialmente do âmbito infantil. São as crianças, na verdade, que o delimitam, com sua preferência. [...] Seria mais acertado, talvez, assim classificar o que elas leem com utilidade e prazer.”

(Cecília Meireles)¹²⁶

“Certamente alguns livros são capazes de estabelecer maior identificação com crianças ou com jovens do que outros, mas é simplista demais reduzir a literatura a produções dirigidas a determinadas faixas etárias. Tal postura tem a ver com mercados, não com literatura.” Este trecho - mencionado em uma entrevista no jornal **Cândido**¹²⁷ ([2009?]) - exterioriza a opinião de Ricardo Azevedo¹²⁸ acerca da segmentação que se faz entre literatura “adulta” e “infantojuvenil”.

De fato, ele torce o nariz para tal segmentação.

De uma maneira sucinta, Azevedo pensa que existem literaturas escritas por especialistas tendo em vista a leitura de especialistas. Estas fazem uso de recursos muito enaltecidos em certos meios, como a metafíscão; as buscas do estranhamento; a intertextualidade; as experimentações formais; a voz de outsiders; as sobreposições de códigos e os chamados fluxos de consciência, entre outros. Como resultado, há algumas obras relevantes e muitas obras insignificantes – em geral, por adotarem os recursos mencionados de forma mecânica. Todas, porém, com um denominador comum: a elaboração especializada tendo em conta o leitor especializado/instruído. Muitas vezes, essas obras são denominadas “adultas”. Ocorre que, talvez 90% dos leitores adultos,

¹²⁶ MEIRELES, Cecília. **Problemas da literatura infantil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 20.

¹²⁷ Disponível em: <http://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Entrevista-Ricardo-Azevedo>. Acesso em: 25 jun. 2020.

¹²⁸ As ilustrações surrealistas de Ricardo Azevedo foram apresentadas durante as aulas de Literatura Infantil e Juvenil na década de 1990. **O Homem no sótão** ([199-?]) foi o primeiro livro de sua autoria a ser analisado nas aulas. Sua índole de pesquisador evidenciou-se na dissertação de mestrado, **Vestígios das narrativas populares na literatura infantil e juvenil** (1997). Alguns de seus inúmeros livros: **Armazém do folclore** (2000), **Fragosas brenhas do mataréu** (2013), **O leão da noite estrelada** (1995), **A casa do meu avô** (1986), **Lúcio vira bicho** (1998).

independentemente do grau de escolaridade, não são tão catedráticos, nem estão capacitados para ler tais obras que costumam atrair um público acadêmico, de técnicos e especialistas. Ao lado dessa literatura elitista, exclusivista, rebuscada, criada para iniciados, existem outras, bastante heterogêneas, que, da mesma forma, podem originar algumas obras boas e muitas ruins. No geral, elas poderiam ser chamadas de populares por duas razões: 1: invariavelmente, recorrem a uma linguagem pública, clara, direta e acessível; 2: abordam temas humanos amplos da vida concreta, passíveis de gerar identificação e compreensão imediata na maioria das pessoas, a despeito de graus de instrução e faixas de idade. Na literatura popular, os assuntos tendem a ser desenvolvidos através de um ponto de vista geral que favorece as angústias e perplexidades relativas ao “nós” e não ao “eu”. Para Azevedo, a chamada literatura infantojuvenil está inserida neste vastíssimo e heterogêneo grupo de obras. Por esse viés, infere-se, pois, que ela é muito mais uma literatura popular do que infantil ou juvenil. Segundo este teórico, no plano do discurso, os livros para crianças não recorrem a uma “linguagem infantil” - algo que simplesmente não existe - mas sim a uma linguagem capaz de suscitar identificação e ser incorporada por crianças e adultos, pobres e ricos, cultos e analfabetos, ou seja, uma linguagem popular.

Para Adílson Miguel, em seu artigo ‘Literatura Infantil’, divulgado na **Revista Emilia**¹²⁹ (2012), a obra literária não carrega um sentido fixo e determinado que precise ser desvendado. O texto adquire significação precisamente no ato da leitura, no instante em que o leitor interage com ele e o interpreta, mediante sua capacidade, suas referências, sua experiência de vida e de leitura. Por isso os significados sempre evidenciam uma alta carga de pessoalidade, o que permite a uma obra literária abranger leitores de diferentes níveis de desenvolvimento. Obviamente, quanto mais experiência de vida e de leitura a pessoa tiver, mais profundo e incisivo poderá ser o grau de compreensão e fruição do texto.

Segundo Santos e Teixeira (2012), nossa sociedade sempre demonstrou dificuldade em separar o infantil do juvenil. Apesar de crianças e adolescentes apresentarem seus modos específicos de comportamento, a definição dessas etapas do desenvolvimento humano não tem suas fronteiras bem determinadas.

Segundo a especialista Leila Maria Ferreira Salles, do Departamento de Educação do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista, “os critérios geracionais utilizados para descrever os indivíduos nas diferentes etapas da vida não dão mais, sozinhos, conta de abranger toda

¹²⁹ Disponível em: <https://revistaemilia.com.br/literatura-infantil/>. Acesso em: 27 jun. 2020.

a complexidade da sociedade atual, assim, o conceito de geração deve ser problematizado” (SALLES¹³⁰, 2005, p. 1 apud SANTOS; TEIXEIRA, 2012, p. 153).

A título de exemplificação e tomando-se para isso a palavra ‘adolescência’, até mesmo no dicionário **Aurélio** ela é acolhida com dois sentidos. O primeiro a designa como período da vida humana entre a puberdade e a virilidade, dos 14 aos 25 anos. Já o segundo alude ao período que se estende da terceira infância até a idade adulta, caracterizado psicologicamente por incisivos processos conflituosos e contumazes esforços de autoafirmação, correspondendo à fase de impregnação dos valores sociais e elaboração de projetos que impliquem absoluta integração social. Posto isso, fica nítida a complexidade em se definir faixas etárias.

A criação dessas categorizações se arvora ainda mais problemática quando se trata da literatura, um produto de caráter sociocultural e não fisiológico. Apesar da dificuldade de definir fronteiras entre as etapas da vida, no meio editorial essa delimitação é feita indiscriminadamente por muitas editoras. Ela é percebida com frequência nos catálogos que ora são chamados Catálogos de Literatura Infantil, ora são denominados Catálogos de Literatura Juvenil ou, ainda, Catálogos de Literatura Infantojuvenil.

No tocante a essa estratificação por faixa etária, Dirce Waltrick do Amarante (2019) - estudiosa da área de literatura infantil e juvenil - no prefácio de seu livro **A biblioteca e a formação do leitor infantojuvenil: conversa com pais e professores**, manifesta-se dizendo:

Minha estante de livros não está separada por faixa etária, pois não acredito que ao atingir determinada idade (6 anos, por exemplo), a criança tenha uma epifanía e passe a ver o mundo segundo o que se supõe seja compatível com essa idade. [...] Muitas vezes uma criança de 6 anos é uma leitora muito mais experiente do que outra de 10, 11 ou 12 anos. Dependerá muito do ambiente em que for criada. (AMARANTE, 2019, p. 12)

E ela prossegue:

Quanto à faixa etária dos livros infantojuvenis, essa é imposta segundo um critério que considera ou a idade do leitor ou o ano escolar em que ele está matriculado, mas ambos os critérios não levam em conta os hábitos reais dos leitores, hábitos que não obedecem necessariamente a um cronograma, nem etário nem escolar.
[...]

Estou convencida de que incentivar as crianças a ler, deixando-as livres para escolherem seus livros, sem impor sempre o horizonte estreito da faixa etária, é a melhor maneira de criar um novo leitor e de formar uma biblioteca infantil.

¹³⁰ SALLES, Leila Maria Ferreira. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 33-41, jan./mar. 2005

(AMARANTE, 2019, p. 26)

Para Azevedo (2004), indicar idades em capas de livros de Literatura - o que pressupõe a existência de textos literários “especiais” para pessoas de sete, nove ou onze anos e, portanto, a crença de que crianças de, por exemplo, nove anos serem todas iguais (!) - não apoia nem um pouco, muito pelo contrário, a formação de novos leitores. O estudioso argumenta

que vai ser difícil formar leitores insistindo em idealizações a respeito da leitura, *aceitando passivamente a divisão indiscriminada de pessoas em abstratas faixas etárias*, ignorando a existência de diferentes tipos de livros e textos e, ainda, sem levar em consideração certas características e especificidades da Literatura, entre elas, seu compromisso profundo e essencial com a existência humana concreta. (AZEVEDO, 2004, p. 11 - grifo nosso)

Ceccantini (2004), em artigo intitulado ‘Leitura e literatura infantojuvenil’, ao tratar da definição do gênero literatura infantil e juvenil, cita Peter Hunt (1990) para dizer:

Trata-se de um tipo de literatura cujas fronteiras são muito nebulosas; não pode ser definida por características textuais, seja de estilo, seja de conteúdo, e seu público principal, a criança leitora, é igualmente escorregadio. Como um outsider do universo acadêmico, não se encaixa nitidamente em nenhuma das disciplinas estabelecidas e tem sido certamente esnobado por algumas delas. [...] A única definição prática, hoje, para um livro infantil – por absurdo que isso possa soar – é de que é um livro que faz parte de um catálogo de livros infantis de uma editora (HUNT¹³¹, 1990, p. 57 apud SANTOS; TEIXEIRA, 2012, p. 154).

De acordo com o escritor Luiz Bras (2013, p. 39), C. S. Lewis, em certo momento do breve ensaio intitulado “Três maneiras de escrever para crianças”, lança uma afirmação inquietante: “uma história para crianças de que só as crianças gostam é uma história ruim.” A provocação que emana das palavras do autor de **As crônicas de Nárnia** pretende, realmente, destacar a autonomia da literatura escrita para crianças. C. S. Lewis está apenas alertando para o fato de que o rótulo “literatura para crianças” encobre uma estratégia secreta. São contos e ficções muitas vezes híbridos - constituídos de texto e imagem - que, produzidos para crianças, mesmo assim não abrem mão de encantar e seduzir também os mais velhos.

Santos (2015, p. 121) defende que o termo infantojuvenil é impreciso, pois abrange um grupo de leitores implícitos que vai desde a primeira infância até indivíduos que estão chegando à vida adulta. Existe a possibilidade, normalmente adotada, de cindir essa literatura em dois grandes grupos, a literatura infantil e a juvenil. O que acontece na prática, porém, é que o termo

¹³¹ HUNT, Peter. **Children's Literature: The Development of Criticism**. London; New York: Routledge, 1990.

infantojuvenil é usado de modo indiscriminado como sinônimo tanto da literatura para crianças como para adolescentes e, também, para denominar o conjunto oriundo da junção das duas¹³².

Ainda abeberando nessa autora, averigua-se que outro ponto matricial sobre a literatura infantil e juvenil é referenciado por Teresa Colomer, em **A formação do leitor literário**, obra na qual a autora faz uma revisão da história dos estudos sobre a literatura infantil e juvenil – com ênfase maior na infantil – e indica que, ao longo do tempo, essas literaturas passaram a conformar uma área de estudos multidisciplinares que não se iniciou nos estudos literários, mas sim na área de biblioteconomia (COLOMER¹³³, 2003, p. 23-24 apud SANTOS, 2015, p. 123). Peter Hunt também menciona esse fenômeno e afirma que

a literatura infantil (e seu estudo) atravessa as fronteiras genéricas já estabelecidas, históricas, acadêmicas e linguísticas; ela requer contribuição de outras disciplinas; é relevante para uma ampla classe de usuários; apresenta desafios singulares de interpretação e de produção; implica necessariamente aquisição da língua, censura, gênero e sexualidade, o que leva o debate mais para o domínio do afeto que para o da teoria (HUNT¹³⁴, 2010, p. 49 apud SANTOS, 2015, p. 123)

A diferença que se estabelece entre as abordagens dos dois teóricos é a seguinte: enquanto Colomer parece ver como algo positivo o fato de a literatura infantil e juvenil se prestar a diversas abordagens, ocasionando o enriquecimento dos estudos sobre ela, Hunt chama atenção para o fato de que "[o] resultado acadêmico [...] é que seu estudo tende a ocorrer mais nas disciplinas práticas de biblioteconomia e educação, e talvez na psicologia, [do] que na disciplina mais teórica de 'literatura'" (HUNT, 2010, p. 49 apud op. cit., p. 123). E, de fato, essa parece ser a realidade dos estudos sobre a literatura para crianças e adolescentes: há grande profusão de trabalhos no ramo da educação, que apresentam, inclusive, grande diversidade, sendo que o mesmo não se manifesta quanto aos estudos literários; ademais, as obras que falam do viés pedagógico dessa literatura são as que delineiam panoramas históricos e tentativas de delimitá-la e classificá-la.

Após esta ligeira digressão, volta-se para a questão da nomenclatura. Não é objetivo deste TCC propor uma solução, ou uma forma de tornar mais claras as terminologias, embora as questões supracitadas devam ser mencionadas, pois ajudam a situar o leitor e melhor esclarecer o objeto a ser tratado. No caso específico deste trabalho, empregar-se-á uma categorização (contrariando a

¹³² Tais argumentos sustentam a escolha - feita por este estudante, à guisa de tornar mais simples a análise de dados obtidos nos estudos de caso - de não empregar o termo 'literatura infantojuvenil'.

¹³³ COLOMER, Teresa. **A formação do leitor literário:** narrativa infantil e juvenil atual. Tradução de Laura Sandroni. São Paulo: Global Editora, 2003.

¹³⁴ HUNT, Peter. **Crítica, teoria e literatura infantil.** Tradução de Cid Knipel. ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

argumentação dos especialistas aqui elencados), fazendo a proposição do termo ‘literatura infantil’ para tratar da literatura para crianças, ou seja, o público com idade até os doze anos incompletos. Tal categorização irrompe especificamente com o intuito de facilitar a aplicação da metodologia de pesquisa - aqui propalada - fincada nos estudos de caso. A obtenção de dados - a serem analisados neste TCC - obedeceu ainda à divisão por faixa etária nas bibliotecas envolvidas.

3.6.2 Literatura Infantil: quietude no contexto das bibliotecas?

Atribuir um estatuto literário à literatura infantil é um impasse com o qual se defrontam muitos pesquisadores da área. Esse gênero parece já ter adquirido em seu nascimento um “pecado original”: o de “ter nascido comprometido com a educação, em detrimento da arte” (AGUIAR¹³⁵, 1999, p. 243 apud SILVA; MORAIS, 2008, p. 4). Infere-se que conceder à literatura infantil uma aura educativa e formadora não é mecanismo recente. A transmissão de valores e de ideologias está vigente nos textos direcionados à criança por sua própria condição de produção, visto que há uma relação assimétrica entre o emissor (adulto) e o receptor (criança). Uma vez que existe tendência de a geração mais velha instruir a mais jovem, o escritor, muitas vezes, introduz um cunho didático nos livros para as crianças. Entretanto, essa assimetria decorrente da hegemonia da produção adulta sobre a recepção infantil precisa ser sobrepujada a fim de que se efetive plena realização literária. Para tanto, é crucial que o escritor compreenda as idiossincrasias da criança, engajando-se num exercício de adaptação. É importante que os autores literários se conscientizem de que as crianças são seres ativos na delimitação de um universo infantil e de que há uma peculiaridade pueril na busca da compreensão do mundo.

Conforme Silva e Morais (2008, p. 5), quando se alude à literatura infantil, é preciso refletir sobre seu processo de produção e sobre seu estatuto de arte literária, bem como sobre o processo de didatização e escolarização por que passam as obras quando chegam à escola.

Soares¹³⁶ (1999 apud op. cit., p. 5), ao discutir sobre a escolarização adequada da literatura, salienta o papel da escola em guiar o aluno em meio às práticas de leitura literária entranhadas no contexto social. Cumpre dizer que, nos dias de hoje, os debates sobre formação do leitor são permeados pelo conceito de letramento: o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever; o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da “tecnologia” do ler e escrever (SOARES¹³⁷, 2000, p. 18 apud SILVA; MORAIS, 2008, p. 5).

Existe, atualmente, nas escolas uma discussão sobre o lugar a ser ocupado pela literatura,

¹³⁵ AGUIAR, Vera Teixeira de. Leitura literária e Escola. In: COSSON, Rildo. **Letramento literário:** teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

¹³⁶ SOARES, Magda Becker. A escolarização da Literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (Org.). **A escolarização da leitura literária:** o jogo do livro infantil e juvenil. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

¹³⁷ SOARES, Magda Becker. **Letramento:** um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

tendo em vista que vivemos em uma sociedade onde há pluralidade de textos, presença marcante de imagens e diversidade cultural. O foco da discussão é que a formação do leitor deve ocorrer por meio do acesso aos múltiplos gêneros textuais.

Por certo, de acordo com Paiva e Maciel¹³⁸ (2005, p. 120 apud SILVA; MORAIS, 2008, p. 7), é necessário, por um lado, dar acesso e escolarizar o texto literário, democratizá-lo no âmbito escolar, às vezes único possível na vida de muitas crianças, e, por outro, é preciso preservar suas especificidades de linguagem artística. É necessário não ficar apenas na leitura e exercícios mecânicos relacionados aos textos literários; é fundamental que o educador elabore dinâmicas e atividades ligadas à prática que realmente façam sentido para o educando.

Percebe-se, portanto, que a escola - que tem como objetivo a formação do leitor literário - deve ter como princípio basilar o ensino da literatura “sem o abandono do prazer, mas com o compromisso de conhecimento que todo saber exige” (COSSON¹³⁹, 2007, p. 23 apud PAIVA; OLIVEIRA, 2010, p. 33). Para isso, torna-se imprescindível pensar a qualidade do material literário oferecido aos alunos e a ordenação dos profissionais mediadores da leitura literária. Neste ponto, irrompe como peça-chave a biblioteca que - enquanto espaço catalisador - contribui para a gênese e formação do leitor literário, à medida que - por meio da veiculação da Literatura (e dir-se-á aqui, da Literatura Infantil) nas diversas tipologias textuais - propõe indagações ao leitor, estimulando sua curiosidade e instigando assim a produção de novos conhecimentos, dando ensejo à estruturação da criticidade na criança. E a figura do bibliotecário emerge como prioritária nesse cenário riquíssimo onde, juntos, adultos e crianças podem trocar ideias e impressões sobre assuntos diante dos quais ninguém, seja qual for a faixa etária, pode “ensinar”, uma vez que neste cenário só é possível compartilhar experiências.

Dito isto, é por meio da biblioteca e de seus acervos que os sujeitos podem encontrar seus referenciais, confrontar consigo e com o outro, visto que esse local de encontro e espaço para os diversos debates propicia o arranjo de sujeitos autônomos que serão então capazes de intervir em seu destino e na comunidade. Daí a relevância da seleção e aquisição dos livros infantis nas

¹³⁸ PAIVA, Aparecida; MACIEL, Francisca. Discursos da paixão: a leitura literária no processo de formação do professor das séries iniciais. In: PAIVA, Aparecida et al. (Org.). **Leituras literárias:** discursos transitivos. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005.

¹³⁹ COSSON, Rildo. **Letramento literário:** teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2007.

bibliotecas públicas e escolares, livros estes que, nas palavras de Oliveira¹⁴⁰ (2005, p. 125 apud PAIVA; OLIVEIRA, 2010, p. 29), não se devem limitar, nem se determinar, mas sempre extrapolar e convidar à fruição.

Infelizmente, em nossa sociedade, porém, a Literatura Infantil não é aferida de maneira digna. Se os próprios cursos de Letras - sob as palavras de Faria (2007, p. 7) - denotam um injustificado preconceito em relação à pesquisa sobre literatura infantil e juvenil; se, em muitos casos, o próprio aspecto literário dos textos para crianças é contestado, sob o argumento enganoso de que literatura “não tem adjetivo” e, portanto, não existiria uma “literatura infantil”; se raramente há nos currículos de Letras uma disciplina voltada à literatura para crianças e jovens, já que esta acaba não sendo apreciada como Literatura com “L” maiúsculo, o que dizer acerca da simplificação e do tratamento pouco criativo e inteligente dado a esse tipo específico de literatura pelas instâncias de nossa sociedade?

Um fato recente, que remete a essa menos-valia associada à Literatura Infantil, foi divulgado por Marina Colasanti em uma crônica¹⁴¹ intitulada “Mais uma vez”. A escritora afirmou, na época, que o jornalão de que era assinante, ao noticiar a premiação do Jabuti do ano de 2019, omitira os vencedores em literatura Infantil e Juvenil. Não por falta de espaço, pois a matéria fora longa e citara até os nomes dos finalistas e os títulos que não haviam levado o prêmio. Segundo ela, essa omissão mais uma vez informava, de forma mais clara do que qualquer declaração, em que patamar o Brasil colocava a literatura de formação.

De fato, nossa literatura de formação está desvalorizada. Mas se os adultos não a tivessem recebido na infância, como saberiam navegar na linguagem simbólica? Como saberiam lidar com o imaginário, que não é o mesmo que sonho, nem é o mesmo que fantasia, mas constitui-se como a ligação possível, o possível colóquio com o núcleo profundo do ser? É urgente, pois, reavaliar pontos de vista ainda dissonantes.

No âmbito das bibliotecas, ressignificações de funções também precisam ser feitas. Conforme observa Sílvia Oberg¹⁴² (2020), nem sempre os responsáveis pelas mediações de leitura

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Ana Arlinda de. **Leitura, Literatura Infantil e Doutrinação da Criança**. Cuiabá, MT: Ed. da Universidade Federal de Mato Grosso; Entrelinhas, 2005.

¹⁴¹ Disponível em: <https://www.marinacolasanti.com/2019/12/mais-uma-vez.html>. Acesso em: 03 jul. 2020.

¹⁴² Doutora em Ciência da Informação. Trabalhou na seção de Bibliografia e Documentação da Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato e coordenava e fazia parte da equipe de especialistas que lia, discutia e resenhava a produção de literatura para a publicação da **Bibliografia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil** (distribuída gratuitamente na rede de bibliotecas municipais e na rede de bibliotecas escolares municipais). Essa publicação documentava - pelo ano de publicação - os livros de literatura infantil e juvenil e apresentava resenhas daqueles

nas bibliotecas conhecem o acervo de literatura infantil e juvenil – muitas vezes, nem mesmo são leitores. Assim, o modo como o livro é oferecido às crianças nem sempre é o mais adequado.

considerados de qualidade. Deste modo, a bibliografia documentava e também funcionava como um indicativo de leitura. Os livros selecionados pela equipe eram, também, comprados para fazerem parte dos acervos infantis e juvenis das bibliotecas municipais. A **Bibliografia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil** teve sua primeira publicação em 1953 e, com alguns períodos de interrupção, foi publicada ano a ano, chegando até a produção de 2007. Há alguns anos esse trabalho foi descontinuado e a equipe de especialistas foi infelizmente desfeita. Sílvia Oberg emitiu algumas opiniões e considerações acerca de questionamentos feitos em uma entrevista - realizada por e-mail - na época de elaboração deste TCC. Algumas dessas opiniões fazem parte deste estudo.

4. METODOLOGIA

Conforme já mencionado no início deste trabalho, trata-se de um estudo exploratório com base na construção de panorama teórico e estudo de caso.

O excerto seguinte apresenta algumas das características mais apropriadas para a compreensão da metodologia empregada neste TCC:

A pesquisa exploratória é aquela que busca por meio dos seus métodos e critérios, uma proximidade da realidade do objeto estudado.

Neste tipo de pesquisa, como anteriormente referido, não existem ainda muitas informações sobre o tema analisado. O pesquisador tem como objetivo realizar a construção do levantamento bibliográfico sobre o tema.

Esse levantamento bibliográfico pode ser feito através de entrevistas, por exemplo. A pesquisa exploratória é considerada uma metodologia aplicada inicialmente numa pesquisa científica, sendo que posteriormente poderá ser melhor desenvolvida com a pesquisa descritiva. [...]

Um bom exemplo de pesquisa exploratória são os estudos de caso, pois eles evidenciam a constatação de fenômenos ocorridos nos experimentos.

Por exemplo, o pesquisador que visa trabalhar em uma pesquisa exploratória deverá reunir um conjunto de hipóteses e especulações que servirão como ponto de partida para o seu estudo.

Após "explorar" as causas, consequências e demais envolvimentos que estão relacionados com a problemática, o investigador conseguirá encontrar a resposta para o seu estudo de caso. A partir de então, cabe a ele iniciar uma pesquisa descritiva ou explicativa para aprofundar o assunto¹⁴³.

A revisão de literatura iniciou-se em 2019, época em que as primeiras conjecturas se efetivaram, tendo em vista o delineamento do projeto do TCC. No desenvolvimento da pesquisa, foram empregadas algumas estratégias para levantar a bibliografia. Foram feitas consultas nas bases de dados: BRAPCI (Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação), LISA (*Library and Information Science Abstracts*), BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e DEDALUS (Banco de Dados Bibliográficos da USP). Depois a pesquisa adentrou o SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*) e o Google Acadêmico. Os termos utilizados para busca foram: Desenvolvimento de coleções; Gestão de coleções; Política de desenvolvimento de coleções; Formação de acervo; Biblioteca Pública; Público Infantil. Em uma etapa posterior, empregaram-se os termos: Biblioteca Escolar e Nativos Digitais (uma vez que o termo “usuário infantil” não foi recuperado nas buscas anteriores). O período compreendido nas buscas foi o de 1972 a 2019.

¹⁴³ Disponível em: <https://www.significados.com.br/pesquisa-exploratoria/>. Acesso em: 24 nov. 2019.

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, não se efetivou o elencamento de textos que abarcassem todos os conceitos postulados no problema de pesquisa. Talvez o que se tenha verificado foi uma falta de bibliografia no concernente ao enfoque da questão matriz de pesquisa: o usuário infantil não costuma ser abordado junto à temática do desenvolvimento de coleções nas bibliotecas públicas e escolares.

Observando as referências bibliográficas dos documentos mais relevantes para fundamentar a discussão da problemática, constatou-se - como melhor demonstrado na introdução - a pouca incidência de teses e dissertações e a maior preponderância de livros e artigos em revistas ou periódicos, bem como de outros Trabalhos de Conclusão de Curso.

Logo, a opção pelo estudo de caso veio atender à necessidade de complementar e aprofundar o levantamento bibliográfico. O intuito primacial era o de escolher uma biblioteca pública e outra escolar da rede municipal de ensino; uma biblioteca pública e outra escolar da rede estadual de ensino; uma biblioteca temática e uma biblioteca de Centro Educacional Unificado. Pretendia-se averiguar o que estava sendo feito efetivamente - quanto ao tema - nas diversas instâncias governamentais. No entanto, devido à limitação imposta pela pandemia do coronavírus, a pesquisa restringiu-se às instituições abaixo discriminadas:

- Biblioteca pública municipal¹⁴⁴ - Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato;
- Biblioteca escolar municipal - CEU Heliópolis;
- Biblioteca pública estadual - Biblioteca de São Paulo;
- Biblioteca escolar estadual - Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’.

O método de coleta de dados foi delineado pela entrevista. Duas delas puderam ser feitas presencialmente¹⁴⁵: uma com o bibliotecário da Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato e a outra com a professora readaptada, responsável pelo atendimento da Sala de Leitura da Escola Estadual ‘Visconde de Itaúna’. As demais entrevistas efetivaram-se por meio de correio eletrônico. Funcionários da CSMB e da BSP, bem como a bibliotecária do CEU Heliópolis, encaminharam

¹⁴⁴ No que tange a esta instância biblioteconômica, manifestou-se também a CSMB, cujas respostas deram indícios de como se estabelece a política de desenvolvimento de coleções implantada na Rede de Bibliotecas.

O funcionário responsável do Departamento de Letramento Digital da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia da Prefeitura da Cidade de São Paulo também encaminhou as respostas das questões referentes ao Digilab Monteiro Lobato.

¹⁴⁵ Estas entrevistas puderam ser realizadas presencialmente no início de março de 2020, uma vez que o isolamento social - como forma de prevenção à pandemia do coronavírus - ainda não havia sido instituído pelo governo do Estado.

suas respostas por e-mail. Cumpre salientar que tais entrevistas se consolidaram como estruturadas, nas quais um pequeno roteiro norteou a obtenção das respostas.

Destaca-se que um outro profissional foi entrevistado com o intuito de obter informações para o delineamento do cabedal teórico do TCC. Ele - um psicanalista e professor de formação, detentor de ampla experiência até mesmo com alunos com necessidades especiais - teve suas respostas gravadas no aplicativo WhatsApp e transcritas posteriormente.

Uma especialista de literatura infantil e juvenil também atendeu à nossa solicitação e emitiu opinião - por e-mail - acerca de determinadas questões.

É oportuno revelar que o questionário, que possibilitou a coleta dos dados para ulterior análise, foi elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa e conforme o seguinte roteiro:

1. Há na instituição um documento oficial de política de desenvolvimento de coleções? A instituição adota procedimentos específicos para a formação da coleção?
2. Há na instituição uma comissão constituída para apoiar as decisões na composição do acervo?
3. Realiza-se o estudo da comunidade atendida pela instituição? Qual a periodicidade e os procedimentos adotados?
4. Há critérios definidos de seleção para incorporar itens no acervo?
5. Quais os critérios para aquisição de obras? (Compra, doação, permuta)
6. Quais os critérios de desenvolvimento de acervo, em relação aos formatos de suportes informacionais?
7. Em relação ao público infantil que frequenta a instituição, há estudos recentes sobre as características deste público na atualidade? Sobre os formatos mais atraentes a ele? Há critérios específicos de desenvolvimento de acervo para o público infantil, considerando-se a questão temática e a questão dos novos formatos?
8. A instituição avalia suas coleções periodicamente?
9. Há estatísticas sobre consultas e empréstimos na instituição, agrupadas por características específicas de públicos (faixa etária, escolaridade?) Há estudos sobre a vinculação de consultas/pesquisas/empréstimos e demandas escolares?
10. Há estudos sobre o uso da coleção de acordo com gêneros textuais (obras de ficção, biografias, poemas, contos, obras folclóricas e culturais, documentários) vinculados à literatura infantil?

Outros roteiros de perguntas também foram usados neste trabalho.

Um deles foi direcionado ao Departamento de Letramento Digital/Coordenadoria de Inclusão Digital da Secretaria Municipal de Inclusão e Tecnologia:

- 1- Em que os Digilabs diferem dos Telecentros?
- 2- Quando e Por que o Digilab da Monteiro Lobato foi inaugurado? Quais são seus objetivos e atividades?
- 3- O Digilab da Monteiro Lobato realiza parcerias com a Biblioteca? São setores separados/independentes?
- 4- Qual é o perfil do público atendido pelo Digilab da Monteiro Lobato (faixa etária, escolaridade, etc.)?

Outro roteiro adicional (além das questões encaminhadas a todas as instituições) foi direcionado à bibliotecária do CEU Heliópolis:

- 1- Quando me referi aos novos formatos de suportes informacionais e aos formatos mais atraentes para o público infantil, quis evidenciar, por exemplo, os e-books e games interacionais, a participação do usuário infantil em blogs e mídias e redes sociais da biblioteca. Referi-me também a DVDs, a audiobooks, a materiais audiovisuais que sejam usados com a criançada, ou seja, a formatos de suportes que extrapolam o livro impresso e que capturem a atenção do usuário infantil. A par disso, esses novos suportes informacionais são levados em conta no momento da formação e desenvolvimento da coleção?
- 2- A biblioteca do CEU Heliópolis possui computadores, wi-fi?
- 3- O que a senhora tem a dizer sobre o usuário infantil que frequenta agora as bibliotecas e tem um novo perfil (o chamado nativo digital) e deveria ter contato nestas instituições com materiais condizentes com suas novas aptidões. De fato, levando-se em conta sua experiência com o público infantil da biblioteca do CEU Heliópolis, como a senhora enxerga a relação das crianças com as tecnologias (celulares, smartphones, computadores)?
- 4- As crianças fazem uso de celulares? As famílias têm condições de ter computador e internet em casa? Qual o perfil socioeconômico das crianças que adentram sua biblioteca, tendo em vista a proximidade da favela Heliópolis?

- 5- Gostaria de que a senhora também pudesse dizer se as consultas/pesquisas/empréstimos feitos pelas crianças são motivados pelo gosto pessoal dessas crianças ou ainda atendem apenas às exigências/demandas da escola (ou seja, indicações feitas pelos professores).
- 6- A par disso, a senhora teria uma lista com os livros mais solicitados pelas crianças em sua biblioteca?

Neste trabalho, buscou-se coletar informações que não tencionavam apenas medir um tema, mas descrevê-lo, usando impressões, opiniões e pontos de vista. Embora essa abordagem qualitativa proporcione uma compreensão mais detalhada das perguntas da pesquisa, ela dificulta a análise dos resultados. Tal dificuldade será melhor apresentada e descrita na etapa de discussão dos dados levantados.

4.1 ESTUDO DE CASO

4.1.1 Biblioteca Pública Municipal Infantojuvenil Monteiro Lobato

Figura 2 - Entrada do prédio



Fonte: Fotografia do autor

De acordo com o site da biblioteca,

A Biblioteca Infantil Municipal foi criada em 14 de abril de 1936 como parte de um amplo projeto de incentivo à cultura elaborado por um grupo de intelectuais liderado por Mário de Andrade, então diretor do Departamento Municipal de Cultura.

É a mais antiga biblioteca infantil em funcionamento no Brasil e precursora de outras similares, tanto no município como no interior do estado de São Paulo, graças à educadora Lenyra Camargo Fraccaroli, que, além de dirigir a biblioteca até 1960, também incentivou e supervisionou a construção de bibliotecas infantis em vários bairros da capital. [...] O prédio atual da biblioteca, na Rua General Jardim, 485, foi inaugurado em 24 de dezembro de 1950. [...] Em janeiro de 2008, pelo Decreto nº 49.172 passou a denominar-se Biblioteca Pública Infantojuvenil Monteiro Lobato e em dezembro de 2016, pelo Decreto nº 57.528, Biblioteca Pública Municipal Infantojuvenil Monteiro Lobato.¹⁴⁶

146

Disponível

em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/monteiro_lobato/index.php?p=3821. Acesso em: 03 jun. 2020.

Acervos Especiais da Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato

Além do acervo disponibilizado para consulta e empréstimo aos seus usuários, a biblioteca conta com quatro coleções especiais. O primeiro dos acervos singulares é aquele referente à vida e à obra de Monteiro Lobato: uma coleção de obras raras, com cerca de 4500 itens, constituída por doações da família do escritor, incluindo livros, fotografias, mobiliário, objetos pessoais e correspondências. É oportuno ressaltar que parte deste acervo está em exposição, desde julho de 2018 (quando se completaram os 70 anos da morte de Lobato) no piso térreo da biblioteca, no grande saguão central. A mostra faz parte da exposição conhecida como “O Mundo das Maravilhas de Monteiro Lobato”.

Figura 3 - Um dos cinco livros verticais da exposição



Fonte: Fotografia do autor

O segundo acervo especial é aquele que se refere ao arquivo histórico documental da biblioteca e que reúne a história do departamento das bibliotecas infantojuvenis com documentos e fotos do Timol, Tibim, Turistinhas Municipais, Academia Juvenil de Letras e do Jornal **A Voz da Infância**.

Figura 4 - Primeiro exemplar do jornal **A Voz da Infância**



Fonte: Fotografia do autor

O terceiro acervo reporta-se ao Acervo Histórico do Livro Escolar – AHLE e é formado pelo conjunto de livros de uso escolar resguardado pelas antigas Bibliotecas Infantis. Reúne diversas fases da história e da educação no Brasil, desde o final do século XIX até meados da década de 1970, e compõe-se de cartilhas, primeiras leituras, obras didáticas e manuais de ensino que contemplam todas as disciplinas escolares dos cursos primário e secundário. Cabe salientar que o AHLE se encontra em fase de catalogação na base de dados para consulta do Sistema Alexandria. A biblioteca mantinha um blog, desde janeiro de 2009, mas que teve suas atividades interrompidas em março de 2017.

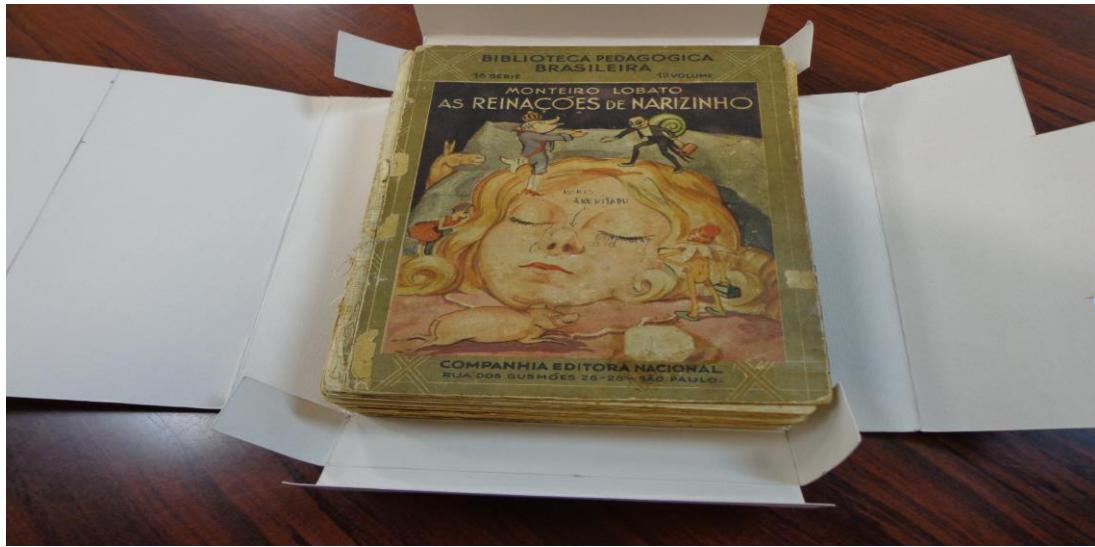
Figura 5 - Acervo Histórico do Livro Escolar



Fonte: Fotografia do autor

O quarto acervo especial abrange a Seção de Bibliografia e Documentação da Biblioteca Monteiro Lobato e conta com um dos mais importantes acervos do país em literatura infantil e juvenil. Esta Seção era responsável até 2006 (data da última edição) pela publicação da **Bibliografia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil**. Cumpre mencionar que este acervo, bem como os demais acervos especiais permanecem fechados ao público, sendo disponibilizados mediante agendamento prévio para pesquisadores, especialistas, estudantes de graduação e pós-graduação interessados em literatura infantil e juvenil.

Figura 6 - Uma das primeiras edições de **As Reinações de Narizinho**



Fonte: Fotografia do autor

Desenvolvimento de Coleções - Acervos Especiais

No que concerne ao gerenciamento de tais coleções, o acervo referente à vida e à obra de Monteiro Lobato recebe aquisições dos livros (mediante sugestão à Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas) que vão sendo editados e trazidos a público neste período que sucede os setenta anos de falecimento do escritor; o acervo referente ao arquivo histórico documental da Biblioteca é alimentado com os documentos gerados pela própria biblioteca; o Acervo Histórico do Livro Escolar (com obras recolhidas das bibliotecas que detinham esse assunto, desde os mais antigos até a década de 1970) não está tendo desenvolvimento, pois depende de doação específica da própria comunidade; o Acervo de Literatura Infantojuvenil funciona como espelho do Acervo para Circulação da Sala Infantil - são adquiridos, então, dois exemplares de cada obra (mediante sugestão à Coordenadoria do SMB), sendo que um fica para empréstimo e outro, para a memória.

4.1.2 Biblioteca do CEU Heliópolis

Figura 7 – Fachada do prédio



Fonte: <https://www.unas.org.br/single-post/2016/08/11/Inaugura%C3%A7%C3%A3o-do-CEU-Heli%C3%B3polis-Prof%C2%AA-Arlete-Persoli>. Acesso em: 02 jun. 2020.

O CEU Heliópolis foi inaugurado em 29 de abril de 2015. Seu nome é uma singela homenagem à Profª Arlete Persoli, que foi uma das grandes articuladoras da gestão democrática e participativa na comunidade de Heliópolis.

Durante o período de elaboração deste TCC, a prefeitura de São Paulo, em maio de 2020, exonerou sete funcionários responsáveis pela gestão do Centro Educacional Unificado Heliópolis. Segundo reportagem do **GI**¹⁴⁷ (2020), uma das funcionárias exoneradas mencionou que a equipe fora o único grupo eleito democraticamente pela comunidade e estava desenvolvendo projetos para garantir a proteção de vidas na coletividade em meio à séria crise de saúde pública na cidade. Ademais, com a nova gestão, o modelo educacional projetado no CEU, em conjunto com os moradores, pode também deixar de existir. Nesse modelo, o diálogo com os alunos era o disparador para a construção do conhecimento. Dessa forma, evitava-se a violência dentro do ambiente escolar, disseminando o conceito amplamente defendido em Heliópolis da educação para a paz.

¹⁴⁷ Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/15/prefeitura-de-sp-exonera-gestao-do-ceu-heliopolis-e-comunidade-teve-perder-espaco-destinado-a-producao-de-mascaras.ghtml>. Acesso em: 08 jul. 2020.

Contexto histórico que norteou a implantação das Bibliotecas dos CEUs

De acordo com Perez (2018), inspirado na escola Parque¹⁴⁸ de Anísio Teixeira, nos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps)¹⁴⁹ de Darcy Ribeiro e nas ideias de Paulo Freire¹⁵⁰, o Centro de Educação Unificado (CEU) constitui espaço que se modifica, um espaço social que, ao ser ocupado, transforma-se e assume diversos significados para seus usuários: espaço escolar, centro cultural, uma praça, um local de encontro, práticas esportivas, centro comunitário.

Criado pela prefeita Marta Suplicy em 2003, o CEU Jambeiro - localizado em Guaianazes na zona leste do município - foi o primeiro a ser concebido com o intuito de reduzir as desigualdades na disponibilização de equipamentos públicos nas zonas periféricas da cidade e responder às demandas apresentadas. O programa alcança hoje, ao todo, 49 unidades, sendo três indígenas.

Cada CEU conta com três espaços: pedagógico, cultural e esportivo. O pedagógico possui três unidades educacionais: um Centro de Educação Infantil (CEI/creche), uma de educação infantil (EMEI) e uma de ensino fundamental (EMEF). Recentemente, foram criadas as Universidades Abertas (Uniceus) em conjunto com o Ministério da Educação (MEC). O cultural abarca, entre tantas coisas, a biblioteca e o Telecentro.

Os CEUs representaram a materialização de uma política pública municipal integrada que visava promover, entre outros objetivos, a garantia dos direitos constitucionais de acesso aos bens e serviços socialmente produzidos como educação, lazer, esporte e cultura (SÃO PAULO¹⁵¹, 2004b), sendo concebidos como espaço de reflexão, estudos e construção conjunta de conhecimento, incluindo condições físicas e políticas para receber e considerar a cultura da comunidade e irradiar outras formas de manifestações culturais. Foram pensados também como um espaço que permitisse a construção individual e coletiva da ação pedagógica, proporcionando, ao mesmo tempo, um espaço de participação e organização dos diferentes segmentos e movimentos sociais, e, nesse sentido, envolver a comunidade foi uma característica importante para esse equipamento. Não apenas a comunidade escolar foi envolvida, considerando os usuários dos

¹⁴⁸ Escola parque: primeira experiência brasileira que agrega ao prédio da escola uma praça de equipamentos que oferecia outras atividades para a formação das crianças e dos jovens.

¹⁴⁹ Cieps: criados por Darcy Ribeiro no Rio de Janeiro, retomaram a proposta de Anísio Teixeira, acrescentando abrigo para crianças em situação de vulnerabilidade.

¹⁵⁰ O CEU foi gestado quando o secretário de educação de São Paulo era Paulo Freire, e floresciam discussões sobre o papel da arquitetura no processo de aprendizagem. Apenas dez anos mais tarde, a partir das contribuições do arquiteto e professor da FAU-USP, Alexandre Delijaicov, sob a coordenação de Maria Aparecida Perez, que os CEUs passaram a convergir para a ideia de Cidade Educadora e foram reconhecidos como centros de estruturação urbana, capazes de induzir políticas de transformação nos territórios.

¹⁵¹ SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Meu bairro, minha cidade. Você também faz parte desta história. Análise do primeiro contato do público com a exposição. Indicativos para futuras ações. CEU Jambeiro, Bairro de Guaianases.** São Paulo: Expomus, 2004b.

CEUs. Antes da construção a população, via a participação no Orçamento Participativo, foi envolvida na escolha dos terrenos, na elaboração do projeto arquitetônico, no acompanhamento das obras, na organização das inaugurações, no planejamento das atividades, no debate do regimento e na forma de estruturação organizativa dos CEUs. (PEREZ, 2018, p. 52)

Segundo dados¹⁵² do portal da SME (2016), a gestão compartilhada dos Centros Educacionais Unificados – CEUs entre as Secretarias Municipais de Cultura e Educação através do Decreto nº 54.823, de 7 de fevereiro de 2014, é fundamental para a manutenção do Sistema.

Em 2004, com a criação das Bibliotecas dos CEUs, houve uma primeira tentativa de unificação do processamento técnico dos Departamentos de Bibliotecas Públicas (BP) e de Bibliotecas Infantojuvenis (BIJ).

Em outubro de 2005, instaurou-se a unificação dos dois Departamentos (BP e BIJ) através do decreto nº 46.434 de 06/10/2005, transformando-os no Sistema Municipal de Bibliotecas, que prevê uma descentralização de processamento técnico, com a gênese de vários núcleos de processamento independentes, sendo eles: Biblioteca Mário de Andrade, Biblioteca Monteiro Lobato, Centro Cultural São Paulo, Divisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação, e as Bibliotecas dos CEUs que são representadas pelo Grupo de Organização Documentária (GOD).

Em março de 2016, foi constituído o Grupo de Trabalho (GT) para elaboração da Política de desenvolvimento de coleções no âmbito do Sistema Municipal de Bibliotecas, Portaria nº 012/2016/SMC.G, visando contemplar as necessidades informacionais e de leitura da cidade de São Paulo, tendo como perspectiva o fomento à leitura, promovendo o atendimento às demandas locais, estimulando o conhecimento do universo literário, identificando as “demandas ocultas” e tendo como princípio norteador a bibliodiversidade e o pluralismo cultural, propiciando, também, a racionalização e o aprimoramento dos recursos disponíveis. (SÃO PAULO, 2016 - grifo nosso)

Em junho de 2016, todas as Bibliotecas dos CEUs receberam aquisição de 131 títulos, correspondendo ao total geral de 391 exemplares. Os livros foram disponibilizados pela SME para atualização dos acervos, em consonância às prescrições do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLB), (Lei nº 16.333, de 18 de dezembro de 2015). As aquisições foram feitas a partir de sugestões encaminhadas pelas Equipes de Bibliotecas dos CEUs.

¹⁵² Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/conheca-o-trabalho-feito-para-disponibilizar-os-livros-aos-leitores-nas-bibliotecas-dos-ceus/>. Acesso em: 12 maio 2020.

4.1.3 Biblioteca de São Paulo

Figura 8 – Fachada do prédio



Fonte: <https://www.educacao.sp.gov.br/noticia/programacao-de-fevereiro-na-biblioteca-de-sao-paulo/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

De acordo com o site da biblioteca,

A Biblioteca de São Paulo (BSP), inaugurada em 8 de fevereiro de 2010, tem por objetivo incentivar e promover o gosto pela leitura. Situada na Zona Norte da capital, foi concebida para ser um espaço arrojado, com projeto inovador de inclusão social por meio da leitura. [...] A BSP oferece conteúdo em formatos variados, como livros tradicionais ou em formatos acessíveis (braille, audiolivro), DVDs, CDs, além de jogos. [...] A biblioteca, conta com recursos tecnológicos e oferece aos seus usuários microcomputadores, rede wireless e terminal de autoatendimento.

Inspirada na Biblioteca de Santiago, no Chile, e nas melhores práticas adotadas pelas bibliotecas públicas do país, a BSP foi uma das finalistas do *International Excellence Awards* 2018, na nova categoria Biblioteca do Ano, embora não tenha sido a vencedora. A BSP já recebeu outras premiações como o Prêmio IPL 2016, como Melhor Biblioteca do Ano, e o Prêmio Ações Inclusivas 2013 da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência.¹⁵³

¹⁵³ Disponível em: <https://bsp.org.br/a-bsp/#prettyPhoto>. Acesso em: 08 jul. 2020.

Criada em junho de 2010, a SP Leituras – Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura – é uma Organização Social sem fins lucrativos que tem por missão idealizar e desenvolver projetos que contribuam para o incentivo à cultura, à leitura e à literatura. Gere a Biblioteca de São Paulo (BSP), a Biblioteca Parque Villa-Lobos (BVL), o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo (SisEB) e o Centro Cultural e de Estudos Superiores Aúthos Pagano para a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

Logo, a Biblioteca de São Paulo - no seu extenso catálogo com mais de 39 mil itens - faz parte do conjunto de iniciativas da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa para incentivar e promover o gosto pela leitura, que se dá tanto pelo livro tradicional como pelo digital. É por isso que na BSP os livros de papel conviviam até há algum tempo com outros suportes – como aparelhos que possibilitavam a leitura de livros eletrônicos e mídias digitais. Estes tablets - que eram oferecidos ao público para a visualização de algumas revistas e jornais - já não mais são disponibilizados no cotidiano da biblioteca. Alguns relatos em obras técnicas da área ainda fazem referência a essa importante iniciativa da BSP - própria das bibliotecas do século XXI - mas que infelizmente não perdurou:

Além disso, para usuários que não possuem recursos, algumas bibliotecas já estão realizando o empréstimo desses dispositivos [leitores de livros digitais] em seu próprio espaço, permitindo com isso desenvolver projetos de letramento digital. No Brasil, a biblioteca de São Paulo, no Carandiru, possui este equipamento, de modo a permitir que os usuários leiam conteúdo previamente carregado em sua memória. (VIEIRA, 2016, p. 282)

Tendo em vista que o encantamento de adultos, jovens e crianças pelo mundo digital é uma das alternativas de aproximação com a leitura, contar com acesso eletrônico é uma ótima oportunidade de inclusão cultural, social e entretenimento. E tal acesso prossegue no âmbito desta biblioteca. Neste espaço são viabilizados links para bibliotecas virtuais, além de listas de livros para baixar gratuitamente.

No que tange especificamente à cosmogonia infantil, é oportuno salientar que no espaço para as crianças, a organização se dá por faixas etárias representadas por cores. Na cor laranja estão agrupadas as faixas etárias de 0 a 3 e de 4 a 6 anos. A cor lilás destina-se à faixa etária de 7 a 11 anos, e a verde tende para a faixa de 12 a 17 anos, mais direcionada ao público adolescente.

4.1.4 Sala de Leitura da Escola Estadual “Visconde de Itaúna”

Figura 9 – Entrada principal do prédio da escola



Fonte: Fotografia do autor

De acordo com o site **Utilidade Pública do Ipiranga e do Jardim da Saúde**,

A Escola começou a funcionar em 28 de março de 1.930 com a denominação de “Primeiro Grupo Escolar do Sacoman”.

Em 27 de outubro de 1.942, por decreto nº 13.027, do Dr. Fernando Costa, então interventor de São Paulo, a escola recebeu como patrono o “Visconde de Itaúna”. O prédio atual foi inaugurado em 07 de setembro de 1.949.

A partir de 1.999, pós-Resolução da Secretaria Estadual da Educação, a escola passou a chamar-se “Escola Estadual Visconde de Itaúna”.

O Brasão da escola foi inspirado na bandeira do império, época em que viveu o Visconde de Itaúna. Os significados do brasão são os mesmos da bandeira do império, isto é: os ramos de fumo e de café mostram duas principais riquezas do Brasil Imperial. Já as estrelas representam as províncias. Ainda estão representadas a cruz de cristo e a esfera armilar – heranças lusitanas. [...]

A Escola recebeu o “Prêmio Nacional de Gestão Escolar”, outorgado pelo MEC/UNESCO (Ministério da Educação em cooperação com órgão das Nações Unidas para a Educação), em 1.998.¹⁵⁴

¹⁵⁴ Disponível em: http://www.upiranga.com/informacoes_importantes/visconde_de_itauna.html. Acesso em: 12 jul. 2020.

Pequena contextualização sobre o Programa Sala de Leitura

O Programa Sala de Leitura foi instituído na Rede Pública Estadual por meio da Resolução SE 15, de 18 de fevereiro de 2009, com o intuito de oferecer aos alunos:

- I - oportunidade de acesso a livros, revistas, jornais, folhetos, catálogos, vídeos, DVDs, CDs e outros recursos complementares, quando houver;
- II - espaço privilegiado de incentivo à leitura como fonte de informação, prazer, entretenimento e formação de leitor crítico, criativo e autônomo. (SÃO PAULO¹⁵⁵, 2009 apud SANTOS, 2018, p. 37)

O diretor da escola é o responsável pela indicação do docente para sala de leitura em conformidade com os seguintes requisitos estabelecidos na Resolução:

- I - possuir vínculo docente junto à Secretaria de Estado da Educação, no campo de atuação referente a aulas dos ensinos fundamental e médio, devendo encontrarse na condição de *readaptado*, com rol de atividades compatível com as atribuições a serem desenvolvidas.
- II - ser portador de diploma de licenciatura plena, preferencialmente em Letras;
- III - possuir, no mínimo, 3 (três) anos de experiência docente no Quadro do Magistério da Secretaria de Estado da Educação. (SÃO PAULO, 2009, apud op. cit., p. 37 - grifo do autor)

De acordo com os requisitos, a prioridade na escolha do docente para as salas de leitura é para servidor readaptado.¹⁵⁶ Desta maneira, tem-se que os professores responsáveis pelas salas de leitura na Rede Pública Estadual de São Paulo são licenciados em diversas disciplinas, configuração característica de grande parte das bibliotecas escolares espalhadas pelo Brasil, conforme foi constatado na avaliação diagnóstica do PNBE, que identificou que os responsáveis pelas bibliotecas escolares possuíam “diferentes formações, abarcando um amplo espectro do conhecimento, assim como profissionais, em muitos casos, sem perfil ou formação adequada. Todos têm exercido atividades pedagógicas no espaço da biblioteca” (BRASIL¹⁵⁷, 2008, p. 103 apud op. cit., p. 37).

¹⁵⁵ SÃO PAULO. **Resolução SE 15/2009**. Dispõe sobre a criação e organização de salas de leitura nas escolas da rede estadual de ensino. Disponível em:

http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/15_09.HTM?Time=24/08/2018%2015:24:11.

Acesso em: 23 jul. 2020.

¹⁵⁶ A resolução SE 18/2017 institui que o servidor integrante do Quadro do Magistério poderá ser readaptado em outra função, mediante verificação de desarmonia em sua capacidade de trabalho, por modificação de seu estado de saúde física e/ou mental comprovada por meio de inspeção médica. As novas atribuições desempenhadas pelo servidor deverão ser “compatíveis como o Rol de Atividades do readaptado”. (SÃO PAULO, 2017)

¹⁵⁷ BRASIL. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**: leitura e bibliotecas nas escolas públicas Brasileiras. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/livro_mec_final_baixa.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

Cumpre salientar que os critérios para a inclusão das escolas no Programa Sala de Leitura são:

- a) Possuir um ambiente de pelo menos 25m²;
- b) Dispor de mobiliário mínimo para atendimento;
- c) Não necessitar de reforma física, ou seja, que apresente condições de atendimento imediato.

Segundo Santos (2018, p. 38), a esse respeito, a pesquisa realizada pelo MEC em 2011 verificou que com poucas exceções, “as salas de leitura são espaços pequenos nas escolas, e em muitas, os menores espaços, o que parece demonstrar a visão do que representa a biblioteca escolar na formação de professores e de alunos leitores e para a formação, estudo e pesquisa permanente de professores” (BRASIL¹⁵⁸, 2011a, p. 87 apud op. cit., p. 38).

A forma de organização do acervo nas salas de leitura segue um padrão distinto de uma biblioteca. “Não há numeração nas prateleiras, nem uma ordem precisa para os livros” (GIMENEZ¹⁵⁹, 2015, p. 83 apud op. cit. p. 38).

De acordo com Santos (2018, p. 35),

Para o período de 2010 a 2017, houve um tímido aumento de 2.074 escolas públicas com biblioteca escolar, que corresponde a um crescimento de 5%. No mesmo período, o número de escolas com sala de leitura teve um aumento substancial de 49%. Vale ressaltar que nessa série histórica ocorreu a redução de 13.984 escolas no total geral.

Ainda segundo o mesmo autor, no que tange às salas de leitura, o seu crescimento nas escolas públicas, por um lado, pode indicar uma alternativa demandada pelas redes de ensino em substituição ao estabelecimento de bibliotecas e, por outro lado, denota a opção de estados e municípios por um caminho menos oneroso, inclusive, porque nesse modelo a construção de novos espaços e a contratação do profissional bibliotecário não se fazem necessárias. Isso revela descompasso entre a norma legal e as ações efetivas e comprometidas com a implementação das bibliotecas escolares e descarta as incoerências dos discursos em favor da melhoria do ensino no país.

¹⁵⁸ BRASIL. **Avaliação de Bibliotecas Escolares no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011a. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12794-bibliotecas-escolares-no-brasil-web-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192.

Acesso em: 23 jul. 2020.

¹⁵⁹ GIMENEZ, Queila da Silva. **O programa sala de leitura e seus reflexos nas histórias de leitura de alunos e professores de uma escola estadual paulista**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2015.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Levando-se em conta as respostas de cada instituição, as mesmas são elencadas, obedecendo à ordem estabelecida no roteiro utilizado.

- Em relação à existência de um documento oficial de política de desenvolvimento de coleções e/ou procedimentos específicos para a formação da coleção

Entre as bibliotecas pesquisadas, três (Biblioteca Monteiro Lobato, Biblioteca do CEU Heliópolis e Biblioteca de São Paulo) declararam possuí-lo e uma (Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’) não o possui. O documento melhor formalizado (e disponibilizado no site da instituição), abarcando todas as etapas do processo de desenvolvimento de coleções, foi o da Biblioteca de São Paulo¹⁶⁰. A Biblioteca Monteiro Lobato, por meio da Coordenadoria do SMB, disponibilizou um documento não tão amplo, que corresponde mais às diretrizes para seleção de materiais bibliográficos e similares¹⁶¹. No que diz respeito à biblioteca do CEU Heliópolis, não foi possível acesso ao documento oficial com a política de desenvolvimento de coleções empregada pelas bibliotecas dos Centros Educacionais Unificados. A Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’, por tratar-se de uma sala de leitura informal sem chancela oficial do Estado, trabalha sem protocolos e não propaga quaisquer regras pertinentes à formação e ao desenvolvimento de coleção, nem à catalogação e à classificação de acervo.

- Em relação à comissão constituída para apoiar as decisões na composição do acervo

Observou-se que três bibliotecas (a Monteiro Lobato, a do CEU Heliópolis e a Biblioteca de São Paulo) possuem comissões oficiais para apoiar a composição de acervo. A Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’ faz uso de conversas informais entre a direção, os professores readaptados e a equipe docente para mobilizar esforços para adequação do acervo, tendo em vista a constante falta de verbas. Cumpre mencionar que, tanto a Biblioteca Monteiro Lobato quanto a Biblioteca do CEU Heliópolis - por fazerem parte de uma rede de bibliotecas - obtêm padronização

¹⁶⁰ Disponível em:

https://bsp.org.br/wp-content/uploads/2018/11/politica_de_desenvolvimento_de_colecoes_BSP_nov_2018.pdf.

Acesso em: 10 jul. 2020.

¹⁶¹ Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/diretrizes_2017_aquisicao_de_livros_1511909702.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

para integridade e consistência de dados, a partir do contato entre os diversos representantes dos bibliotecários.

- Em relação a desenvolvimento de estudo da comunidade atendida pela instituição, à periodicidade e aos procedimentos adotados em tais estudos

Entre as bibliotecas estudadas, três (Biblioteca Monteiro Lobato, a Biblioteca do CEU Heliópolis e a Biblioteca de São Paulo) revelaram que realizam estudos da comunidade atendida pela instituição. A Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’ não realiza procedimentos para estudo da comunidade. No caso da Monteiro Lobato, há documentos para encaminhamento de sugestões de leitores, além da dinâmica estabelecida no contato dos funcionários com os usuários. Nenhum desses documentos nos foi disponibilizado, uma vez que todos os dados são direcionados para o SMB que realiza, então, a tabulação dos mesmos, dando ensejo à formação de Boletins Estatísticos. No segundo semestre de 2019, foi lançado o **Boletim Estatístico das Bibliotecas Públicas de São Paulo¹⁶²**, que apresentou dados do movimento geral de leitura (frequência, consultas, matrículas e empréstimos) e acervos para toda a rede de serviços municipais de leitura (incluindo-se os CEUs), referentes aos anos de **2016, 2017 e 2018**. Tais dados atêm-se mais a critério quantitativo e não levam em conta faixa etária, escolaridade ou tipo de evento realizado na biblioteca, fato este que inibiu sua consideração/utilização para análise deste TCC. Outras planilhas, também à disposição em página do SMB¹⁶³, trouxeram mais dados para esta pesquisa, à medida que disponibilizavam informações referentes às variáveis não discriminadas no boletim supracitado.

No que tange à Biblioteca do CEU Heliópolis, além dos relatórios e das avaliações das atividades culturais que os responsáveis executam na biblioteca, há também ações externas à biblioteca - como participações em movimentos sociais da comunidade, presenças periódicas na rádio comunitária, desenvolvimento de projetos culturais para a comunidade em geral (slans, saraus, eventos populares, contação itinerante de histórias) - tudo isso visando a entender e a

¹⁶² Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/b_estat_bibl_publ_s_paulo_v1_n1_jul_dez_2019_1579622377.pdf.
Acesso em: 10 jul. 2020.

¹⁶³ Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/informacao_publica/index.php?p=13740.
Acesso em: 10 jul. 2020.

identificar as demandas e necessidades sociais, culturais e informacionais dos usuários e da comunidade do entorno.

No caso da Biblioteca de São Paulo, a **Avaliação de Qualidade** (relatório da SP Leituras do ano de 2018) apresentou dados que caracterizavam melhor a comunidade atendida pela instituição, adequando informações de caráter quantitativo às de caráter qualitativo. O relatório é bem elucidativo e possibilitou a averiguação de alguns dados para posterior análise deste TCC, que não foram possíveis de serem identificados nos casos das outras bibliotecas envolvidas no estudo. Pôde-se vislumbrar, até mesmo, que o maior número de sócios da BSP é da comunidade Zaki Narchi, abrangendo pessoas em situação de rua e em acolhimento institucional, além de estudantes da ETEC do Parque da Juventude e do entorno. Cerca de 3% e 4% de estrangeiros¹⁶⁴, especialmente de indivíduos nascidos em Portugal, Angola e Venezuela, também são atendidos pela biblioteca.

- Em relação a critérios definidos de seleção para incorporar itens no acervo

A Biblioteca do CEU Heliópolis foi a instituição que apresentou resposta com critérios mais generalizados, não muito precisos, mencionando faixa etária, inexistência de barreira de língua e de outros tipos de inacessibilidade.

As outras três instituições (Biblioteca Monteiro Lobato, Biblioteca de São Paulo e Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’) afirmaram que a seleção de obras é motivada pelo gosto do público. Faixa etária, qualidade do texto e adequação a temas atuais foram também referenciados pela Biblioteca Monteiro Lobato e Biblioteca de São Paulo. Os dois equipamentos também citaram os instrumentos auxiliares à seleção, como catálogos de publicação das editoras, sites especializados na cadeia editorial, listas de obras para o ENEM e vestibulares do país, jornais e sugestões de sócios e finalistas de prêmios literários. A professora readaptada, uma das responsáveis pelo atendimento na Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’ revelou - como já dito - que os critérios se adequam aos interesses dos alunos: enquanto as crianças do Ensino Fundamental I solicitam livros, baseando-se em temas (fantasmas, princesas, etc.), os alunos do Ensino Fundamental II querem ler livros mais recentes, veiculados pela mídia e menosprezam os livros clássicos que ficam empoeirados nas estantes, destinados ao Ensino Médio.

- Em relação a critérios para aquisição de obras: compra, doação, permuta

¹⁶⁴ Não foi possível distinguir o número de crianças em tais índices.

A Biblioteca do CEU Heliópolis novamente ofereceu informações pouco precisas, afirmando apenas que compra, doação e permuta seguem os trâmites da Secretaria Municipal de Educação/COCEU, trâmites que permaneceram desconhecidos nesta pesquisa.

Compras e doações são admitidas na Biblioteca Monteiro Lobato e na Biblioteca de São Paulo. No caso da Biblioteca Monteiro Lobato, as compras são sugeridas à Coordenadoria do SMB e, no caso da Biblioteca de São Paulo, a obtenção é realizada de acordo com o fluxo de compras estabelecido em conjunto pela Gerência de Acervo e o Departamento de Compras da SP Leituras.

No que diz respeito às doações, na Biblioteca Monteiro Lobato há uma seleção do material doado, sendo que livros didáticos não são aceitos. A BSP aceita doações de livros mediante o envio prévio de lista com os títulos, autores e data de publicação. As doações de materiais bibliográficos são aceitas pela biblioteca, desde que a equipe técnica as considere pertinentes ao acervo e estejam dentro dos critérios estabelecidos pela biblioteca (divulgados em seu site). Tanto na Biblioteca Monteiro Lobato quanto na BSP, há termo de doação que deve ser assinado, onde fica explícito que as obras poderão ser incorporadas ao acervo, doadas ou descartadas. No seu documento oficial de política de desenvolvimento de coleções, a BSP revela, inclusive, os critérios para o não recebimento de doações. No tocante às permutas, a Biblioteca Monteiro Lobato não realiza esse procedimento, pois não há o que permitar, posto que eles não têm produção editorial desde 2006, quando se findou a publicação da **Bibliografia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil**.

Na Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’, não há verbas oficiais para compras. A própria professora readaptada mencionou que, às vezes, realiza compras com o próprio dinheiro a fim de garantir os títulos mais desejados pela garotada. Doações e permutas são admitidas. As doações podem ser feitas pelos alunos (livros por eles comprados para as “provas” e que eles não querem mais) e pela própria comunidade, desde que atendam neste caso a certos critérios: livros em bom estado; livros de literatura infantil e juvenil que se coadunem aos interesses das crianças e que pertençam à faixa etária atendida pela escola; obras didáticas e religiosas não são aceitas.

- Em relação a critérios para aquisição de material em outros formatos de suporte que não o impresso

A oferta de e-books não se efetiva na Biblioteca Monteiro Lobato. No entanto, durante o período da epidemia do coronavírus, verificou-se a disponibilidade de e-books gratuitos no site do SMB. De acordo com a bibliotecária do CEU Heliópolis, alguns e-books são oferecidos na

instituição, embora as crianças não tenham o hábito de acessá-los. A par disso, os games interacionais (jogos on-line pelo computador) promovem grande sociabilidade entre os usuários nos dias de competição. Na Biblioteca de São Paulo, promove-se o acesso eletrônico que viabiliza links para bibliotecas virtuais, além de listas de livros para baixar gratuitamente.

Na Biblioteca Monteiro Lobato, não há audiobooks. Há oferta de DVDs, que podem ser vistos na própria instituição por meio de aparelhos disponíveis na área da Gibiteca. Os materiais audiovisuais e, notadamente, os DVDs ganham a preferência do público infantil na biblioteca do CEU Heliópolis. Há também ali o oferecimento de livros com CDs, livros em braille, livros falados, livros-brinquedos. Na Biblioteca de São Paulo, há livros em diversos formatos (em braille, audiobooks, livros falados), além de DVDs, CDs com músicas, jogos de tabuleiro, jogos eletrônicos e brinquedos. Na Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’, há alguns DVDs provenientes do antigo projeto “Escola vai ao cinema”. Alguns ainda são vistos pelos alunos, embora o acervo não chame mais a atenção dos estudantes. Houve também a disponibilização de alguns audiobooks, embora eles quase não tenham sido ouvidos, pois era necessário um programa específico para decodificação que não rodava em qualquer computador. Alguns livros em braille - voltados aos deficientes visuais atendidos na escola - ainda são conservados no acervo.

Especificamente, no tocante aos critérios para aquisição desses materiais em outros formatos de suporte que não seja o impresso, a Biblioteca Monteiro Lobato é favorável ao empréstimo de e-books, desde que haja também disponibilização do equipamento para leitura do mesmo, visto que muitas crianças, que frequentam a biblioteca, não têm condições de possuir um aparelho. Espera-se uma confluência/junção das ofertas (e-book + equipamento) que possa garantir o acesso do usuário. Já a bibliotecária do CEU Heliópolis revelou que a aquisição de materiais atende à questão do perfil dos usuários e às políticas de inclusão e acessibilidade que também são levadas em conta no processo. A Biblioteca de São Paulo não disponibilizou critérios peculiares para gerenciamento desses materiais diferentes do impresso. Tampouco a Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’.

- Em relação a aspectos que envolvem atenção específica ao público infantil:
 - Existência de estudos recentes sobre as características deste público na atualidade;
 - Preocupação com formatos de suportes mais atraentes a este público;
 - Existência de critérios específicos de desenvolvimento de acervo para o público infantil, considerando-se a questão temática e a questão dos novos formatos.

Na Biblioteca Monteiro Lobato, as pesquisas são disponibilizadas pela Coordenadoria do SMB. No caso, atualmente, os únicos estudos sobre as características do público infantil frequentador da biblioteca atêm-se a algumas poucas estatísticas condizentes com faixa etária e escolaridade de tais usuários. A Biblioteca do CEU Heliópolis não foi clara quanto às normas de investigação e análise desses usuários. Por sua vez, a Biblioteca de São Paulo afirmou não existir um critério específico de desenvolvimento de acervo para o público infantil, visto que o gerenciamento do acervo para crianças atende à política genérica de desenvolvimento de coleções (disponibilizada no site da instituição). Apesar disso, há uma dinâmica criteriosa no que tange à formação de acervo para os infantes, explicitando-se seleção com qualidade estética e conteúdo literário pertinente às faixas etárias. Ademais, há programas de mediação de leitura realizados por profissionais altamente qualificados. Na Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’, não foi possível obter informações suficientes para este tópico.

- Em relação à avaliação periódica das coleções

Todas as instituições alegaram realizar avaliação de suas coleções. A Biblioteca do CEU Heliópolis referiu-se apenas ao termo “inventário”. Contudo, não foi mencionado - na entrevista por e-mail - se, nesses inventários feitos na instituição, levam-se em conta todos os processos afeitos à avaliação de uma coleção. Na Biblioteca de São Paulo, é feita uma avaliação do acervo de forma sistemática para se determinar o valor e adequação da coleção em função dos objetivos da instituição, possibilitando estabelecer diretrizes para aquisição, desbaste e descarte. Livros do acervo que, porventura, estejam amassados, danificados por umidade, rasgados, sujos, deteriorados nas capas, são retirados de circulação e destinados ao SisEB, que os direciona para bibliotecas mais carentes. A BSP possui uma verba destinada para a compra de novos itens, garantindo a qualidade acurada de seu acervo. Em sua política de desenvolvimento de coleções, estão estabelecidos critérios para descarte, desbastamento e reparo/conservação de itens do acervo.

Na Biblioteca Monteiro Lobato e na Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’, o descarte de livros se dá em decorrência do uso excessivo dos mesmos. Todavia, a Sala de Leitura geralmente não faz descarte, pois o acervo não é muito grande e eles procuram conservá-lo com material que lhes é acessível.

- Em relação a estatísticas sobre consultas e empréstimos na instituição, agrupadas por características específicas de públicos (faixa etária, escolaridade)

- Em relação à existência de estudos sobre a vinculação de consultas/pesquisas/empréstimos e demandas escolares

No caso da Biblioteca Monteiro Lobato, a Coordenadoria do SMB publicou estatísticas relativas à frequência dos usuários, relacionando-as, em alguns anos, com critérios intermitentes de faixa etária, escolaridade e tipo de evento prestigiado na biblioteca. Em 2019, a biblioteca apresentou a maior frequência de público na rede da CSMB. Em relação ao acervo, a biblioteca deteve o segundo lugar da rede (comparada às bibliotecas de bairro) e o primeiro lugar, quando considerados apenas os livros. Em 2018, foram disponibilizados os números da frequência, articulando-os com a faixa etária do público. A biblioteca registrou os maiores índices da rede para público até 6 anos e para usuários na faixa de 7 a 14 anos. É oportuno registrar o número de “baixas” realizado na Monteiro Lobato, que resultou em redução de 37,2% (aproximadamente 40 mil itens) no acervo contabilizado para esta biblioteca entre 2016 e 2018 (SÃO PAULO, 2019, p. 48). Neste mesmo período, a Monteiro Lobato revelou simultaneamente um grande número de consultas (entre o segundo e terceiro lugar da rede) e um alto índice de frequência.

De acordo com a instituição, os usuários geralmente não vão à biblioteca para tomar de empréstimo livro já indicado pela escola; usualmente eles escolhem o livro na biblioteca, tendo a ajuda das mães e monitoras. Às vezes, a criança pega o livro específico (indicado pela escola) e acaba levando outros. Segundo o bibliotecário, a Monteiro Lobato não apresenta perfil de biblioteca escolar.

O Boletim Estatístico das Bibliotecas Públicas de São Paulo (2019) - que analisa dados relativos ao movimento geral de leitura (frequência, consulta, matrículas, empréstimos) e dos acervos para toda a rede de serviços municipais de leitura - indicou que o CEU Heliópolis apresentou um dos mais baixos índices de frequência da rede dos CEUs no ano de 2016. Em relação ao acervo, a instituição deteve uma das menores quantidades de itens na rede dos CEUs nos anos de 2016 a 2018. É oportuno registrar que, nesse mesmo período (de 2016 a 2018), houve um descompasso entre o número de itens no acervo e o número de empréstimos realizados: embora o acervo aumentasse a cada ano, os empréstimos decaíram a cada ano.

Cabe dizer que os índices discriminados por faixa etária, escolaridade e tipo de evento prestigiado na biblioteca não puderam ser obtidos nas planilhas da CSMB. A instituição não apresentou evidências de uso do acervo vinculado às demandas escolares.

A SP Leituras disponibiliza relatórios anuais com avaliação da qualidade de suas bibliotecas. O último, datado de 2018, revelou que há uma concentração de frequentadores entre 16 e 20 anos na Biblioteca de São Paulo (BSP), com uma leve tendência a que nos finais de semana haja um público um pouco mais velho. Crianças com idade até 6 anos começaram a ser contabilizadas a partir deste último relatório¹⁶⁵ e representam 1% dos usuários nos finais de semana. Crianças de 7 a 11 anos constituem 3,2% dos usuários durante a semana e 5,1%, nos finais de semana. Os maiores índices ficam por conta dos adolescentes, provavelmente estudantes que usam o espaço para suas atividades de pesquisa e aprendizado.

Do total de pessoas que disse utilizar os computadores e Internet na biblioteca (um dos principais atrativos da relação do público com a instituição, equiparado à leitura de livros por prazer), o principal uso era o acesso às mídias sociais, seguido pelo acesso à música, a filmes e séries, a jogos e e-mails. Em quarto lugar aparecia a utilização para pesquisas educacionais ou de interesse próprio. Não se pôde depreender de tais índices a parcela de crianças usuárias das atividades, tendo em vista que - como já referido anteriormente - usuários mais velhos também são mais habituais na biblioteca.

A satisfação com o acervo da BSP chegou perto de 82% em 2018. As avaliações dos serviços relativos à “coleção de livros e serviços voltados ao acervo”, ao “serviço de sugestão de compras”, à “quantidade de livros disponíveis para empréstimo” e ao “serviço de reserva de livros”, angariaram notas todas acima de 3,21 (de 1 a 4), o que significou níveis de satisfação acima dos 80% em todos eles (SP LEITURAS, 2018, p. 26). Depreendeu-se que tais avaliações abarcaram simultaneamente o público infantil, na medida em que os pais e cuidadores também deveriam ter respondido às perguntas dos questionários opinativos. Todos esses dados apontaram para uma contradição que não dá sinais de solução na dinâmica da biblioteca: a alta satisfação com a coleção de livros e serviços voltados ao acervo, mas também a demanda pelo seu aperfeiçoamento. Possíveis oportunidades de aperfeiçoamento podem ser no aumento da quantidade de exemplares de determinados títulos, ou na ampliação do escopo do acervo.

Desde 2016, a SP Leituras coleta informações a partir de perguntas do **Retratos da Leitura no Brasil** a fim de obter alguns elementos de comparação para reflexão e aprendizagem. Os dados têm mostrado que os frequentadores das bibliotecas possuem comportamentos leitores mais

¹⁶⁵ Em 2018, os organizadores dos relatórios mudaram a forma de coleta de informação sobre idade, o que permitiu visualizar a média de idade dos frequentadores das bibliotecas.

desenvolvidos que a população em geral. Seria importante saber, entretanto, como o público infantil é representado por tais índices. Cumpre destacar que não foi possível aferir também se o uso do acervo, por parte das crianças, vincula-se às demandas escolares.

No concernente à Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’, estatísticas sobre empréstimos e consultas não são feitas pela escola; também não há motivação por parte da Secretaria Estadual de Educação. De acordo com a professora readaptada, os alunos buscam livros indicados pelos professores e também procuram livros representativos de seus interesses pessoais. As duas possibilidades são constantes.

- Em relação à existência (ou prática ou atividades) de estudos sobre o uso da coleção de acordo com gêneros textuais (obras de ficção, biografias, poemas, contos, obras folclóricas e culturais, documentários) vinculados à literatura infantil

No caso da Biblioteca Monteiro Lobato, averiguou-se que não há disponibilidade desse tipo de desagregação: quando a Coordenadoria do SMB coleta os dados, atém-se ao tipo de material (livro, audiovisual, gibis ou mangás, jornais, revistas e outros suportes) e à quantidade total de consultas e não questiona que tipo de público consulta cada tipo de material.

A consulta ao relatório de **Avaliação de Qualidade** da SP Leituras¹⁶⁶ do ano de 2018 possibilitou que se chegasse à constatação de que a programação cultural da BSP leva em consideração atividades que abrangem a diversidade de gêneros textuais, inclusive aqueles vinculados à literatura infantil, mas não é sabido como tais mediações impactam o uso do acervo.

No que diz respeito à Biblioteca do CEU Heliópolis e à Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’, não foi possível obter informações suficientes para este tópico.

¹⁶⁶ Disponível em:

https://spleituras.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Relato%CC%81rio-Avaliac%CC%A7a%CC%83o-da-Qualidade-SP-Leituras_2018_IF.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Biblioteca Monteiro Lobato disponibilizou - para análise - apenas os boletins e relatórios existentes no portal da Coordenadoria do SMB na Internet e, notadamente, o **Boletim Estatístico das Bibliotecas Públicas de São Paulo** - lançado no segundo semestre de 2019 - com dados quantitativos referentes à frequência, às matrículas, aos empréstimos, às consultas e aos acervos nas bibliotecas pertencentes à rede municipal. Categorizações - obedecendo à faixa etária dos usuários, à escolaridade dos mesmos e ao tipo de evento prestigiado nas bibliotecas - foram obtidas de maneira intermitente e em períodos não tão recentes em outros relatórios da CSMB. Dados qualitativos - desvinculados de análise meramente quantitativa cotejada entre as bibliotecas, e mais voltados a uma diligente análise detida em cada biblioteca - foram poucos.

Informações mais específicas quanto ao acervo, como, por exemplo, o uso da coleção de acordo com gêneros textuais vinculados à literatura infantil, não puderam ser obtidas, visto que não há, na CSMB, disponibilidade desse tipo de desagregação: no processo de coleta de dados, atêm-se ao tipo de material e à quantidade total de consultas e não questionam que tipo de público consulta cada tipo de material.

Corroborando essa costumeira ausência de dados qualitativos, citamos Petelin (2019, p. 63), que também verificou - em seu estudo específico sobre mediação de leitura nas bibliotecas dos CEUs e na rede municipal de bibliotecas de São Paulo - que não foi encontrado nenhum acompanhamento qualitativo do público atendido nas bibliotecas e/ou beneficiário de atividades voltadas à leitura; somente se demonstrou um controle quantitativo.

A Biblioteca Monteiro Lobato manifestou-se, durante a pesquisa deste TCC, afirmando não possuir preponderância sobre as demais bibliotecas da rede, no sentido de dispor de maior expertise para tratar do assunto ‘criança’. Acreditamos haver aqui um descompasso, tendo em vista que os profissionais mais experientes e dedicados à temática, que lá trabalham há vários anos, deveriam estar mais propensos a solicitações da rede em favor de sugestões à seleção e à aquisição de acervo, bem como de pareceres mais técnicos relativos aos infantes. A Biblioteca Monteiro Lobato tem registrado, simultaneamente, altos níveis de frequência e de consultas ao acervo nos últimos anos - como observado no tópico ‘Análise e discussão dos resultados’, condição esta que lhe possibilitaria maiores subsídios para arguições acerca das problemáticas imanentes ao tema infantil. Uma observação mais detida no documento da CSMB - que formaliza certos critérios para seleção de materiais bibliográficos e similares - denota que um dos instrumentos auxiliares à

seleção de materiais na CSMB é a listagem encaminhada pela Seção de Bibliografia e Documentação da Biblioteca Monteiro Lobato. Tal listagem não comprovaria o papel de relevância desta instituição quando considerado o quesito ‘criança’? Estranha-se, portanto, o parecer emitido pela instituição ao ser interpelada sobre sua atuação na rede.

De fato, pode-se inferir que esse “desmerecimento” da função preponderante da Biblioteca Monteiro Lobato sobre as demais instituições já insinue o descaso percebido, quanto às problematizações relativas às literaturas infantil e juvenil (no caso, este TCC se aproxima da vertente infantil) no interior da rede.

No concernente ao CEU Heliópolis, as informações obtidas são pouco precisas.

Petelin (2019) observou, em sua pesquisa de mestrado, que há um grande hiato entre as bibliotecas dos CEUs (administradas pela SME) e as bibliotecas de bairro/departamentais/temáticas (administradas pela SMC), pontuando uma diferença que não ficara clara na entrevista realizada com a bibliotecária do CEU Heliópolis. Segundo Petelin, sem o registro formal da saída das bibliotecas dos CEUs da administração de CSMB, as mesmas passaram a ser administradas pela Sala CEU e/ou Assessoria de Projetos Especiais, permanecendo - sem a expertise da equipe da cultura - orientadas por profissionais sem experiência de biblioteca pública e acatando, consequentemente, orientações pedagógicas que as convertem em bibliotecas escolares, vinculadas somente à rotina e público escolar e distanciadas da comunidade do entorno.

Segundo relatos da bibliotecária do CEU Heliópolis, há uma presumível participação da biblioteca junto à comunidade do entorno – exemplificada nas ações em movimentos sociais da comunidade, nas presenças periódicas na rádio comunitária, no desenvolvimento de projetos culturais para a comunidade em geral (slans, saraus, eventos populares, contação itinerante de histórias), fato este que, em tese, não corrobora a argumentação, feita por Petelin (2019), de que as bibliotecas dos CEUs estão distantes das comunidades circunvizinhas. Infelizmente, mediante a impossibilidade de ver in loco as atividades desempenhadas no e pelo equipamento, não foi viável identificar se a biblioteca do CEU Heliópolis mantém vínculo ostensivo com a comunidade circundante: a favela de Heliópolis (uma das maiores de São Paulo) fica nas imediações do CEU e seria muito meritório se a biblioteca pudesse estabelecer trabalho de apoio e mediação aos moradores da comunidade. Em sua entrevista, a bibliotecária chegou a fazer referência ao fato de que a maioria dos frequentadores tem baixo poder aquisitivo, sendo que o uso dos equipamentos

tecnológicos e da Internet por parte desses usuários fica, na maioria das vezes, limitado ao espaço da biblioteca.

No que diz respeito à Biblioteca de São Paulo, a realidade é outra. A biblioteca é administrada pela SP Leituras, uma Organização Social sem fins lucrativos, que é responsável também pelo gerenciamento do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo (SisEB).

A biblioteca, ao contrário das outras instituições envolvidas no estudo de caso, possui um documento oficial (disponibilizado no site) de política de desenvolvimento de coleções com todas as etapas do processo.

O acesso eletrônico como forma de inclusão cultural e social é viabilizado por meio de computadores que oferecem links para bibliotecas virtuais, além de listas de livros para baixar gratuitamente. A biblioteca chegou, inclusive, a pôr em prática há algum tempo uma iniciativa - própria das bibliotecas do século XXI - de oferecer tablets aos usuários para visualização de jornais e revistas; contudo, tal inovação não perdurou.

O seu extenso catálogo permite a coexistência do livro impresso e do livro digital, diferentemente das outras instituições aqui analisadas; pode-se, inclusive, inferir que a BSP é um exemplo de biblioteca híbrida em moldes similares aos apresentados por Orera Orera e Hernández Pacheco (2017). Com efeito, a BSP atende aos preceitos já defendidos por Freitas e Silva (2014) - como mencionado no tópico ‘Bibliotecas Públicas e TICs’, à medida que se adéqua à argumentação destes autores no sentido de reunir em seu acervo e disponibilizar ao seu público o melhor dos dois suportes (o impresso e o digital), conformando-se às características da biblioteca do século XXI que poderá, segundo eles, implantar-se no Brasil. Por certo, como demonstrado no tópico ‘Desenvolvimento de coleções em bibliotecas híbridas’, tais equipamentos - ao possibilitarem a confluência de características das bibliotecas convencionais e das bibliotecas digitais - muito poderão contribuir para o aprimoramento cultural de nossos cidadãos e, sobretudo, de nossas crianças.

Comparativamente, a biblioteca do CEU Heliópolis, apesar de possuir computadores com acesso à Internet, apresenta indisponibilidade de sua rede wi-fi atualmente. No prédio da biblioteca Monteiro Lobato está instalado hoje o único Digilab da cidade de São Paulo voltado para o público infantojuvenil. Este equipamento (gerido pela Coordenadoria de Inclusão Digital, da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT), em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura) tem como principal objetivo a inclusão digital de crianças e adolescentes por meio de atividades

direcionadas em espaço devidamente projetado para esse público (desde mobiliário até decoração), além do uso livre com mediação dos agentes de inclusão digital. Embora haja uma Portaria Intersecretarial firmada entre a SMC e a SMIT (Portaria nº 02, de 04 de fevereiro de 2019) que institui a mútua cooperação entre as Pastas e a consequente possibilidade de cursos e oficinas no espaço do Digilab, não ficou claro - em nossa visita presencial à biblioteca em março deste ano - se essa mútua cooperação já se faz atuante, tendo em vista que o Digilab é muito recente (foi inaugurado no final de Novembro de 2019) e levando-se em conta que o bibliotecário da Monteiro Lobato não emitiu qualquer informação acerca do novo espaço, mencionando apenas que a biblioteca e o Digilab se tratavam de equipamentos diferentes e que deveríamos contatar a monitoria daquele local.

Por sua vez, a Sala de Leitura da Escola Estadual ‘Visconde de Itaúna’ não possui computadores e a escola não disponibiliza aos alunos acesso à Internet. Com efeito, por tratar-se de uma sala de leitura sem chancela oficial do Estado, a instituição trabalha sem protocolos e com muitas limitações, não constituindo, portanto, um bom exemplo para o delineamento de um panorama mais geral característico das bibliotecas escolares estaduais. Percebeu-se, porém, na entrevista realizada, que parece haver um bom diálogo entre os responsáveis pelo atendimento da sala de leitura e a equipe docente, tendo em vista os projetos de incentivo à leitura mencionados pela professora readaptada. Tal diálogo poderia caracterizar um indício de atividades de mediação de leitura.

No tocante aos critérios de desenvolvimento de acervo para o público infantil, considerando-se a questão temática e a questão dos novos formatos de suportes informacionais, as bibliotecas envolvidas não destacaram normas específicas. De fato, o gerenciamento do acervo infantil e dos suportes correlacionados parece permanecer, na maioria das vezes, atrelado à política geral de desenvolvimento de coleções de cada instituição. Concomitantemente, a BSP não mencionou, na entrevista por e-mail, como se dá o desenvolvimento de acervo no caso das coleções digitais. Essas constatações dificultam a obtenção de respostas para o problema de pesquisa proposto pelo TCC. Torna-se difícil, até mesmo, mensurar se os pressupostos teóricos se sustentam.

Posto que se discutem, nesta parte do trabalho, os novos formatos de suportes informacionais, convém mencionar que, na etapa de leituras para o levantamento bibliográfico,

irromperam assuntos correlatos como “leituras elásticas”¹⁶⁷ e “gamificação de bibliotecas”¹⁶⁸, cujas inferências não foram percebidas nas atividades desenvolvidas nas bibliotecas aqui analisadas. Talvez tais procedimentos até ocorram, sobretudo, na BSP em meio à sua diversificada programação cultural¹⁶⁹. É fato, porém, que não foram destacados nas entrevistas por e-mail. As leituras elásticas e a gamificação de bibliotecas promoveriam utilização do acervo de uma forma mais vinculada aos novos tempos de interatividade e ciberespaço.

No concernente aos estudos sobre a vinculação de consultas/pesquisas/empréstimos e demandas escolares, todas as instituições, excetuando-se a Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’, acabaram sugerindo consulta aos relatórios por elas expedidos a fim de obter tais informações. O **Boletim Estatístico das Bibliotecas Públicas de São Paulo** (2019) apresentou - como já referido anteriormente - dados quantitativos que não relacionavam as consultas e empréstimos com as demandas escolares. Com efeito, no tocante a esse critério, outro documento expedido pela CSMB apenas relacionou, no ano de 2017, as frequências às bibliotecas do SMB com o nível de escolaridade (fundamental, médio, superior) dos frequentadores. Tal documento nem chegou a abranger os CEUs. A **Avaliação de Qualidade** do ano de 2018 (elaborada pelo Instituto Fonte e tida como referência para a BSP) também não forneceu subsídios para essa questão.

¹⁶⁷ De acordo com reportagem da **AgênciaBrasil** (2019), a leitura elástica é uma abordagem lúdica em que é possível misturar livros com outras plataformas. A pedagoga Carolina Sanches afirma que se trata de uma educação remix e que, por meio da mistura de plataformas e linguagens, almeja-se conseguir dialogar com as crianças. Segundo ela, a leitura também precisa de metamorfose e o novo DNA da educação precisa de diversão, desafio e diálogo de narrativas e aventuras. Assim, com leituras não lineares, avançar-se-á na formação leitora. Como exemplos dessa interatividade, pode-se trabalhar com narrativas que tenham ligação com uma série de televisão ou com um filme; pode-se trabalhar com jogos de tabuleiro que se imiscuem com a narratividade de um livro.

¹⁶⁸ Segundo Cativelli, Monsani e Juliani (2016), a gamificação consiste em trazer os métodos usados nos jogos para o ambiente organizacional, educacional ou qualquer área que se proponha a incorporar determinada tarefa a um público-alvo. Seja qual for o estímulo, a abordagem da gamificação pode ser implementada no contexto das bibliotecas, tendo como uma de suas finalidades precípuas a educação de usuário. A gamificação busca exatamente aproximar trabalho e divertimento, dois conceitos um tanto quanto distantes, e aplicá-los na resolução de tarefas operacionais, tornando-as mais cativantes. O interesse repentino pela gamificação se deve eminentemente por dois motivos. O primeiro reporta-se ao largo acesso no cotidiano das pessoas às tecnologias móveis como smartphones e tablets, propiciando o uso de aplicativos para controlar suas rotinas e tarefas. O segundo motivo é que os seres humanos sentem-se fortemente atraídos por jogos, pois enquanto se joga, faz-se uma interação lúdica, e neste momento não se temem as falhas, pois se instaura um ambiente de “faz de conta” que permite aprender conceitos, habilidades e técnicas com baixo risco.

¹⁶⁹ Após a defesa do TCC, o estudante recebeu - em seu e-mail - um convite da BSP para participar de uma oficina de prática narrativa e roteiro para jogos digitais. O objetivo final desta oficina era o de proporcionar que cada integrante pudesse delinear o seu próprio projeto de escritura de histórias para jogos, utilizando uma ferramenta específica. Comprovou-se, pois, que atividades ligadas à gamificação faziam parte da programação cultural da biblioteca.

A par de tais constatações, a Biblioteca Monteiro Lobato - como verificado no tópico ‘Análise e discussão dos resultados’ - informou que não possui perfil de biblioteca escolar, visto que as crianças geralmente não vão à instituição para tomar de empréstimo livro já indicado pela escola e que usualmente elas escolhem o livro na biblioteca, tendo a ajuda das mães e monitoras. Às vezes, a criança pega o livro específico (indicado pela escola) e acaba levando outros. Por sua vez, na Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’, os alunos buscam livros indicados pelos professores e, também, procuram livros representativos de seus interesses pessoais; as duas possibilidades são constantes.

Embora tenham sido colhidos tais depoimentos que, de certa forma, desvinculam os empréstimos das demandas escolares, os levantamentos feitos nos relatórios supramencionados inibem respostas adequadas para a avaliação do pressuposto teórico que sustentava que as políticas de desenvolvimento de coleções das instituições envolvidas acabavam por priorizar os temas de interesse escolar e não se atinham ao estudo de demanda das crianças ou de satisfação das mesmas em relação aos gêneros textuais vinculados à literatura infantil.

Tendo em vista que se aludiu, neste ponto, à literatura infantil e que este TCC procurou associar a formação de acervo à questão do usuário infantil, é oportuno relembrar que os livros de literatura infantil - como destacado neste trabalho - são capazes de contribuir para o desenvolvimento do imaginário, da criatividade e para o enriquecimento vocabular e cultural. E, para tanto, é imprescindível ratificar a relevância da leitura para o nativo digital (a quem a Biblioteconomia no Brasil pouco se dedicou ainda, como demonstrado no tópico ‘Geração Google?’ ‘Nativos Digitais?’), retomando algumas palavras da educadora e escritora colombiana, Yolanda Reyes (2012). Segundo ela, em meio à cultura da pressa e da avalanche de estímulos externos, é preciso que os infantes possam refugiar-se, em algum momento do dia, na leitura de livros e que - movidos pelo coração e pelo desejo - possam edificar seus mundos simbólicos, suas casas interiores. Tais ideias eram também defendidas por Michael Ende, autor mencionado na introdução deste trabalho. Por certo, é imperioso que as crianças, envoltas prematura e violentamente numa rotina neurotizante, voltem a usufruir dessas atividades tão antigas e distintivas da infância que são o ouvir e o ler histórias.

Um ponto, que merece ser destacado no presente contexto, refere-se à publicação da **Bibliografia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil**, interrompida desde 2006, e que ficava sob a responsabilidade da Seção de Bibliografia e Documentação da Biblioteca Infantojuvenil

Monteiro Lobato. Conforme mencionado no tópico ‘Literatura Infantil: quietude no contexto das bibliotecas?’, as edições eram distribuídas gratuitamente na rede de bibliotecas municipais e na rede de bibliotecas escolares municipais. Tendo em vista que a Bibliografia documentava - pelo ano de publicação - os livros de literatura infantil e juvenil e apresentava resenhas daqueles considerados de qualidade, também funcionando, pois, como um indicativo de leitura, seria muito importante que houvesse, nos dias de hoje, o prosseguimento dessa publicação. Constituir-se-ia como obra de referência na área, e os livros selecionados pela equipe (a exemplo do que ocorria no passado) poderiam vir a ser comprados para fazer parte dos acervos infantis e juvenis das bibliotecas municipais, instituindo um importante critério de seleção para formação desses acervos.

No tocante à ambiência adequada, é preciso que em nossas bibliotecas haja salas separadas por faixa etária¹⁷⁰ e que - para os pequeninos - sejam destinados muitos brinquedos, materiais para vivência sensorial, bem como imagens e desenhos. Cumpre destacar que disponibilizar espaço e acervo não basta. Conforme pesquisa de Petelin (2019), atividades de mediação de leitura são fundamentais em nossas bibliotecas públicas tão carentes de tais iniciativas. A presença de monitores, por exemplo, faz-se necessária, a fim de que as crianças não fiquem dispersas nas bibliotecas.

Concomitantemente, é importante que os equipamentos da Rede Municipal de São Paulo constituam uma verdadeira rede, visto que hoje, de acordo com constatações de Petelin (2019, p. 58), eles só são uma rede no que diz respeito ao cadastro unificado e ao uso do software de gerenciamento de acervo e empréstimos, não havendo, na prática, uma integração entre as instituições que garanta a cooperação entre os profissionais. Tal descompasso entre as bibliotecas é devido à administração de duas diferentes secretarias, sendo percebido, por exemplo, na falta de uniformidade no oferecimento de programas de capacitação aos profissionais.

Embora não se tenha podido mensurar com exatidão até que ponto as bibliotecas públicas e bibliotecas escolares da rede pública acompanham ou não as mudanças de perfil dos usuários infantis em relação à constituição do acervo, o estudo de caso aqui empreendido gerou algumas proposições quanto ao acervo das bibliotecas envolvidas: excetuando-se a Biblioteca de São Paulo, as demais instituições sugeriram um retardado, uma defasagem de suas coleções em relação aos

¹⁷⁰ Petelin (2019, p. 63), inclusive, cita em seu trabalho a existência, na Biblioteca Monteiro Lobato, de uma sala (ainda em fase de organização) com brinquedos, voltada para a primeira infância. Entretanto, não fomos alertados para a disponibilidade desta sala, quando de nossa visita à biblioteca.

nativos digitais. Atestou-se - conforme mencionado em Silva (2013b) - que o desenvolvimento de coleções digitais, especialmente a aquisição de ebooks comerciais, constitui um desafio real que se impõe aos bibliotecários.

Por certo, considerando-se o acervo das bibliotecas do futuro, seria conveniente que estas fossem concebidas como verdadeiras “midiatecas”, a exemplo do Museu da Imagem e do Som (MIS), do Itaú Cultural, do Instituto Moreira Salles. Nesses espaços, segundo Bozzini (2020), nota-se uma confluência de diversos formatos de suportes informacionais: livros impressos, filmes, vídeos, CDs de músicas, fotografias, e há uma paridade com outros modelos de bibliotecas existentes em países da Europa, por exemplo.

As atuais bibliotecas deveriam, então, migrar para a nova concepção à guisa de atenderem às conformações dos novos tempos, pois como disse Milanesi (1989) há mais de trinta anos: “se ela [biblioteca] não ocupar os espaços que as necessidades sociais e os avanços tecnológicos criam, progressivamente será marginalizada como instituição do passado e, portanto, sem função” (MILANESI, 1989, p. 12). O próprio Milanesi (2013, p. 69), em texto mais recente, redimensiona essa configuração apocalíptica, alegando que - da mesma forma que a fotografia não desapareceu, mas se aperfeiçoou com os recursos digitais - o mesmo ocorrerá com a biblioteca pública. A sua função básica - prestar informações necessárias à coletividade - prossegue e, com os novos recursos, poderá ser otimizada. Tal incremento será devido aos três verbos que formam a trilogia essencial das bibliotecas públicas: informar, discutir a informação e criar novas informações.

Contudo, ratificando o que foi pontuado por Valentim (2016, p. 30), é importante mencionar que para atender aos requisitos básicos do mundo eletrônico e digital, é necessário investimento, o que nem sempre ocorre, principalmente no âmbito das bibliotecas públicas e escolares. Sendo assim, é essencial que a biblioteca receba um orçamento por parte do governo que contemple não só a infraestrutura necessária para desenvolver as atividades relacionadas com as novas tecnologias, mas também as outras tarefas e serviços afeitos à missão da instituição. De fato, estranhou-se no percurso deste trabalho o fato de nenhum bibliotecário se manifestar quanto à ausência de investimentos em suas instituições. Verificou-se, numa conversa informal com funcionário da Biblioteca Monteiro Lobato, que a instituição estava com restrições orçamentárias que a submetiam, por exemplo, à falta de um zelador que se responsabilizasse por pequenos consertos no prédio. Neste caso, exemplifica-se, portanto, como mencionado por Silva e Sabbag

(2019, p. 3), a complexa situação das bibliotecas públicas brasileiras, entregues ao descaso do poder público e ao desconhecimento por parte deste de suas funções sociais.

É oportuno focalizar, neste ponto, algumas considerações acerca da biblioteca escolar - e, notadamente, a da rede pública de ensino - que foi também objeto de análise deste TCC.

Muitos desses equipamentos “funcionam” com a presença de profissionais de diversas áreas, principalmente da educação, como professores e funcionários de diferentes departamentos da escola, usualmente readaptados e aguardando a aposentadoria. A Sala de Leitura da Escola ‘Visconde de Itaúna’ conta com a atuação de dois professores readaptados que se revezam no atendimento aos alunos e docentes. Trata-se de pessoal não especializado. A par disso, os livros permanecem em estantes, sem uma organização adequada. A instituição exemplifica, pois, essa difícil realidade da biblioteca escolar da rede pública, à medida que ratifica o que foi demonstrado por Corrêa et al.¹⁷¹ (2002, p. 108 apud CASTRO FILHO; COPPOLA JÚNIOR, 2012, p. 35). Complementarmente, a instituição, ao ser representada por uma sala de leitura, denota - como demonstrado por Santos (2018) - a opção do Estado por um caminho menos oneroso, inclusive, porque nesse modelo a construção de novos espaços e a contratação do profissional bibliotecário não se fazem necessárias. Isso revela descompasso entre a norma legal e as ações efetivas e comprometidas com a implementação das bibliotecas escolares e descortina as incoerências dos discursos em favor da melhoria do ensino no país. A presença da figura do bibliotecário - indivíduo devidamente formado em uma instituição de nível superior e, portanto, detentor das habilidades e competências necessárias para o gerenciamento das bibliotecas - é emblemática em tal contextualização. De fato, comunidade escolar, professores e bibliotecários devem reivindicar a aplicação da Lei nº 12.244/2010 e a legitimidade do Projeto de Lei nº 9.484/2018 (que altera a referida Lei), como mencionado no tópico ‘O papel das bibliotecas escolares na sociedade’, de modo a impedir que sejam esquecidos ou suprimidos por outros interesses.

A par disso, a aplicabilidade da lei deveria trazer consigo uma nova conformação de biblioteca. Em meio à disseminação das TICs, como mencionado no tópico ‘Bibliotecas Escolares e TICs’, a biblioteca precisa ser valorizada em um de seus papéis fundamentais: como espaço de ensino-aprendizagem dos alunos em estratégias de acesso às fontes e de uso das informações com

¹⁷¹ CORRÊA, Elisa Cristina Delfini et al. Bibliotecário escolar: um educador? **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 107-123, 2002.

relevância, significação e qualidade, visto que mais do que disponibilizar acesso a fontes informacionais – quer virtuais, impressas ou eletrônicas – tornou-se imprescindível saber lidar com elas. Hoje, mais do que ontem, é fundamental pensar em orientar continuamente aqueles que precisam utilizá-las. Para tanto, a biblioteca deve assumir-se como espaço propenso a essa orientação. No ambiente da web, tal redimensionamento de função da biblioteca deve exemplificar que o desenvolvimento do digital deve ocorrer sem que haja a perda das atribuições tradicionais desta instituição.

Enfim, é chegada a hora e a vez do usuário infantil nas bibliotecas? A questão apresentada no título deste TCC pretendia trazer para o cerne da discussão problemas incisivos que não costumam ser debatidos em trabalhos acadêmicos. As crianças nem sempre são levadas em conta quando dos debates relativos ao desenvolvimento de coleções. Este trabalho fez valer a voz dessas crianças, embora não tenha conseguido atingir instâncias verdadeiramente esclarecedoras acerca do tema por motivos elencados mais detidamente no tópico ‘Limitações da pesquisa e Perspectivas futuras’. Sim, é chegada a hora e a vez do usuário infantil nas bibliotecas. É chegada a hora de demonstrar a relevância de um adequado desenvolvimento de coleções que forme acervos capazes de despertar nas crianças o seu protagonismo político e social, tendo em vista que elas são responsáveis pela transformação do mundo num lugar melhor para conviver. Para tanto, o hábito da leitura precisa ser fomentado nos nativos digitais. A leitura é trampolim para criação de competências que nortearão o deciframento e redimensionamento da vida.

Neste ponto, como atestado por Senna, Barbosa e Souza (2017, p. 117), é preciso pontuar a responsabilidade das bibliotecas brasileiras no incentivo à leitura dos infantes, visto que em nosso país o sistema de educação é mal estruturado e gerenciado, sem receber o investimento suficientemente necessário das instâncias governamentais. A instalação de bibliotecas escolares ou salas de leitura em todas as escolas brasileiras já se encontra prevista em lei, mas na prática isso ainda está longe de efetivar-se, fato que provoca um grande déficit de bibliotecas que teriam seus serviços direcionados ao público infantil e juvenil. Esse fato, atrelado à ausência de investimento nas bibliotecas públicas existentes e à não criação de novas bibliotecas, tanto públicas quanto especializadas ao público infantil, configura uma realidade povoada de crianças cada vez mais distantes dos livros e das bibliotecas. Neste contexto, depreende-se, pois, que o TCC expressa já no seu título uma dimensão utópica. Mas, utópica até quando?

Num movimento de circularidade, este trabalho - imerso em esperança - toma a liberdade de finalizar a argumentação, recorrendo a essa mesma dimensão utopista. Almeja-se que as bibliotecas prossigam na lide diária e assumam-se como polos catalisadores de ideais fincados na construção da cidadania. Que as bibliotecas prossigam como portais de acesso ao reino da fantasia e da imaginação para as crianças que crescem e se metamorfosem ininterruptamente. E que os acervos formados despertem mais sonhos e atitudes cada vez mais assertivas nessas crianças em prol de um mundo mais justo, inclusivo e digno, onde as utopias - livres de qualquer componente quimérico - façam jus ao seu comprometimento idealista e convertam-se em realidade.

6. LIMITAÇÕES DA PESQUISA E PERSPECTIVAS FUTURAS

A ausência de pesquisas e de políticas públicas - que norteiem a implementação de medidas que atendam às demandas apontadas por este TCC - estabelece uma via de mão dupla, à medida que, não existindo tais procedimentos na área, os profissionais em sua lide diária também acabam por não efetivar “reciclagens”, preservando, em suas atuações, modelos tradicionais e não mais condizentes com a realidade atual. Cria-se, então, um mecanismo de retroalimentação que não permite inovações na área. A própria conjuntura atual do país, em que não se vislumbram com otimismo os destinos do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e do Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLB) - conforme mencionado no tópico do SNBP, ratifica tais comentários e firma-se como motivo de incisiva preocupação para a área.

A par disso, depreende-se que o problema de pesquisa deste TCC não foi respondido a contento, visto que as bibliotecas analisadas não apresentaram dados concretos e, talvez pela própria ineficácia de grande parte das entrevistas ter sido feita por e-mail, as respostas foram genéricas e não propiciaram reflexões acuradas sobre o tema. A falta de entrevistas presenciais - que pudesse explicitar as realidades vivenciadas em cada instituição - talvez tenha facilitado o descompasso em relação à concretização de muitos ideais almejados por este TCC. Até mesmo equipamento de maior porte, como a BSP (considerada, a exemplo da Biblioteca Villa-Lobos, projeto-piloto quando comparada às demais bibliotecas do SisEB), não revelou - em sua política de desenvolvimento de coleções (documento abrangente com detalhes sobre compra, doações, descartes, desbastamentos) - critérios para lidar com coleções digitais, fato que comprova talvez o ineditismo de tais questões e um concomitante descompasso frente aos interesses dos nativos digitais. Mesmo sendo detentora de um acervo e de um aparato tecnológico mais apropriados para enfrentar a mudança de perfil dos usuários, a biblioteca ainda denota uma inobservância no que diz respeito às problemáticas advindas dos novos tempos de ciberespaço, talvez movida pelo fato de grande parte de seu público frequentador ser constituído ainda de pessoas mais velhas - como observado no tópico ‘Análise e discussão dos resultados’. Contudo, embora as crianças ainda não sejam muito frequentes no interior da biblioteca, verifica-se que os adolescentes (também nativos digitais) fazem uso mais constante da instituição, fato que já indica a necessidade de uma preocupação com a mudança das diretrizes supracitadas.

Logo, o TCC - que tencionava suprir lacuna teórica existente na área - não conseguiu atender a essa demanda de maneira satisfatória por tratar-se de proposta muito ampla que não pôde coadunar-se com os resultados insuficientes advindos das entrevistas realizadas e das limitações impostas pela crise sanitária que tornou inviáveis visitas e entrevistas presenciais. A principal contribuição deste trabalho, em termos de avanço do entendimento sobre a situação-problema, parece ter sido a de trazer à tona questões até bem pouco tempo submersas nos mananciais da Academia.

No intuito de apresentar propostas atreladas a perspectivas futuras quanto à problemática do desenvolvimento de coleções, considera-se pertinente fazer referência à necessidade de um programa de governo que não seja mero distribuidor de livros, mas que atenda também às particularidades regionais, suprindo as bibliotecas públicas e escolares de coleções características da cultura nacional e das culturas de cada região. Afinal, a biblioteca deve ser o local para descoberta do novo e, também - como validado por Freitas e Silva (2014, p. 143) - para a preservação das raízes culturais e da memória local de uma comunidade. Para tanto, é necessário o engajamento de todas as esferas governamentais, nas instâncias federal, estadual e municipal.

Convém destacar que Milanesi (2013) já havia sugerido algo com metodologia similar: a constituição de uma biblioteca digital brasileira, com a formação de um acervo único que seria disponibilizado para todos os municípios brasileiros, respeitando-se as particularidades locais, as características dos potenciais usuários e conformando a ideia de um desenvolvimento de coleções integrado para todo o país. A ideia de estabelecimento de coleções básicas, que seriam destinadas às bibliotecas públicas brasileiras - denotando adequação dos títulos doados às específicas demandas e necessidades informacionais de cada local e às características dos futuros e potenciais usuários -, também foi sugerida por Vergueiro (1997a).

Considera-se também oportuno mencionar a necessidade de um programa de governo que norteie a gestão das coleções voltadas ao usuário infantil. Talvez as respostas genéricas - recebidas nas entrevistas e relativas a tais questões - tenham advindo da ausência de políticas públicas centradas no tema.

De fato, o descaso público, em relação à educação e à formação das crianças, mantém-se inalterado. Um exemplo disso é o Projeto de Lei - encaminhado à Câmara Municipal na etapa final de elaboração deste TCC - e que, segundo o site de um vereador paulistano, promove uma perversa e danosa reestruturação da Rede Pública Municipal, inaugurando a privatização das EMEIs

(Escolas Municipais de Educação Infantil) e atacando, simultaneamente, os concursos públicos, na medida em que dá preferência e aumenta o percentual legal de contratação de trabalhadores temporários. Espera-se que a Câmara Municipal indefira o Projeto de Lei que, inclusive, referenda o Decreto Estadual que estabelece o retorno dos alunos às aulas presenciais em meio à crise do coronavírus.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Por uma educação romântica.** 3. ed. Campinas: Papirus; Rubem Alves ME, 2003, 207 p.

AMARANTE, Dirce Waltrick do. **A biblioteca e a formação do leitor infantojuvenil:** conversa com pais e professores. São Paulo: Iluminuras, 2019, 198 p.

AMARO, Vagner. Biblioteca Escolar: modos de usar. In: PRADO, Jorge do (Org.). **Ideias emergentes em Biblioteconomia.** São Paulo: FEBAB, 2016, p. 34-40.

AMIN, Vanda do Socorro Furtado; TEIXEIRA, Lucilinda Ribeiro; CASTRO, José Guilherme de Oliveira. A leitura na escola em tempo de e-book. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação.** Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbcii/article/view/8652571/pdf>. Acesso em: 31 maio 2020.

APENAS 45% das escolas públicas têm biblioteca, ou sala de leitura, diz pesquisa. **Biblio**, 2019. Disponível em: <https://biblio.cartacapital.com.br/apenas-45-das-escolas-publicas-tem-biblioteca-ou-sala-de-leitura-diz-pesquisa/?fbclid=IwAR0pgggryUAldYHLCXKJ9VYM7rL0CySAXLbUgr8NNr8pzCACGut63sAbvk>. Acesso em: 22 maio 2020.

APROVADA redação final do PL que cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares. **Biblio**, 2019. Disponível em: <https://biblio.cartacapital.com.br/aprovada-redacao-final-do-pl-que-cria-o-sistema-nacional-de-bibliotecas-escolares/>. Acesso em: 22 maio 2020.

ARCOVERDE, Léo. Quase um terço das escolas estaduais de São Paulo não tem biblioteca ou sala de leitura, diz TCE. **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/07/31/quase-um-terco-das-escolas-estaduais-de-sao-paulo-nao-tem-biblioteca-ou-salas-de-leitura-diz-tce.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2020.

ASHEIM, Lester. Bibliotecas e censura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.** v. 13, n. 3 / 4, p. 217-222, jul./dez. 1980. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/18225>. Acesso em: 17 jun. 2020.

AZEVEDO, Ricardo. Formação de leitores e razões para a Literatura. In: SOUZA, Renata Junqueira de (Org.). **Caminhos para a formação do leitor**. São Paulo: DCL, 2004.

_____. Leitura utilitária e leitura de ficção e poesia. **Coletivo Leitor**, 2018. Disponível em: <https://www.coletivoleitor.com.br/leitura-utilitaria-e-leitura-de-ficcao-e-poesia/#:~:text=Leitura%20utilit%C3%A1ria%20e%20leitura%20de%20fic%C3%A7%C3%A3o%20e%20poesia%20%2D%20Coletivo%20Leitor>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BATTISTI, Roselei; PORTO, Ana Paula Teixeira. Literatura Juvenil Brasileira: narrativas do século XXI. **Revista Literatura em Debate**, v. 10, n. 18, p. 222-232, ago. 2016. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/download/2409/2137>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Gestão do Conhecimento e empoderamento: construção de uma política de atuação local da Biblioteca Pública Cearense. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais...**, Londrina: ENANCIB, out. 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/124635>. Acesso em: 18 nov. 2019.

_____; ALENTEJO, Eduardo da Silva. Perfil Tecnológico das Bibliotecas Públicas no Brasil e na Europa: estudo sobre a democratização do acesso à informação e ao conhecimento em bibliotecas do Brasil, Espanha e Alemanha. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.**, Campinas, SP, v. 11, n. 3, p. 46-71, set./dez. 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/114264>. Acesso em: 03 ago. 2020.

_____; SUAIDEN, Emir José. Imagem da biblioteca pública na Sociedade da Informação. **INCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 130-142, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/52393>. Acesso em: 18 maio 2020.

BOMENY, Helena. Leitura no Brasil, leitura do Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 60, p. 11-32, maio 2009. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n60/n60a02.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

BOZZINI, José Angelino. Entrevista concedida a Paulo Sérgio Ramos da Costa. São Paulo, maio/jun. 2020.

BRAS, Luiz. Literatura Infantil: apenas para menores? **Revista Ponto**, São Paulo, n. 2, p. 32-43, abr. 2013. Disponível em: <http://revistaponto.com.br/literatura/literatura-infantil-apenas-para-menores/>. Acesso em: 03 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 520**, de 13 de maio de 1992: Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0520.htm. Acesso em: 21 maio 2020.

_____. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 03 jun. 2020.

_____. MINISTÉRIO DA CULTURA. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://issuu.com/sbpdf/docs/plano-nacional-do-livro-e-leitura>. Acesso em: 17 maio 2020.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Site**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL, Ubiratan. “Eletrônicos duram 10 anos; livros, 5 séculos”, diz Umberto Eco. **Estadão**, 2010. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,eletronicos-duram-10-anos-livros-5-seculos-diz-umberto-eco,523700>. Acesso em: 19 jun. 2020.

BRASIL não possui bibliotecas em número suficiente, diz manifesto da FEBAB. **Biblio**, 2019. Disponível em: <https://biblio.cartacapital.com.br/brasil-nao-possui-bibliotecas-em-numero-suficiente-diz-manifesto-da-febab/>. Acesso em: 25 maio 2020.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 1-25, 2015. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/52377>. Acesso em: 22 maio 2020.

CARDOSO, Josiclea dos Santos; MUNIZ, Maíra de Jesus Sousa Silva; VIEIRA, Joelma Almeida Santos. Bibliotecas escolares e os nativos digitais. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 14, n. 1, p. 9-

21, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/126528>. Acesso em: 05 jun. 2020.

CARVALHO, Ana Carolina. Suprassumos do Estapafúrdio. **Revista Emília**, 2019. Disponível em: <https://revistaemilia.com.br/suprassumos-do-estapafurdo/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CASTANHA, Marilda. **Facebook**, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/1065832954/posts/10218261104093443/?sfnsn=wiwspwa&extid=VvVvp6KFeSgGZWm0>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de; COPPOLA JÚNIOR, Claudinei. Biblioteca escolar e a Lei 12.244/2010: caminhos para a implantação. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 30-41, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106556>. Acesso em: 22 maio 2020.

CATIVELLI, Adriana Stefani; MONSANI, Diego; JULIANI, Jordan Paulesky. Gamificação em bibliotecas: despertando a motivação nos usuários. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 21, n. 45, p. 70-81, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/50926>. Acesso em: 19 jul. 2020.

CECCANTINI, João Luís Cardoso Tápias. Literatura Infantojuvenil, Leitura e Universidade: relações perigosas. **Miscelânea**, Assis, v. 2, p. 161-173, 1995. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/812>. Acesso em: 04 ago. 2020.

COELHO, Patrícia Margarida Farias. Os nativos digitais e as novas competências tecnológicas. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, v. 5, n. 2, p. 88-95, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/16621/13381>. Acesso em: 03 ago. 2020.

COLASANTI, Marina. Mais uma vez. **Marina manda lembranças**, 2019. Disponível em: <https://www.marinacolasanti.com/2019/12/mais-uma-vez.html>. Acesso em: 03 jul. 2020.

_____. O livro e o tempo. **Marina manda lembranças**, 2020. Disponível em: <https://www.marinacolasanti.com/2020/04/o-livro-e-o-tempo.html>. Acesso em: 18 jun. 2020.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Usuário, não! Interagente: proposta de um novo termo para um novo tempo. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 19, n. 41, p. 23-40, set./dez. 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/49382>. Acesso em: 17 jul. 2020.

_____ ; SANTOS, Luana Carla de Moura dos. De Formação e Desenvolvimento de Coleções para Gestão de Estoques de Informação: um panorama da mudança terminológica no Brasil. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 13, n. 2, p. 343-355, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/114577>. Acesso em: 08 jun. 2020.

COSTA, Sandra Regina Santana; DUQUEVIZ, Bárbara Cristina; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Tecnologias Digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 603-610, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v19n3/2175-3539-pee-19-03-00603.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

CUNHA, Miriam Vieira da. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 41-46, jan./jun. 2003.

CUNHA, Murilo Bastos da. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, p. 2-17, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v13n1/v13n1a02.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

_____ ; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008, 451 p.

DARNTON. Robert. **A questão dos livros:** passado, presente, futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DELLA COLETTA, Ricardo. Bolsonaro mentiu ao falar de livro de educação sexual no ‘Jornal Nacional’. **El País**, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html. Acesso em: 15 jul. 2020.

DUARTE, Evandro Jair; MATA, Claudete Terezinha da; CALDIN, Clarice Fortkamp. A competência informacional para seleção e disseminação do acervo literário infantil da biblioteca pública municipal Barreiros Filho: olhar estético. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 19, n. 41, p. 59-82, set./dez., 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/42854>. Acesso em: 03 ago. 2020.

ENDE, Michael. **Momo e o Senhor do Tempo ou A extraordinária história dos ladrões de tempo e da criança que trouxe de volta às pessoas o tempo roubado:** um conto-romance. Tradução de Monica Stahel. 2. ed., São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, 264 p.

FARIA, Maria Alice. **Como usar a literatura infantil na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007. (Coleção como usar na sala de aula).

FARIAS, Fabíola Ribeiro; BRITTO, Luiz Percival Leme. A Lei n. 12.244 e sua concepção de biblioteca escolar: uma análise. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 826-836, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/122584>. Acesso em: 22 maio 2020.

FERNANDEZ, Maria Aparecida Arias; MACHADO, Elisa Campos. Projeto “mais bibliotecas públicas”: uma estratégia de mobilização local. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 11, n. especial, p. 163-180, 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/503/432>. Acesso em: 22 maio 2020.

FRAIDENRAICH, Verônica. Mais da metade das crianças come em frente à TV, mostra pesquisa da Unifesp. **Canguru News**, 2020. Disponível em: https://cangurunews.com.br/excesso-de-uso-de-telas/?utm_source=Canguru+News&utm_campaign=93dea0f3af-Canguru+News+43&utm_medium=email&utm_term=0_d5cd1f5a3d-93dea0f3af-195900259. Acesso em: 01 jul. 2020.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler** - em três artigos que se completam. 23^a ed. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, v. 4.)

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 62. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016, 253 p.

FREITAS, Marilia Augusta de; SILVA, Vanessa Barbosa da. Bibliotecas Públicas Brasileiras: panorama e perspectivas. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 123-146, jan/abr. 2014. Disponível em: <http://www.brappci.inf.br/index.php/res/download/114449>. Acesso em: 14 nov. 2019.

FURTADO, Cassia Cordeiro. Biblioteca escolar, nova geração e tecnologias da informação e comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis: FEBAB, jul. 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1244/1245>. Acesso em: 05 jun. 2020.

_____ ; OLIVEIRA, Lídia. BIBLON: plataforma de incentivo à leitura literária para crianças. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 68-85, jan./jun. 2011. Disponível em: http://www.brappci.inf.br/_repositorio/2011/08/pdf_b985266168_0018248.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

GANDRA, Alana. "Leituras elásticas" são novo conceito para formar leitores. **AgênciaBrasil**, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-08/leituras-elasticas-sao-novo-conceito-para-formar-leitores>. Acesso em: 19 jul. 2020.

GARCEZ, Eliane Fioravante. Educação Básica, Biblioteca e Espírito Científico: circunstâncias e oportunidades. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 42-60, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106557>. Acesso em: 07 jun. 2020.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza. Na pauta de discussão: seleção de acervo em bibliotecas públicas e escolares. **Biblionline**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 110-123, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/45220/27681>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GLÖCKLER, Michaela et al. **Crescer saudavelmente no mundo das mídias digitais:** um guia de orientação para pais, professores e todos os demais responsáveis por crianças e jovens. São Paulo: AD VERBUM Editorial, [2020?], 152 p.

GÓMEZ DÍAZ, Raquel; GARCÍA-RODRÍGUEZ, Araceli. Lectura en papel y digital en la biblioteca infantil: una convivencia necesaria. **Palabra Clave (La Plata)**, v. 7, n. 2, e045, abril

2018. Disponível em: <https://www.palabracclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe045>. Acesso em: 04 ago. 2020.

GUIMÓN, Pablo. Os gurus digitais criam os filhos sem telas. **El País**, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/20/actualidad/1553105010_527764.html. Acesso em: 25 jun. 2020.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2016. Disponível em: http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2016/10/Retratos_da_Letura_2016_apresenta%C3%A7%C3%A3o_lan%C3%A7amento_16-05_v2.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

_____. **Retratos da Leitura no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro; Itaú Cultural - IC, 2020. Disponível em: <https://prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em: 09 out. 2020.

KRYMINICE, Felipe; CELLARIUS, Monique. “A vida pode não ter sentido, mas não é proibido dar-lhe algum.” **Cândido**, [2009?]. Disponível em: <http://www bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Entrevista-Ricardo-Azevedo>. Acesso em: 25 jun. 2020.

LAGE, Amarilis. Conjunto de bibliotecas públicas no país é insuficiente e mal distribuído. **Folha UOL**, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/conjunto-de-bibliotecas-publicas-no-pais-e-insuficiente-e-mal-distribuido.shtml>. Acesso em: 15 maio 2020.

LANZI, Lucirene Andréa Catini et al. Tecnologias de informação e comunicação no cotidiano dos adolescentes: enfoque no comportamento e nas competências digitais e informacionais da ‘geração google’. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 17, n. 3, p. 49–75, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/11308>. Acesso em: 14 nov. 2019.

LANZI, Lucirene Andréa Catini; VIDOTTI, Silvana A. B. Gregório; FERNEDA, Eduino. **A biblioteca escolar e a geração nativos digitais:** construindo novas relações. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, 195 p. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109286/ISBN9788579834677.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 abr. 2020.

LAURINDO, Janaína. Dia Nacional da Leitura: pesquisa revela aumento de leitores entre a faixa de cinco a dez anos. **NSC Total**, 2020. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/dia-nacional-da-leitura-2020>. Acesso em: 12 out. 2020.

LENT, Roberto. Educação após a pandemia. **O Globo**, 2020. Disponível em: <https://www.informativogirassol.blog.br/2020/04/educacao-apos-pandemia-o-globo-23-de.html>. Acesso em: 18 jun. 2020.

LIMA, Letícia Aparecida de. **O livro e as novas mídias**. 2013. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Pedagogia, Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium*, Lins, 2013. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56185.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2020.

MACEVICIUTE, Elena. Research libraries in a modern environment. **Journal of Documentation**, v. 70, n. 2, p. 282-302, 2014.

MACHADO, Frederico Borges; SUAIDEN, Emir José. O papel da biblioteca pública e seus desafios frente aos avanços tecnológicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis: FEBAB, jul. 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1284>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. Processo educativo na mediação da informação em biblioteca pública: um estudo fenomenológico. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 21, n. 2, 1997. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/90370>. Acesso em: 03 ago. 2020.

MASTROBERTI, Paula. **Peter Pan na cultura das mídias:** leitores perdidos e encontrados [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, 200 p.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução de Décio Pignatari. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2009, 407 p.

MEC estuda descartar 2,9 milhões de livros didáticos nunca usados, diz jornal. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/01/11/mec-estuda-descartar-29-milhoes-de-livros-didaticos-ainda-nao-utilizados-diz-jornal.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2020.

MEC e FNDE fazem reunião técnica para discutir PNLD 2022. **PublishNews**, 2020. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2020/06/04/mec-e-fnde-fazem-reuniao-tecnica-para-discutir-pnld-2022>. Acesso em: 4 jun. 2020.

MELLO, Josiane; ALMEIDA, Josiana Florêncio Vieira Régis de (Org.). **Gestão de coleções em unidades informacionais**. Natal: Editora IFRN, 2017. 294 p. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1509/GESTA%CC%83O%20DE%20COLEC%CC%A7O%CC%83ES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MIGUEL, Adílson. Literatura Infantil. **Revista Emilia**, 2012. Disponível em: <https://revistaemilia.com.br/literatura-infantil/>. Acesso em: 27 jun. 2020.

MILANESI, Luís Augusto. **Ordenar para desordenar:** centros de cultura e bibliotecas públicas. 2. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____. Biblioteca Pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP**, São Paulo, n. 97, p. 59-70, mar./abr./maio 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685/64574>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Formação e Desenvolvimento de Coleções em bibliotecas especializadas. **Informação & Sociedade:** Estudos, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 87-94, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/463/1468>. Acesso em: 16 jun. 2020.

_____; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Gerenciamento de coleções em bibliotecas públicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 3, p. 71 - 93, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/121396>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; GALLOTTI, Mônica Marques Carvalho; CECATTO, Adriano. Desafios para a biblioteca pública no processo de planejamento da formação e desenvolvimento do acervo. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 22, n. 48, p. 15-26, jan./abr. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n48p15/33091>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MOREIRA, Artilhes. Governo federal está desde 2014 sem comprar livros de literatura para escolas públicas. **G1**, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/governo-federal-seguira-sem-entregar-novos-livros-de-literatura-para-bibliotecas-escolares-em-2018.ghtml>. Acesso em: 17 maio 2020.

NUNES, Lygia Bojunga. **A bolsa amarela**. Ilustrações de Marie Louise Nery. 11. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1985, 115 p.

OBERG, Maria Sílvia Pires. Entrevista concedida a Paulo Sérgio Ramos da Costa. São Paulo, jul. 2020.

OITO livros que sofreram tentativa de censura recentemente no Brasil. **Biblio**, 2019. Disponível em: <https://biblio.cartacapital.com.br/oito-livros-que-sofreram-tentativa-de-censura-recentemente-no-brasil/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

OLIVEIRA, Joana. ‘Caça às bruxas’ de Damares provoca autocensura no mercado literário infantil. **El País**, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-02-13/caca-as-bruxas-de-damares-provoca-autocensura-no-mercado-literario-infantil.html>. Acesso em: 16 jun. 2020.

OLIVEIRA, Anastácia Freitas de; CUNHA, Murilo Bastos da. Desenvolvimento de coleções em coleções digitais. **RDBCi**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 17, e019025, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbcii/article/view/8655177/21177>. Acesso em: 17 jun. 2020.

ORERA ORERA, Luisa; HERNÁNDEZ PACHECO, Federico. El desarrollo de colecciones en bibliotecas públicas. Fundamentos teóricos. **Investigación bibliotecológica**, México, v. 31, n. 71, p. 235-270, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2017000100235. Acesso em: 07 jun. 2020.

PAIVA, Deslange. Prefeitura de SP exonera gestão do CEU Heliópolis e comunidade teme perder espaço destinado à produção de máscaras. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/15/prefeitura-de-sp-exonera-gestao-do-ceu-heliopolis-e-comunidade-te-me-perder-espaco-destinado-a-producao-de-mascaras.ghtml>. Acesso em: 8 jul. 2020.

PAIVA, Raquel Miranda Vilela; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. Biblioteca escolar: a hora e a forma de romper as paredes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais...**, Marília: ENANCIB, out. 2017. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/125098>. Acesso em: 22 maio 2020.

PAIVA, Sílvia Cristina Fernandes; OLIVEIRA, Ana Arlinda. A literatura infantil no processo de formação do leitor. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, v. 4, n. 7, p. 22-36, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/175/101>. Acesso em: 17 jun. 2020.

PALHARES, Isabela. Entidades pedem suspensão de edital do MEC para compra de livros. **Folha UOL**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/entidades-pedem-suspensao-de-edital-do-mec-para-compra-de-livros.shtml?origin=uol>. Acesso em: 15 jul. 2020.

PAULA, Chico de. O incômodo e insistente dilema das bibliotecas brasileiras. **Biblio**, 2019. Disponível em: <https://biblio.cartacapital.com.br/o-incmodo-e-insistente-dilema-das-bibliotecas-brasileiras/>. Acesso em: 22 maio 2020.

PEREZ, Maria Aparecida. Os Centros Educacionais Unificados (CEU) na cidade de São Paulo e sua relação com o território na perspectiva da pedagogia social. **Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 51-64, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/11508>. Acesso em: 06 jun. 2020.

PETELIN, Aline Barbosa. **Ações de mediação de leitura e formação do profissional bibliotecário:** estudo nas bibliotecas dos Centros Educacionais Unificados e na rede municipal de bibliotecas da cidade de São Paulo. 2019. 87 f. Dissertação (Mestrado em Organização, Mediação e Circulação da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PINTO, Hélio. Michael Ende: um escritor para todas as idades, **GGN**, 2016. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/michael-ende-um-escritor-para-todas-as-idades/>. Acesso em: 20 maio 2020.

PRENSKY, Marc. Digital natives, digital immigrants. Tradução de Roberta de Moraes Jesus de Souza. **NCB University Press**, v. 9, n. 5, out. 2001.

REYES, Yolanda. **Ler e brincar, tecer e cantar:** literatura, escrita e educação. Tradução de Rodrigo Petrônio. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

ROBERTO, Magda S.; FIDALGO, António; BUCKINGHAM, David. De que falamos quando falamos de infoexclusão e literacia digital? Perspectivas dos nativos digitais. **OBS***, Lisboa, v. 9, n. 1, p. 43-54, jan. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/obs/v9n1/v9n1a03.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

ROSA, Joseane. Dia do leitor: desafios da leitura no Brasil. **Educa+Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/dia-do-leitor-desafios-da-leitura-no-brasil>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SALDAÑA, Paulo. Governo Bolsonaro atrasa plano de incentivo à leitura. **Folha UOL**, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/governo-bolsonaro-atrasa-plano-de-incentivo-a-leitura.shtml?origin=uol>. Acesso em: 17 maio 2020.

_____. MEC não assina contratos e atrasa entrega de 10,6 milhões de livros. **Folha UOL**, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/mec-nao-assina-contratos-e-atrasa-entrega-de-106-milhoes-de-livros.shtml?origin=uol>. Acesso em: 17 maio 2020.

SANTOS, Cássia Farias Oliveira dos. Uma discussão sobre a literatura juvenil. In: SEMINÁRIO DOS ALUNOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE LETRAS DA UFF, 6., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: Estudos de Literatura, 2015. Disponível em: <http://www.anaisdosappil.uff.br/index.php/VISAPPIL-Lit/article/download/317/158>. Acesso em: 02 jun. 2020.

SANTOS, Jocelaine. Uso de tecnologia por crianças: benefício ou perda da infância? **Sempre Família**, 2015. Disponível em: <https://www.semperfamilia.com.br/tecnologia/uso-de-tecnologia-por-criancas-beneficio-ou-perda-da-infancia/>. Acesso em: 31 maio 2020.

SANTOS, Maria Aparecida Paiva Soares dos; TEIXEIRA, Marina Gontijo. Catálogos de editoras e a circulação da literatura no contexto escolar. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 133-168, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v28n4/06.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2020.

SANTOS, Pedro de Souza. Biblioteca escolar e sala de leitura: um longo caminho para universalização. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 28-47, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/download/143688/149503/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SÃO PAULO. **Resolução SE nº 18**, de 10 de abril de 2017. Estabelece normas e critérios relativos à readaptação de servidores da Secretaria da Educação e dá providências correlatas. Disponível em:

http://vclipping.planejamento.sp.gov.br/Vclipping1/index.php/Resolu%C3%A7%C3%A3o_SE_n%C2%BA_18,_de_10_de_abril_de_2017. Acesso em: 23 jul. 2020.

SÃO PAULO (cidade). SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Conheça o trabalho feito para disponibilizar os livros aos leitores nas Bibliotecas dos CEUs**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/conheca-o-trabalho-feito-para-disponibilizar-os-livros-aos-leitores-nas-bibliotecas-dos-ceus/>. Acesso em: 12 maio 2020.

_____. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Boletim Estatístico das Bibliotecas Públicas de São Paulo**, v. 1, n. 1, jul./dez. 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/b_estat_bibl_publ_s_paulo_v1_n1_jul_dez_2019_1579622377.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

_____. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. COORDENAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS. SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO. **Relatório de Monitoramento das Ações – REMA**. São Paulo: SMC, dados consolidados em 2017, 2018 e 2019.

SARAMAGO, José. **A maior flor do mundo.** Ilustrações de João Caetano. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2008.

SENNA, Ana; BARBOSA, Maria de Fátima S. O.; SOUZA, Thaiane Almeida. Biblioteca infantil como lugar de encantamento. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 108-125, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/86937>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SERRA, Liliana Giusti. Livros Digitais, Bibliotecas e o Desenvolvimento de coleções. In: MELLO, Josiane; ALMEIDA, Josiana Florêncio Vieira Régis de (org.). **Gestão de coleções em unidades informacionais**. Natal: Editora IFRN, 2017. p. 110-142. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1509/GESTA%CC%83O%20DE%20COLEC%CC%A7O%CC%83ES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SILVA, Márcia Regina da. Leitura: mediação e mediador. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 74-78, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106559>. Acesso em: 07 jun. 2020.

SILVA, Rafael Pinto da. Definindo o paradigma das TICs e seu diálogo com a divisão global digital. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, p. 68-85, 2013a. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/87506>. Acesso em: 05 jun. 2020.

SILVA, Ronaldo Alves da. E-books em bibliotecas: novos desafios para os bibliotecários. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis: FEBAB, jul. 2013b. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1398>. Acesso em: 11 jun. 2020.

SILVA, Bruna Lidiane Marques da; MORAIS, Elaine Maria da Cunha. A constituição de acervos de literatura infantil para bibliotecas escolares: a escola como mercado e as escolhas editoriais. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 31., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: ANPED, 2008. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT07-4037--Int.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2020.

SILVA, Bruna Daniele de Oliveira; SABBAG, Deise Maria Antonio. Fandom em bibliotecas públicas: mapeamento de iniciativas e suas aplicabilidades. **Revista Digital Biblioteconomia e**

Ciência da Informação, Campinas, v. 17, p. 1-26, 2019. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/122224>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SOMBINI, Eduardo. Jovens leem mais no Brasil, mas hábito de leitura diminui com a idade. **Folha UOL**, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/jovens-leem-mais-no-brasil-mas-habito-de-leitura-diminui-com-a-idade.shtml?origin=uol>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SP LEITURAS. **Avaliação da Qualidade**. São Paulo: Instituto Fonte, 2018. Disponível em: https://spleituras.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Relato%CC%81rio-Avaliac%C3%A7%C3%A3o-da-Qualidade-SP-Leituras_2018_IF.pdf. Acesso em: 12 jul. 2020.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000, 195 p.

TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. **A Biblioteca Digital**. Briquet de Lemos: Brasília, 2008, 378 p.

TAVARES, Vinicius dos Santos; MELO, Rosane Braga de. Possibilidades de aprendizagem formal e informal na era digital: o que pensam os jovens nativos digitais? **Psicología Escolar e Educacional**, Maringá, v. 23, e183039, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v23/2175-3539-pee-23-e183039.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. O perfil das bibliotecas contemporâneas. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (Org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2016, p. 19-42. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170105_biblioteca_do_seculo_21.pdf. Acesso em: 30 maio 2020.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Estabelecimento de políticas para o desenvolvimento de coleções. **R. Bibliotecon.**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 1987a. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/17628>. Acesso em: 10 jun. 2020.

- _____. Censura e Seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 21-26, jun. 1987b. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/266/266>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- _____. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989. (Coleção Palavra-chave, 1), 96 p.
- _____. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 13-21, jan./abr. 1993. Disponível em: http://www.brapi.inf.br/repositorio/2010/04/pdf_7bc543fd91_0009040.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.
- _____. Collection development in Brazilian public libraries: evolution, perspectives and difficulties for a systematic approach. **Collection Building: studies in the development and effective use of library resources**, volume 16, number 1, p. 4-11, 1997a.
- _____. O futuro das bibliotecas e o desenvolvimento de coleções: perspectivas de atuação para uma realidade em efervescência. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 1997b. Disponível em: <http://www.brapi.inf.br/index.php/res/download/44484>. Acesso em: 27 nov. 2019.
- _____. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2010.
- _____. Questões éticas do desenvolvimento de coleções: aspectos teóricos e práticos. In: OLIVEIRA, Maria Odaísa Espinheiro de; FERREIRA, Glória Isabel Sattamini; LUNARDELLI, Rosane Suely Álvares (org.). **Ética profissional na prática do bibliotecário**. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2011, p. 88-113.
- _____. Desenvolvimento, Gerenciamento ou Gestão de coleções: uma tarefa cada vez mais necessária. In: MELLO, Josiane; ALMEIDA, Josiana Florêncio Vieira Régis de (org.). **Gestão de coleções em unidades informacionais**. Natal: Editora IFRN, 2017. p. 37-69. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1509/GESTA%CC%83O%20DE%20COLEC%CC%A7O%CC%83ES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2019.

VIEIRA, David Vernon. O uso de tecnologias móveis em bibliotecas. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (Org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas.** Brasília: Ipea, 2016, p. 281-300. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170105_biblioteca_do_seculo_21.pdf. Acesso em: 09 jul. 2020.

VILELA, Jacqueline. Controlar o tempo de uso das telas é inútil. **Canguru News**, 2020. Disponível em: https://cangurunews.com.br/interacao-social-online/?utm_source=Canguru+News&utm_campaign=93dea0f3af-Canguru+News+43&utm_medium=email&utm_term=0_d5cd1f5a3d-93dea0f3af-195900259. Acesso em: 01 jul. 2020.

WEITZEL, Simone da Rocha. Critérios para seleção de documentos eletrônicos na Internet. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, set. 2000. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/6491/1/Simone.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2019.

_____. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, p. 61-67, 2002. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repository/2010/11/pdf_929fb1f298_0012875.pdf. Acesso em: 27 nov. 2019.

_____. Origem e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil: estudo de caso da Biblioteca Nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa, **Anais...** João Pessoa: ENANCIB, out. 2009, p. 1900-1919. Disponível em: http://eprints.rclis.org/15731/1/weitzel_enancib_2009.pdf. Acesso em: 04 dez. 2019.

WOLF, Maryanne. **O cérebro no mundo digital:** os desafios da leitura na nossa era. Tradução de Mayumi Ilari, Rodolfo Ilari. São Paulo: Editora Contexto, 2019, 256 p.

XAVIER, Jean Frederick Brito. **ATOM:** novas perspectivas para a difusão da informação na Web 2.0. 2019. 54 slides. Disponível em:

https://www.defesa.gov.br/arquivos/2019/mes06/simposio_protocolo/1_jean_fredrick_difusao_da_web_2.0.pdf. Acesso em: 21 nov. 2019.

LEITURA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Ricardo. Aspectos instigantes da literatura infantil e juvenil. In: OLIVEIRA, Ieda de (Org.). **O que é qualidade em literatura infantil e juvenil?**: com a palavra o escritor. São Paulo: DCL, 2005, p. 25-46.

_____. **A casa do meu avô**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1986, 31 p.

_____. **O Homem no sótão**. São Paulo: Editora Ática, [199-?], 60 p.

_____. **O leão da noite estrelada**. São Paulo: Saraiva, 1995, 62 p.

_____. **Lúcio vira bicho**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, 187 p.

_____. **Armazém do folclore**. São Paulo: Editora Ática, 2000, 128 p.

_____. **Fragosas brenhas do mataréu**. São Paulo: Editora Ática, 2013, 256 p.

CECCANTINI, João Luís Cardoso Tápias (Org.). **Leitura e literatura infantojuvenil: memórias de Gramado**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário Crítico da Literatura Infantil e Juvenil Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000, 912 p.

COLASANTI, Marina. **Doze reis e a moça no labirinto do vento**. Ilustração de Marina Colasanti. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1985, 93 p.

_____. **Ana Z. Aonde vai você?** São Paulo: Editora Ática, 2000, 88 p.

_____. **Minha guerra alheia**. Rio de Janeiro: Record, 2010, 288 p.

_____. **Hora de alimentar serpentes**. São Paulo: Global Editora, 2013, 448 p.

CRITÉRIOS para escolha de livros, **Revista Emilia**, 2013. Disponível em: https://blogs.uai.com.br/contaumahistoria/criterios_para_escolha_de_livros/. Acesso em: 21 maio 2020.

ECO, Umberto; CARRIÈRE, Jean-Claude. **Não contem com o fim do livro**. São Paulo: Record, 2010.

ENDE, Michael. **A História sem Fim**. Tradução de Maria do Carmo Cary. Revisão e Texto Final de João Azenha Júnior. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016, 396 p.

GÓES, Lúcia Pimentel. **Introdução à literatura infantil e juvenil**. São Paulo: Pioneira, 1984.

RAMOS, Graça. **Habitar a infância**: como ler literatura infantil. Brasília: Tema Editorial, 2017, 310 p.

SECRETÁRIA-GERAL da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil fala ao Dia Nacional da Leitura, **Instituto Ecofuturo**, [201-?]. Disponível em: <http://www.ecofuturo.org.br/blog/secretaria-geral-da-fundacao-nacional-do-livro-infantil-e-juvenil-fala-ao-dia-nacional-da-leitura/>. Acesso em: 21 maio 2020.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **TransInformação**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 179-190, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a03v24n3.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

APÊNDICE 1

MODELOS DE ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

- **Para todas as instituições**

- 1 - Há na instituição um documento oficial de política de desenvolvimento de coleções? A instituição adota procedimentos específicos para a formação da coleção?
- 2 - Há na instituição uma comissão constituída para apoiar as decisões na composição do acervo?
- 3 - Realiza-se o estudo da comunidade atendida pela instituição? Qual a periodicidade e os procedimentos adotados?
- 4 – Há critérios definidos de seleção para incorporar itens no acervo?
- 5 - Quais os critérios para aquisição de obras? (Compra, doação, permuta)
- 6 - Quais os critérios de desenvolvimento de acervo, em relação aos formatos de suportes informacionais?
- 7 - Em relação ao público infantil que frequenta a instituição, há estudos recentes sobre as características deste público na atualidade? Sobre os formatos mais atraentes a ele? Há critérios específicos de desenvolvimento de acervo para o público infantil, considerando-se a questão temática e a questão dos novos formatos?
- 8 - A instituição avalia suas coleções periodicamente?
- 9 - Há estatísticas sobre consultas e empréstimos na instituição, agrupadas por características específicas de públicos (faixa etária, escolaridade?) Há estudos sobre a vinculação de consultas/pesquisas/empréstimos e demandas escolares?
- 10 - Há estudos sobre o uso da coleção de acordo com gêneros textuais (obras de ficção, biografias, poemas, contos, obras folclóricas e culturais, documentários) vinculados à literatura infantil?

- **Para o Departamento de Letramento Digital/Coordenadoria de Inclusão Digital da Secretaria Municipal de Inclusão e Tecnologia**

- 1- Em que os Digilabs diferem dos Telecentros?
- 2- Quando e Por que o Digilab da Monteiro Lobato foi inaugurado? Quais são seus objetivos e atividades?

- 3- O Digilab da Monteiro Lobato realiza parcerias com a Biblioteca? São setores separados/independentes?
- 4- Qual é o perfil do público atendido pelo Digilab da Monteiro Lobato (faixa etária, escolaridade, etc.)?

- **Para a bibliotecária do CEU Heliópolis**

- 1- Quando me referi aos novos formatos de suportes informacionais e aos formatos mais atraentes para o público infantil, quis evidenciar, por exemplo, os e-books e games interacionais, a participação do usuário infantil em blogs e mídias e redes sociais da biblioteca. Referi-me também a DVDs, a audiobooks, a materiais audiovisuais que sejam usados com a criançada, ou seja, a formatos de suportes que extrapolam o livro impresso e que capturem a atenção do usuário infantil. A par disso, esses novos suportes informacionais são levados em conta no momento da formação e desenvolvimento da coleção?
- 2- A biblioteca do CEU Heliópolis possui computadores, wi-fi?
- 3- O que a senhora tem a dizer sobre o usuário infantil que frequenta agora as bibliotecas e tem um novo perfil (o chamado nativo digital) e deveria ter contato nestas instituições com materiais condizentes com suas novas aptidões. De fato, levando-se em conta sua experiência com o público infantil da biblioteca do CEU Heliópolis, como a senhora enxerga a relação das crianças com as tecnologias (celulares, smartphones, computadores)?
- 4- As crianças fazem uso de celulares? As famílias têm condições de ter computador e internet em casa? Qual o perfil socioeconômico das crianças que adentram sua biblioteca, tendo em vista a proximidade da favela Heliópolis?
- 5- Gostaria de que a senhora também pudesse dizer se as consultas/pesquisas/empréstimos feitos pelas crianças são motivados pelo gosto pessoal dessas crianças ou ainda atendem apenas às exigências/demandas da escola (ou seja, indicações feitas pelos professores).
- 6- A par disso, a senhora teria uma lista com os livros mais solicitados pelas crianças em sua biblioteca?